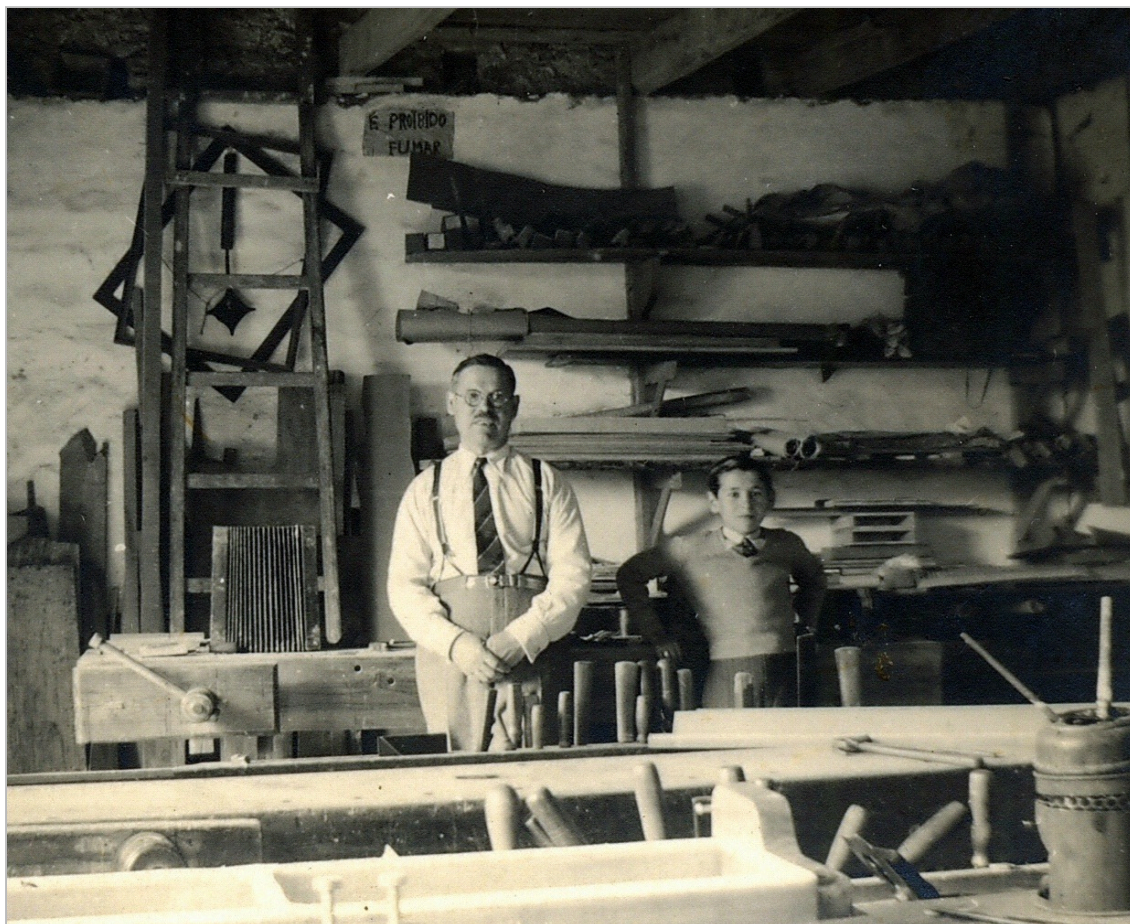


Joana Neto



A Música na Sinfonia da Vida

Horácio Dias de Abreu:

Construtor de Harmónios e do Bem Social

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

2005

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade
de Letras do Porto no âmbito do Mestrado de
História de Educação, realizada sob a orientação do
Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

Sumário

PREFÁCIO	8
PLANO METODOLÓGICO	13
I. O HOMEM	17
1. Breve Registo Biográfico	18
II. O ARTISTA	43
1. O Cenário Musical Português no Estado Novo	44
2. Percurso Profissional	56
III. O CIDADÃO	78
1. A estrutura corporativa do Estado Novo	79
2. Casa do Povo de Tentúgal	87
3. Outras Actividades Cívicas	106
CONCLUSÃO	118
GLOSSÁRIO	120
BIBLIOGRAFIA	122
ANEXOS	127

Índice de Imagens

Fig. 1 Bento Maria de Abreu	19
Fig. 2 Maria Ermelinda Dias de Abreu	19
Fig. 3 À direita, Horácio Dias de Abreu	20
Fig. 4 A irmã Ermelinda Dias de Abreu. No verso tem escrito: “Ofereço a meus queridos tios e primos como prova de amizade.” Laura Dias Tentúgal 1/2/1912”	20
Fig. 5 À esquerda, o irmão Amândio Dias Abreu	21
Fig. 6 Estatutos da <i>Sociedade Instrução, Recreio e Beneficencia Tentugalense</i> de 1896. O seu pai, Bento Maria de Abreu foi um dos sócios fundadores desta Sociedade com sede em Tentúgal.	31
Fig. 7 Fotografia do tio padre O estatuto eclesial, numa sociedade esmagadoramente católica, era muito elevado. Dava grande prestígio social, ter algum eclesiástico na família.	32
Fig. 8 Boletim militar de Horácio Dias de Abreu	33
Fig. 9 Horácio Dias de Abreu com a esposa em sua casa.	35
Fig. 10 Imagem da família mais próxima. Da esquerda para a direita (em cima): Mário Matias Ferraz, Guilhermina, Maria de Lurdes Paiva, Júlia Abreu, Gilberto Paiva Dias de Abreu (padrinho), Alda Faria Baptista (madrinha), Carmo Paiva de Abreu, Horácio Dias de Abreu, João Paiva, Conceição Gomes, Bento da Silva, Virgínia Paiva e a bebé que tinha sido baptizada, uma sobrinha em 2.º grau, Fernanda. Na parte de baixo: Gabriel, Aurora Paiva, Carmita Paiva e Gilberta Paiva	35
Fig. 11 À direita, em baixo, a imagem do filho Gilberto Paiva Dias de Abreu na escola primária de Tentúgal. É interessante observar que o filho Horácio Dias de Abreu era dos únicos a usar gravata e sapatos.	36
Fig. 12 Imagem do filho com um harmónio de seu fabrico.	37
Fig. 13 Capa da revista <i>Crónica Feminina</i> de 17-10-1963	40
Fig. 14 Horácio Dias de Abreu em Lisboa, no Hotel do Império	40
Fig. 15 Horácio Dias de Abreu e o seu filho Gilberto Paiva Dias de Abreu durante a visita a Lisboa. Como legenda da imagem pode-se ler o seguinte: “Os nossos serviços de ficheiro são explicados aos agentes de Tentúgal pela filha do nosso Director-Geral Haydée Aguiar Paulino.”	40
Fig. 16 A Horácio Dias de Abreu era indiferente às matrizes políticas dos regimes que atravessou. A sua política era o trabalho. Por isso, foi-lhe reconhecido o mérito no regime da 1.ª República.	59
Fig. 17 Tabela de preços de 1942	61
Fig. 18 Modelos A e B	61
Fig. 19 Modelos C e D	62
Fig. 20 Modelo E e Portátil	62
Fig. 21 Gilberto Paiva Dias de Abreu a publicitar o órgão eléctrico fabricado pelo seu pai.	63
Fig. 22 Horácio Dias de Abreu na Fábricas Mendes Godinho S.A.R.L.	64
Fig. 23 Diploma de frequência do curso realizado em Tomar	64
Fig. 24 Modelo <i>Silberman</i>	66
Fig. 25 Modelo <i>Catedral</i>	66
Fig. 26 Modelo <i>Mozart</i>	66

Fig. 27 Modelo <i>Wagner</i>	66
Fig. 28 Modelo <i>Bach</i>	66
Fig. 29 Método explicativo de aprendizagem	68
Fig. 30 Órgão eléctrico <i>Magnus</i>	68
Fig. 31 General Ramalho Eanes durante a visita ao “stand” de vendas de Horácio Dias de Abreu numa feira industrial	71
Fig. 32 Horácio Dias de Abreu ao lado do seu filho na oficina onde construía e reparava harmónios e outros instrumentos musicais.	72
Fig. 33 Horácio Dias de Abreu com os netos: Pedro, Paulo e Nuno	73
Fig. 34 <i>Rancho Folclórico Infantil, Flores de Tentúgal</i>	98
Fig. 35 Folheto do 1.º Festival Folclórico Infantil, realizado no Pavilhão dos Desportos na cidade de Lisboa em 1965	101
Fig. 36 Parte interna do folheto do 1.º Festival Folclórico Infantil	101
Fig. 37 Publicidade ao harmónio <i>Magnificus</i> de Horácio Dias de Abreu	102
Fig. 38 Actividade culturais da Casa do Povo	105
Fig. 39 Actividades culturais da Casa do Povo	105
Fig. 40 Actividades culturais da Casa do Povo	106
Fig. 41 Carta manuscrita datada de Fevereiro de 1938	110
Fig. 42 Continuação da carta manuscrita de Fevereiro de 1938. o principal objectivo desta carta era o de angariar donativos para remediar o desabamento da “minúscula” Capela de São Brás.	110
Fig. 43 Panfleto de 1938 a publicitar os festejos em honra de Nossa senhora do Carmo. Foi a primeira vez que a procissão de velas se estendeu às ruas da Vila.	112

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas de Tentúgal que, com as suas vidas, vão marcando o percurso histórico da Vila, da mesma forma que Horácio Dias de Abreu o fez durante 91 anos.

Queria agradecer, em primeiro lugar, à família Abreu por me ter facultado a documentação essencial à realização deste projecto; ao Presidente da Junta de Freguesia, Sr. António Cavaco, por ter disponibilizado os livros de actas; ao Sr. José Craveiro, pela revelação das suas memórias de uma forma tão generosa, permitindo uma aproximação muito mais familiar e afectiva com o personagem; às sobrinhas de Horácio Dias de Abreu, Marília, Gilberta, Aurora e Maria de Lurdes Paiva Dias de Abreu, pela simpatia com que sempre me receberam; bem como à Sr.^a Carmo Branco pela cedência de informações; ao Professor Joel Canhão pela amabilidade de me enviar informações.

Para terminar, queria agradecer aos dois Homens que realmente tornaram possível a realização deste projecto tão aliciante e querido para mim: ao Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves, meu orientador, por toda a ajuda, disponibilidade, acessibilidade e flexibilidade de comunicação nos aproximadamente 200 km que nos distanciavam... e ao Dr. Horácio Neto Fernandes.

Joana Neto

Prefácio

A História, sendo uma ciência fundamentalmente narrativa, tem sido objecto de várias interpretações, particularmente no respeitante ao papel específico dos actores e, consequentemente, quanto ao espaço que lhes é reservado, face às restantes componentes estruturais de carácter político, social, económico ou cultural. Trata-se, sobretudo, de equacionar o papel da estrutura e do espaço dos agentes, no “evoluir histórico”.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho de pesquisa biobibliográfica, a que demos o título de “A Música na Sinfonia da Vida. Horácio Dias de Abreu, construtor de *Harmoniuns* e do Bem Social”, queremos reflectir sobre a sua legitimidade epistemológica na ciência histórica. Por isso, consideramos pertinente levantar duas questões prévias:

- Qual o papel dos actores na História?
- Qual o espaço do trabalho biográfico para a História, como ciência?

Para responder à primeira questão, vamos partir de uma afirmação de Antoine Prost: “Não há história, sem actores”.¹

Defende este professor de História da Universidade de Paris que a História não é uma simples narrativa de acontecimentos, dignos de ser contados, em razão do seu carácter importante ou surpreendente. A História é explicação e tem por fim fazer compreender como e porque os factos aconteceram. Ora, não podemos perceber este caminho, sem encontrar os actores que protagonizaram os acontecimentos e determinaram o sentido de evolução.

A História, como ciência social e humana, tem por objectivo a transmissão dos acontecimentos, devidamente documentados, mas de uma maneira viva, dinâmica, onde os acontecimentos narrados não dimanam, cegamente, das estruturas políticas ou forças sociais anónimas, mas de cenários reais, dinamizados por actores.

Sendo assim, não se pode esquecer o homem, actor social, que contribui para as mudanças da sociedade e suas estruturas, quer pessoalmente, quer interagindo com os outros homens, actuando mais passiva ou activamente, mas sempre actuando.

A compreensão de uma narrativa histórica só é possível, tendo em conta dois factores: o espaço onde interagem os actores com toda a rede de interinfluências geo-morfológicas,

¹ PROST, Antoine - *L'Histoire Aujourd'hui*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 1999, p. 413.

sociais, políticas e culturais: pertence ao campo da racionalidade objectiva. As representações dos actores, compreendendo nestas, a educação recebida e assimilada, e todas as influências vindas da sociedade, onde se realizou a sua socialização, constitui o campo da racionalidade subjectiva.

As condutas colectivas que a História procura compreender e fazem parte do seu âmbito de pesquisa não podem ser apenas aferidas pelos ódios, temores e vinganças das personalidades mais relevantes da sociedade.

Não se pode substituir *a priori* os actores individuais com toda a sua singularidade, pelos actores colectivos, como se estes representassem toda a colectividade. A História, como ciência que narra os acontecimentos, ficaria truncada no seu conteúdo informativo.

Partindo do princípio de que tudo o que é humano não é estranho à História, como afirmava Marc Bloch e Lucien Febvre, na narrativa histórica cabem os homens totais com as suas preocupações, interesses, actividades, aptidões, qualquer que seja a sua maneira de viver, ou o seu lugar na sociedade.²

Deduzimos, portanto, que os actores ocupam um lugar central, no cenário histórico. Alguns podem ser mais discretos, ou testemunhas mais passivas. Podem até estar desvinculados, no seu quotidiano, das grandes opções da acção política ou social. Contudo, não deixam de ser actores participantes.

Limitar a História aos grandes acontecimentos, às mentalidades representativas de uma época, ou às grandes questões emergentes da sociedade, pretendendo abarcar e compreender o total social, como um rio que, no seu curso impetuoso, arrasta tudo e todos, no seu forte caudal, é esquecer os que tentaram, por vezes em vão, sustar este caudal.

Tanto a concepção de história em Braudel que procurava englobar a globalidade dos fenómenos humanos, em movimentos de longa e curta duração, como a história monográfica que reduz os factos a mentalidades, cultura, representações, recusam o actor, radicalmente, ainda que por vias diferentes.³

Nem mesmo os actores colectivos podem substituir os actores individuais. As resistências activas ou passivas não podem ser esquecidas, pois são um contributo dos actores à estratificação das estruturas, ao “establishment”, ao estatuído, condição fundamental para a

² Cfr. FEBVRE, Lucien - *Combats pour L'Histoire*. Armand Colin, 1953, cit. por PROST, Antoine ob. cit., p. 415.

³ PROST, Antoine, ob. cit., p. 417.

mudança. Os actores têm de ser aceites, na narrativa histórica, como membros de corpo inteiro da comunidade. Se não há história sem narrativa, também não há narrativa sem personagens.

Qual o espaço para o trabalho biográfico, na História, como ciência?

Esta segunda questão, na sequência da primeira, pretende, também, questionar a legitimidade histórica do nosso trabalho, procurando reflectir sobre o espaço que o trabalho biográfico ocupa, no campo da historiografia actual.

O papel e a importância da biografia na Ciência Histórica têm variado, através dos tempos. Após a Segunda Guerra Mundial, as teorias marxistas de interpretar a História enredaram o actor principal, o homem, num sistema complexo de relações sociais em que a singularidade era esmagada pela classe, pela consciência colectiva e pela missão histórica de construir uma nova sociedade onde uma classe dominaria a outra.

Marx e Durkheim foram os principais protagonistas desta leitura da História em que o individual e, conseqüentemente, o biográfico, ficava completamente submerso pelo estrutural.

Apenas o mundo anglo-saxónico, em virtude das suas tradições aristocráticas, resistiu a este fenómeno mundial, continuando a dar lugar, na História, às biografias que alimentavam o seu imaginário.

Nos últimos anos, impulsionada pela curiosidade que advinha dos Estados Unidos da América, aliás descendente cultural do Reino Unido, às biografias, autobiografias e “memórias” foi-lhes atribuído um especial destaque, procurando ganhar um espaço na ciência histórica.

Contudo, não foi só a pressão dos leitores que permitiu a emergência de um espaço na História para a narrativa biográfica, mas sim, o seu valor intrínseco historiográfico: “a mudança proveio da própria História, da própria disciplina que mostra uma tendência crescente, não necessariamente oposta aos enfoques globalizadores, à individualização, a ocupar-se das pessoas singulares dos acontecimentos.

Ao determinismo social que criava modelos de explicação da sociedade, mas negavam ao homem a capacidade de mudança, seguiu-se a confiança na capacidade do homem em protagonizar, conscientemente, a História, inserido e condicionado pelas estruturas, mas não determinado por elas.”⁴

⁴ *Idem*, p. 234.

As concepções de Marx e Durkheim foram a pouco e pouco substituídas pelas de Weber na sua “Sociologia de Acção” e por Popper. Para Weber, os movimentos sociais não são senão uma súmula de comportamentos individuais que respondem a uma certa racionalidade e não podem ser entendidos como tais, senão pela compreensão dos mesmos comportamentos.

Para estudar estes comportamentos, o historiador observador ou o sociólogo devem utilizar o método de investigação - acção. Introduzir-se no meio dos sujeitos, colocar-se na sua pele e estudar as relações do sujeito com as estruturas sociais. Só assim, o observador poderá compreender esta relação. Trata-se de compreender, por dentro, a realidade observada, instalando-nos no lugar dos sujeitos, de modo a procurar adoptar a sua representação pessoal.

É claro que a representação de um *ethos* de uma maneira de sentir e viver, de um sujeito, não se consegue compreender, apenas pela investigação documental, ao contrário da compreensão de uma época ou ambiente. Contudo, conjugando estes dois focos de observação, consegue-se uma compreensão interpretativa do real.

Outras questões se podem levantar: Será que através do indivíduo, conseguimos divisar, para além da sua história particular, um quadro de valores sociais? Qual o papel das grandes personagens na História? Atrasarão ou precipitarão o curso natural dos destinos do povo? Serão as pessoas, ou grupos, ou elites, agentes da mudança social? Pela aproximação da biografia da ciência histórica, podemos aceder ao conhecimento da realidade social de uma época?

Os autores que se debruçaram sobre estes temas têm opiniões diversificadas. Quanto à compreensão da realidade social, só a conjugação da história estrutural com a história biográfica ajudará a compreender a história de um tempo e só a história de uma época ajuda a compreender a história individual.

A biografia, como história individual, só encontra a sua compreensão plena, relacionando o meio ambiente e o contexto em que se desenrolou a vida de um personagem. A herança cultural não é alheia à história biográfica.

A biografia, como micro-história, aproxima o leitor do “vivido”, da realidade mais pessoal e estabelece a relação com as estruturas invisíveis. A investigação sobre formas de viver do povo, ajuda a compreender a maneira de estar de certos meios sociais.

Ao mesmo tempo, devolve a dignidade histórica a gente que ajudou a construir ou reforçar as estruturas políticas, sociais e económicas do passado, no anonimato e que doutro

modo permaneceria no esquecimento.

Como a história nunca se esgota e renova-se, através de novas investigações, trata-se de renovar a memória dos homens, através das vidas singulares desenterradas de arquivos desconhecidos que vão enriquecer os arquivos oficiais e trazer novo contributo à compreensão da História.

Compete ao historiador reflectir sobre o passado e tentar reconstruí-lo, documentalmente. O trabalho biográfico reconstruindo as vidas singulares, mas reais, ajudará a compreender ou reformular a visão histórica das estruturas que são marcos importantes, mas construções teóricas.

É dentro deste contexto e espaço científico que procurei inserir o meu modesto contributo através de uma investigação biográfica sobre um personagem que, na sua época, no seu espaço e na sua profissão, reivindica um lugar... para aquém do esquecimento.

Plano metodológico

Num trabalho de pesquisa é importante que toda a prática investigadora se alicerce numa estratégia metodológica, isto é, em métodos e técnicas que permitam a recolha, análise e compreensão da informação obtida.

A metodologia explicita o conjunto de procedimentos a desenvolver, no sentido de conseguir uma actuação coerente e sistemática, ajudando-nos, assim, na procura do real. Com efeito, o investigador não deve, e tão pouco pode, agir ao acaso. Tem de sistematizar o seu trabalho, de acordo com um conjunto de parâmetros metodológicos que implicam procedimentos científicos.

Depois de referirmos sumariamente o papel dos actores, na ciência histórica e o espaço que cabe ao trabalho biográfico, vamos tentar justificar a metodologia seguida.

As características do plano metodológico estão definidas em Raymond Quivy: “o responsável do projecto de investigação terá de conceber o conjunto do projecto e coordenar as operações com o máximo de coerência e eficácia”⁵.

No nosso trabalho biográfico, a apreensão do real com toda a sua complexidade foi o nosso objectivo primordial. Sabemos que esta apreensão total é tarefa impossível, mas tentamos, pelo menos, focalizar as principais facetas de uma vida que, não obstante ser normalizada, como toda a família tradicional, dedicou-se ao bem social do seu lugar - freguesia.

Moveu-nos o desejo de reconstruir a vida singular e anónima de Horácio Dias de Abreu, desde as suas raízes familiares até ao seu lançamento como industrial de harmónios.

Procuramos entender a realidade social, tal como é entendida pelo ser humano. Interessamo-nos pela pessoa, pelos seus valores e motivações. Tentamos conhecer o sujeito como pessoa. Adoptamos uma perspectiva qualitativa, estando mais interessados em compreender as percepções individuais. Procuramos a compreensão em vez de análise estatística.⁶

Tratando-se de uma biografia indirecta, porque recolhida após a morte, pretendeu-se

⁵ QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998, p.15.

cobrir toda a existência do biografado e não apenas uma faceta da sua vida, e, para isso, pareceu-nos pertinente dar os seguintes passos metodológicos:

Como trabalho de campo, procedemos à recolha de todos os documentos disponíveis e ainda não publicados. Esta tarefa levou-nos à casa onde viveu e trabalhou Horácio Dias de Abreu, propriedade ainda da família, à procura de toda a documentação dispersa. Esta estava despejada a esmo. Eis a constituição deste espólio documental:⁷

- Documentação pessoal e de família - certidões diversas, correspondência, recortes de jornais da época, fotos e outros apontamentos;
- Documentos de carácter profissional - apontamentos manuscritos sobre as características dos seus harmónios, locais de venda, encomendas, contactos comerciais, documentos promocionais e recibos de venda;
- Documentos relativos à sua vida social - fotos, panfletos, actas, correspondência...

São documentos inéditos esquecidos no tempo e embora preservados, encontravam-se dispersos ao acaso, sendo necessário uma intervenção organizativa que permitisse seleccionar, analisar e enquadrar o seu conteúdo no nosso trabalho.⁸

Da sua casa de habitação passamos à Casa do Povo de Tentúgal e Junta da Freguesia, procurando documentos que testemunhassem a sua passagem por estas instituições. Encontrámos diversas actas que testemunham o conteúdo das reuniões dos seus mandatos.

O passo seguinte passou pela leitura analítica e criteriosa, para verificarmos a sua articulação com os nossos objectivos científicos e metodológicos e para compreendermos o seu conteúdo.

Para, de algum modo, tentarmos suprir algumas faltas de material biográfico de uma vida muito diversificada, apoiámo-nos ainda, na recolha de testemunhos, prestados pelos conterrâneos e contemporâneos do nosso biografado, sobretudo pessoas que com ele conviveram de perto e que ainda hoje residem na freguesia de Tentúgal. As suas memórias puderam enriquecer a gama documental que fomos descobrir, porque umas participaram na dinamização da freguesia, outras pertencem ainda à família, mas todas estiveram atentas às realizações culturais, como observadores participantes, embora nem sempre intervenientes na

⁶ BELL, Judith - *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997, p.20.

⁷ A que demos o nome de “Documentos da Família Abreu”.

organização. Esta selecção recaiu, sobretudo, em quatro pessoas de idades diversificadas, mas ainda hoje, muito atentas aos problemas da freguesia:

- José Craveiro;
- Marília Paiva Dias de Abreu;
- Maria de Lurdes Paiva Dias de Abreu;
- Gilberta Paiva Dias de Abreu;
- Carmo Branco.⁹

Incorporámos no nosso trabalho, ou em notas de rodapé, o mais fielmente possível, parte destas entrevistas informais.

As entrevistas, devidamente identificadas, a desejo dos entrevistados, não assumem um carácter formal, mas são testemunhos espontâneos.¹⁰ Eles próprios também são “testemunhas silenciosas do passado”.¹¹

Se na recolha da documentação privilegiámos a sua preservação, a sequencialidade temporal e a organização por actividades, nas entrevistas, a metodologia que seguimos inseriu-se nas linhas mestras do nosso trabalho biográfico. Procurámos questionar os nossos entrevistados sobre as três facetas de Horácio Dias de Abreu. Evidentemente, que as respostas não respeitaram sempre esta sequência. Quando tal aconteceu, não quebrámos a espontaneidade nem cerceamos a liberdade de resposta.

Com a articulação deste tipo de testemunhos que fazem parte do “vivido” e das memórias inesquecíveis, esperamos, sobretudo dar uma visão, o mais completa possível, de um homem que, no incógnito da sua modesta profissão, como autodidacta, deixou uma obra artística assinalável.

A nossa linha de desenvolvimento do trabalho biográfico foi a cronológica.

Seguimos fielmente o percurso cronológico, no primeiro capítulo do Homem, no segundo capítulo do Artista e no terceiro capítulo do Cidadão.

Os testemunhos complementaram a documentação inédita e da imprensa de que

⁸ Depois de ser feita a divisão dos documentos nos três temas referidos, por ordem cronológica demos um n.º a cada documento. Por exemplo: No tema *Homem* do 0 ao 100, no *Artista* do 100 ao 200 e no *Cidadão* do 200 ao 300.

⁹ Estas pessoas não colocaram entraves à divulgação dos seus nomes.

¹⁰ “A grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. (...) A forma como determinada resposta é dada, o tom de voz, a expressão facial, a hesitação, etc. pode fornecer informações que uma resposta escrita nunca revelaria.” BELL, Judith - *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997, p.118.

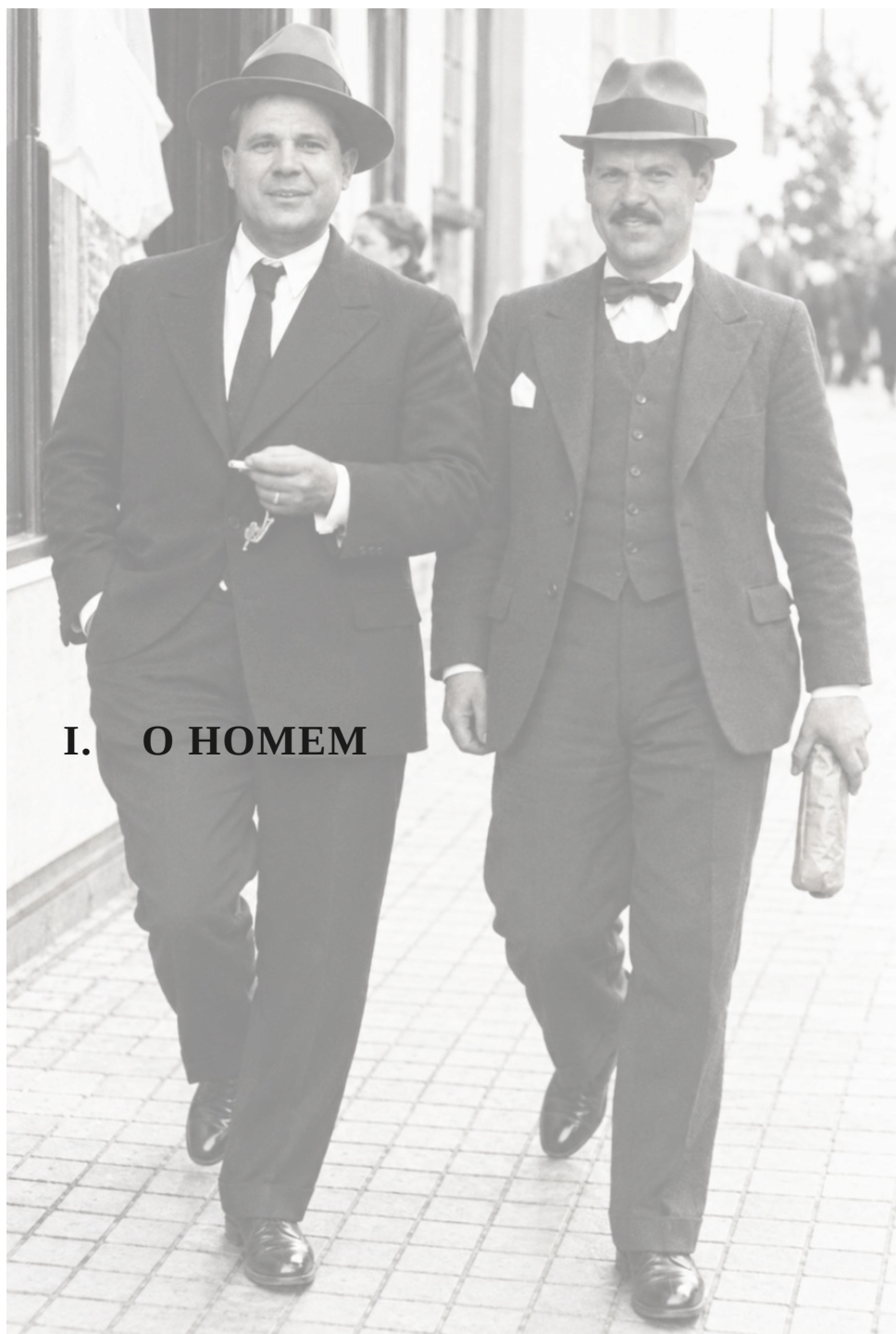
¹¹ *Idem*, ob. cit., p.21.

dispomos. Incidiram, sobretudo, nos pormenores da sua vida familiar, comercial e no labor em favor da sua terra.

A autenticidade dos documentos recolhidos e seleccionados, o seu conteúdo inédito, e a curiosidade em dar a conhecer uma vida singular que, auto didacticamente, se dedicou à construção de harmónios e deu o melhor da sua arte à música religiosa, nos três regimes que atravessou, formam o quadro de investigação eleita.

As informações recolhidas tiveram de ser interpretadas e analisadas em função dos contextos históricos, sociais, culturais e políticos onde aconteceram. O seu percurso vivencial foi adquirindo significados diferentes, consoante esses contextos e, por isso, toda a documentação teve de ser analisada em função desses pressupostos e a síntese final teve de incorporar referências contextuais que validassem melhor a sua actuação.

Na análise e cruzamento desta informação, pensamos poder encontrar os dados disponíveis para traçar um retrato a três dimensões de Horácio Dias de Abreu: como Homem, Artista e Cidadão.



1. Breve Registo Biográfico

1.1. Raízes familiares

Horácio Dias de Abreu nasceu na Freguesia de Tentúgal, no dia um do mês de Março do ano mil oitocentos e noventa e sete, às seis horas da tarde. Era filho de Bento Maria de Abreu, carpinteiro, e de Maria Ermelinda Dias de Abreu, “governanta de sua casa”. Seus pais eram “ambos naturais, nascidos e parochianos n’esta freguesia...”¹² e residiam na rua das Negratas em Tentúgal.

No dia um do mês de Abril, do ano de mil oitocentos e noventa e sete, foi baptizado na igreja paroquial de Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho, diocese de Coimbra. Foi padrinho, José Maria da Cunha e Mello e madrinha, Ludovina Pessôa da Cunha e Mello. Eram, igualmente, residentes em Tentúgal.¹³

Horácio Dias de Abreu tinha dez irmãos:¹⁴

- Palmira Dias de Abreu;
- Maria Cândida Dias de Abreu;
- Laura Dias de Abreu;
- Ermelinda Dias de Abreu;
- Amândio Dias de Abreu;
- Maximina Dias de Abreu;
- César Dias de Abreu;
- Joaquim Dias de Abreu;
- José Dias de Abreu;
- António Dias de Abreu.

¹² Certidão de Nascimento de Horácio Dias de Abreu, da Conservatória do Registo Civil de Montemor-o-Velho. Ano de 1897, n.º 17 - Tentúgal. Nesta certidão vem referido, em nota, o seguinte: “Foi gratuito o auto a que se refere este assento pela pobreza dos pais do baptizado.”

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Estes dados foram fornecidos, oralmente, pela D. Lurdes Paiva, sobrinha de Horácio Dias de Abreu, que se refere ao facto do irmão Joaquim e José Dias de Abreu terem emigrado para o Brasil, quando se deu a implantação da Primeira República.

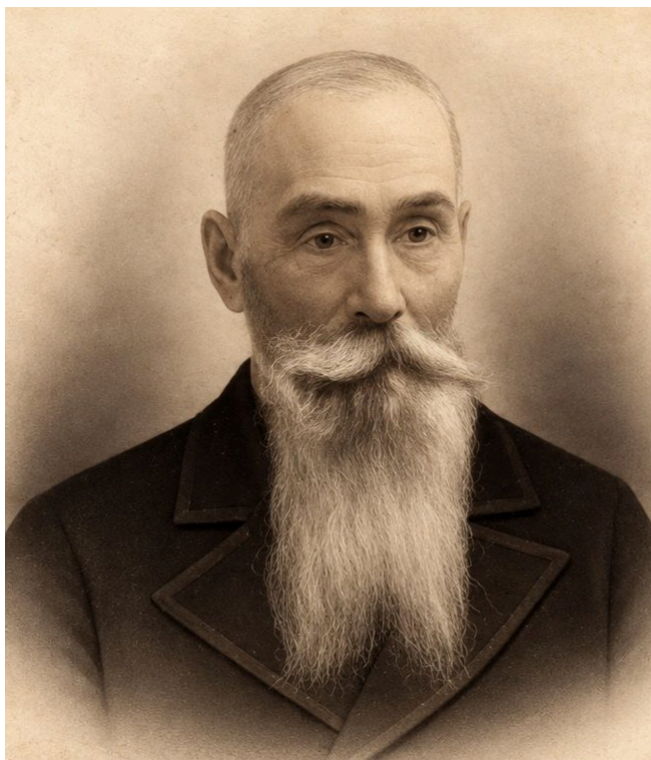


Fig. 1 Bento Maria de Abreu



Fig. 2 Maria Ermelinda Dias de Abreu



Fig. 3 À direita, Horácio Dias de Abreu



Fig. 4 A irmã Ermelinda Dias de Abreu. No verso tem escrito: “Ofereço a meus queridos tios e primos como prova de amizade.” Laura Dias Tentúgal 1/2/1912”



Fig. 5 À esquerda, o irmão Amândio Dias Abreu

1.2. A formação escolar no contexto educativo dos inícios do séc. XX.¹⁵

O seu percurso escolar foi feito em Tentúgal, onde foi aluno da professora primária D. Maria das Dores.¹⁶ Completou o exame da instrução primária do 2.º grau.¹⁷

O ensino primário, em que Horácio Dias de Abreu esteve integrado, foi reorganizado pela reforma de 1901, mais precisamente, pela Carta de Lei de 12 de Junho de 1901, aprovada em 24 de Dezembro, de 1901 pelo governo de Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro. Compreendia dois graus:¹⁸

No 1.º grau, as disciplinas leccionadas eram:

¹⁵ Através do Censo de 1900 e 1911 podemos verificar que no primeiro existiam 74% de analfabetos em Portugal, no segundo a percentagem foi reduzida para 69,6%. O combate acelerado ao analfabetismo era uma prioridade absoluta de qualquer programa cultural, para garantir o desenvolvimento económico e o esclarecimento político. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal – Da Monarquia para a República*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – “Nova História de Portugal”: vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

¹⁶ Dados fornecidos pela D. Carmo Branco.

¹⁷ Documentos da Família Abreu. In *Caderneta Militar* de Horácio Dias de Abreu.

¹⁸ *Reformas do Ensino em Portugal (1900-1910)*, Tomo I, vol. IV-1.ª parte. Lisboa: Ministério da Educação-Secretaria Geral, 1996. Decreto n.º 8.º, art.º 1.º

- Leitura;
- Escrita;
- Operações fundamentais da aritmética e noções do sistema métrico decimal, com aplicação especial a pesagem e medições;
- Doutrina cristã e preceitos de moral;
- Rudimentos de agricultura prática; elementos de desenho linear;
- Exercícios de ginástica elementar sem instrumentos.

Por último, nas escolas de meninas, “trabalhos de agulha e labores, indispensáveis às classes menos abastadas.”¹⁹

No 2.º grau, eram leccionadas as seguintes disciplinas:

- Conhecimento elementar e prático da gramática portuguesa;
- Rudimentos de ciências naturais, especialmente aplicáveis à agricultura e à higiene;
- Prática das operações aritméticas em números inteiros e decimais para solução de fáceis problemas de uso comum;
- Geometria prática elementar;
- Noções elementares de corografia e História Pátria;
- Primeiras noções de educação cívica.

Seriam “dispensados do ensino da doutrina cristã, aqueles alunos cujos pais pertençam a diferente religião.”²⁰

O ensino primário do 1.º grau era “obrigatório para todas as crianças dos dois sexos, desde os seis até aos doze anos de idade completos”.²¹ Todas as crianças dos seis aos doze anos, residentes na freguesia, eram recenseadas, quer constassem ou não do registo de baptismo. A obrigação do ensino começava no ano lectivo imediato àquele em que a criança fosse inscrita no recenseamento, realizado no mês de Agosto, em todas as freguesias.

Esta obrigatoriedade cessava, logo que a criança completasse doze anos de idade, ou tivesse completado a instrução primária, 1.º grau.²² Eram responsáveis pela obrigação do

¹⁹ *Idem*, art.º 2.º

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Art.º 3.º. Eram dispensadas de frequentar a escola oficial, aquelas crianças que estivessem compreendidas em alguma das isenções seguintes: em primeiro lugar, se os pais, tutores ou pessoas encarregadas da sua educação lhes dessem ensino doméstico; se frequentassem qualquer escola particular e por último, se residissem a mais de 2 km. de distância de “alguma escola gratuita, pública ou particular, permanente ou temporária.”

²² Art.º 4.º, 6.º e 53.º. Os alunos matriculados que tivessem completado doze anos e não tivessem feito o exame de instrução primária, poderiam continuar a frequentar a escola, salvo se, em dois anos consecutivos, não

ensino os pais, tutores ou pessoas encarregadas da educação das crianças, bem como, os donos de fábricas, oficinas e empresas industriais ou agrícolas, em cujos serviços as crianças estivessem empregadas e que lhes não dispensassem o tempo necessário para a frequência da escola.

A obrigação do ensino, abrangia o “dever de apresentar, anualmente, as crianças ao professor de ensino primário da respectiva freguesia, na época destinada para a matrícula e o dever de as compelir à frequência regular da escola” em que fossem matriculadas.²³

A matrícula geral das crianças recenseadas, realizar-se-ia nos dias 1 a 10 de Outubro.

A matrícula era “sempre gratuita.”²⁴ Se o aluno desse dez faltas consecutivas ou quinze faltas interpoladas, sem motivo justificado, era avisado o pai, tutor ou pessoa responsável pela sua educação.

O aviso era feito pelo professor, que o comunicaria ao “respectivo sub-inspector.”²⁵ A falta de frequência aos exercícios escolares podia ser justificada por “doença, morte de pessoa conjunta, interrupção das comunicações, ou outro motivo igualmente atendível.”²⁶

A obrigação do ensino, as disposições penais e os nomes das crianças em idade escolar, bem como as vantagens de que gozavam as pessoas habilitadas com o certificado de instrução primária do 1.º grau e do 2.º grau, eram anunciadas, anualmente, pelos párocos, em todos os domingos do mês de Setembro, à hora da missa paroquial. Por esta ocasião, os párocos deviam fazer “considerações tendentes a desenvolver nos seus paroquianos o amor pela instrução primária.”²⁷

Havia, anualmente, no mês de Agosto, exames de instrução primária do 2.º grau, em todas as sedes dos círculos escolares. Os examinandos eram obrigados a uma propina de 1\$500 réis por exame, paga por meio de estampilha especial colada e inutilizada no respectivo requerimento. A importância das propinas entrava “para o fundo da instrução primária.”²⁸

mostrassem “progressos apreciáveis.” Nas escolas regidas por professoras, nenhum aluno poderia frequentar a escola, tendo mais de catorze anos. Art.º 4.º -1.º e 2.º.

²³ Art.º 5.º

²⁴ Art.º 8.º

²⁵ Art.º 12.º

²⁶ Art.º 14.º

²⁷ Art.º 16.º. O certificado da habilitação do 1.º grau da instrução primária era, gratuitamente, passado pelo respectivo professor, após o prévio exercício de ler, escrever e contar, na presença do respectivo sub-inspector, que rubricaria aquele documento. Art.º 53.º

²⁸ Art.º 54.º. Ficariam dispensados das propinas os alunos pobres.

Os exames do 2.º grau eram presididos por um professor oficial de instrução secundária, nomeado pelo governo, e ainda pelo sub-inspector respectivo, quando as necessidades do serviço o exigissem.²⁹

Os indivíduos que, 5 anos depois da publicação do Decreto n.º 8 no *Diário de Governo*, não apresentassem o certificado de instrução primária do 1.º grau, ficavam sujeitos a várias penalidades:

- em primeiro lugar, a não terem passagem gratuita, como colonos, para as possessões portuguesas da África Ocidental e Oriental, enquanto houvesse requerentes com aquela ou superior habilitação;
- a não poderem ser nomeados para qualquer emprego público, por inferior que fosse a sua categoria;
- a não serem elegíveis para nenhum cargo público.³⁰

Os indivíduos habilitados com o exame de instrução primária do 2.º grau tinham preferência, na nomeação para qualquer emprego público, sobre os indivíduos, apenas habilitados com o certificado do ensino de 1.º grau.

Para qualquer emprego público de vencimento anual superior, ou igual a 108\$000 réis, só podiam ser nomeados indivíduos habilitados com o exame de instrução primária do 2.º grau, pelo menos.

O exame de 2.º grau dava acesso aos liceus e nenhum aluno podia requerer este exame, sem provar que tinha 10 anos de idade completos, ou que os completasse “até 31 de Dezembro.”³¹

Foi neste contexto educativo que decorreu a formação escolar de Horácio Dias de Abreu. Por informações cedidas pela D. Carmo Branco,³² sobre o local de funcionamento da instrução primária, realçamos um artigo da referida Lei, que o podia enquadrar legalmente: “Poderá o Governo dispensar a criação da escola primária oficial, nas freguesias onde houver

²⁹ Art.º 55.º

³⁰ Art.º 56.º

³¹ Art.º 58.º

³² Foi-nos referido o seguinte: “naquele tempo não era bem escola primária; eram umas professoras que ensinavam os meninos e as meninas.” Horácio Dias de Abreu teve a instrução primária, leccionada por uma professora habilitada, numa casa particular, numa das residências da actual família Cavaco. Os rapazes e raparigas aprendiam, separadamente. Mais tarde, passou a ser na casa da Sr.ª Ermelinda, familiar do Sr. Horácio, na rua da Igreja e só em 1938 é que passou a ser uma escola com instalações independentes, oficiais. Em todas as situações, a escola era gratuita.

professores de ensino livre legalmente habilitados, quando as suas escolas possuam as condições necessárias, e eles se obriguem a ministrar gratuitamente o ensino primário dos dois graus aos alunos pobres, mediante um subsídio pago pelo Governo ou por alguma corporação administrativa ou de beneficência da localidade, ou por algum particular.”³³

Realçamos, ainda, o facto de quando algum professor ou professora das escolas normais ou de habilitação ensinasse doutrinas contrárias à religião de Estado, à moral e bons costumes, e às leis do Reino, ou houvesse cometido qualquer delito infamante ou gravemente escandaloso, era suspenso pelo Governo, até ulterior resolução, tomada segundo os termos legais. O professor ou professora indiciado tinha direito “a ser ouvido antes da resolução final.”³⁴

Seriam organizadas comissões promotoras de beneficência e ensino, nas diversas freguesias, para promoverem a frequência das crianças, a aquisição e distribuição de vestuário, livros e outros objectos de ensino às crianças mais necessitadas.

Estas comissões seriam compostas pelo pároco da freguesia, professor e por cinco cidadãos pertencentes à freguesia e “nomeados pela Direcção Geral de Instrução Pública.”³⁵

A escolaridade de Horácio Dias de Abreu ficou pela instrução primária, numa época de elevadas taxas de analfabetismo e reduzida dimensão da rede escolar.

1.3. Formação musical

A formação musical foi realizada na *Sociedade Instrução, Recreio e Beneficencia Tentugalense*.

Seu pai, Bento Maria de Abreu, foi um dos sócios fundadores desta sociedade, com sede em Tentúgal. Ao ingressar nesta Sociedade, com o objectivo de garantir a sua formação musical, contraiu um conjunto de obrigações, expressas nos estatutos. Estes foram aprovados,

³³ Art.º 19.º

³⁴ Art.º 78.º

³⁵ Art.º 119.º

depois de ouvida a Comissão Distrital, conforme o disposto no Art.º 8.º do Decreto de 6 de Agosto de 1892, no dia 6 de Março de 1896.³⁶

Os Estatutos da *Sociedade Instrucção, Recreio e Beneficência Tentugalense* englobavam dois capítulos, compostos pelos seguintes temas:

- . Primeiro capítulo: da organização e fins da sociedade.
- . Segundo capítulo: dos sócios: sua admissão, direitos e deveres; da Assembleia Geral; da Direcção; da Beneficência; disposições gerais e transitórias.

Relativamente ao primeiro capítulo, “Organização e fins da sociedade”, podemos destacar:

- a direcção era composta por seis membros, dos quais era nomeado um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois vogais;³⁷
- existia um tesoureiro nomeado pela direcção, “debaixo da sua responsabilidade”, mas prestando a competente caução;³⁸
- a mesa da assembleia geral era composta por um presidente e dois secretários;³⁹
- a expulsão de algum sócio, resultava do julgamento da assembleia geral, que só podia avaliar o facto que dava motivo à expulsão, “proibindo a intromissão na vida particular deste”;⁴⁰
- a sociedade, à data da fundação, era composta por: sócios beneméritos, honorários;⁴¹ protectores;⁴² activos executantes; activos não executantes;⁴³ sócios fundadores⁴⁴ e um Presidente honorário e vitalício, padre António Dias de Oliveira.⁴⁵

³⁶ Alvará existente nos documentos da Família Abreu. *Estatutos da Sociedade Instrucção, Recreio e Beneficência Tentugalense*, 1896.

³⁷ Art.º 3.º

³⁸ Art.º 4.º

³⁹ Art.º 5.º Para os cargos referidos nos art.º 3.º, 4.º e 5.º poderiam ser eleitos sócios de qualquer categoria, para os demais só poderiam ser eleitos sócios activos.

⁴⁰ Art.º 39.º

⁴¹ Nomes dos sócios: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio de Montemor-Velho, José da Silva Bica de Coimbra e João Teixeira Soares de Bica de Coimbra.

⁴² D. Josefina Guedes Gavicho, D. Maria das Dores Fernandes, Maria dos Prazeres Faria, Anna Roca, Dr. Anthero Augusto de Almeida Araújo Pinto, Dr. Manoel Joaquim Tavares Mendes Vaz, Jorge Gavicho da cidade de Lisboa e Francisco Fausto Guedes.

⁴³ Nome dos sócios: José Alexandrino Beja da Silva, Joaquim Jorge André, José Maria Rodrigues, Francisco Maria Cunha, António Martinho, José Maria da Silva Pedro da Veiga e José Alves da Trindade.

⁴⁴ Nome dos sócios: Padre António Dias de Oliveira Júnior, Augusto Ferreira de Andrade, Francisco António Mendes Júnior, Bento Maria de Abreu, António Maria Delgado, Albino de Carvalho, Miguel Pereira Baptista, António de Almeida Machado, Bento de Oliveira Pereira, Francisco da Silva Peixoto, António Lopes, José Ferraz Monteiro, José da Silva, Joaquim Marques Cardoso, José Alho, Nuno Augusto da Silva Peres, José Maria Silva,

Havia ainda lugar para:

- . um arquivista a quem incumbia ordenar, distribuir e conservar as peças de música e mais “apensos”⁴⁶ da sociedade;⁴⁷
- . um contínuo, dentro dos sócios executantes que “não exercessem cargo algum na sociedade.”⁴⁸

Os fins da sociedade eram os de estreitar as relações de boa fraternidade entre os sócios; ministrar-lhes “instruções e recreios honestos” e proporcionar-lhes a beneficência.⁴⁹

Relativamente ao segundo capítulo, que dizia mais directamente respeito a Horácio Dias de Abreu - “Dos sócios: sua admissão, direitos e deveres” - este obrigava ao seguinte:

- podiam fazer parte da sociedade “todas as pessoas de bons costumes”;⁵⁰
- nenhum menor podia fazer parte da sociedade, sem licença prévia escrita de seus pais, tutores ou pessoas por eles responsáveis;⁵¹
- a admissão devia ser precedida de um requerimento à direcção, assinado pelo candidato declarando nome, residência, profissão e classe a que queria pertencer;⁵²
- não podia ser admitido, “sem prévia inspecção médica”;⁵³
- todos os sócios activos pagavam de jóia, no acto de entrada: 1\$000 réis e 40 réis de quota semanal.⁵⁴

Os direitos dos sócios estavam dependentes da sua categoria:

- os sócios beneméritos, honorários e protectores tinham direito a assistir aos ensaios, a todas as reuniões e festivais da sociedade;⁵⁵
- os seus filhos menores tinham o “direito a ser lecionados nos diversos cursos da sociedade”;⁵⁶

Joaquim Marques Cardoso, José Alho, Nuno Augusto da Silva Peres, José Maria Pereira Baptista, Júlio Pessoa Leitão, Raphael dos Santos Victor, Joaquim Pereira Baptista, José de Almeida Machado e José Maria Pimenta.

⁴⁵ Art.º 6.º

⁴⁶ Numa sociedade musical, para além dos instrumentos musicais, pertence-lhes igualmente estantes para colocar as partituras, o símbolo da sociedade desenhado em bandeiras, fardas que seriam emprestadas aos executantes. Os “apensos” seria tudo o que era património da sociedade.

⁴⁷ Art.º 7.º

⁴⁸ Art.º 8.º

⁴⁹ Art.º 9.º

⁵⁰ Art.º 10.º

⁵¹ Art.º 10.º único.

⁵² Art.º 11.º

⁵³ Art.º 11.º - 1.º

⁵⁴ Art.º 12.º

⁵⁵ Art.º 13.º

- todos tinham o direito a apresentar na sociedade, três vezes por mês, um convidado com residência fora da terra, sendo inscrito num livro destinado a esse fim, responsabilizando-se pelo comportamento do seu apresentado e esta apresentação não podia ser feita em dia de sessão, eleição ou festival;⁵⁷
- todo o sócio executante tinha direito a duas lições de música semanais;⁵⁸
- todos aqueles que tomassem parte das festividades, tinham direito à “quota parte do seu produto”⁵⁹, descontados: 1/3 para o cofre de beneficência e 15% para a caixa da sociedade;⁶⁰
- os sócios fundadores se saíssem da sociedade, tinham direito aos 50\$000 réis com que entraram. Este direito era ressaltado em caso de dissolução da sociedade.

Eram considerados sócios fundadores, todos aqueles que assinassem os estatutos. Os outros sócios activos só tinham direito ao “espólio”⁶¹, depois de três anos como associados.⁶²

Deixavam de ser considerados sócios aqueles que em primeiro lugar, não pagassem quatro quotas semanais, devidamente exigidas pelo tesoureiro; os que infringissem qualquer artigo dos estatutos e por último os que tivessem procedimento “irregular e indecoroso”.⁶³

Relativamente às expulsões, só a Assembleia Geral é que tinha o direito à sua aplicação.⁶⁴ Assim:

- todo o sócio activo, expulso da sociedade, só era readmitido passado um ano, pagando nova jóia e as cotas semanais, decorridas à data da sua saída.

Igualmente, não tinha “garantias”⁶⁵ durante um ano:⁶⁶

- todo o sócio activo que, espontaneamente, saísse da sociedade, só podia ser reintegrado passados 3 meses, pagando as quotas em dívida, não tendo “direito a garantias durante seis meses”,⁶⁷

⁵⁶ Art.º 13.º único.

⁵⁷ Art.º 14.º Este artigo teria como objectivo a divulgação da música nas terras limítrofes de Tentúgal e o incentivo ao acesso a uma “escola de música” que poderia ser frequentada por pessoas de poucas posses.

⁵⁸ Art.º 15.º

⁵⁹ Quem contratava uma Associação Musical (Filarmónica), para participar nas festividades da sua terra tinha que pagar esse serviço. O “produto” era esse pagamento, pensamos que seria em dinheiro.

⁶⁰ Art.º 16.º

⁶¹ Deduzimos que o “espólio” a que se refere o artigo, seja a jóia de entrada. No caso dos sócios activos, 1\$000 réis.

⁶² Art.º 17.º

⁶³ Art.º 18.º

⁶⁴ Art.º 19.º

⁶⁵ As garantias eram todos os direitos referidos nos artigos, a que os sócios activos tinham direito.

⁶⁶ Art.º 20.º

⁶⁷ Art.º 21.º

- aquele que fosse expulso ou se despedisse da sociedade perdia todo e qualquer direito que nela tivesse.⁶⁸

Em relação a outras obrigações dos sócios relacionadas com os fins musicais da sociedade, destacam-se:

- todo o sócio activo executante que faltasse ao ensaio, sem motivo justificado, pagava uma multa de 100 réis e 40 réis, se entrasse na ½ hora seguinte à hora da chamada;⁶⁹
- nenhum sócio executante podia sair do ensaio, “sem licença do regente”;⁷⁰
- o prolongamento dos ensaios dependia “da vontade do regente”;⁷¹
- os dias de ensaio, só podiam ser transferidos, havendo causa conhecida e aprovada pela maioria dos sócios executantes;⁷²
- todo o sócio que saísse da sociedade era obrigado a entregar o instrumento que lhe tinha sido confiado, em bom estado de conservação relativa, ou o seu valor actualizado;⁷³
- os sócios eram obrigados a passar um recibo do instrumento que lhe fosse entregue, mencionando o seu valor.⁷⁴

Os litígios mereciam um espaço próprio nos Estatutos pois, “o sócio que tivesse que ser demandado, fica sujeito às despesas da acção, contadas e não contadas e em qualquer comarca”.⁷⁵

Em Sociedades sem fins lucrativos e que se dedicavam sobretudo ao bem público era importante que “qualquer sócio que fosse eleito aceitasse o cargo”, embora em Tentúgal se legitimasse a “pena de expulsão” para quem o não fizesse. (A reeleição podia ser motivo de recusa).⁷⁶

Outros aspectos curiosos dos Estatutos:

- todo o sócio activo executante, não podia ir tocar a parte alguma, em dia de função, “sem prévia licença da direcção”;⁷⁷ não se podia recusar, sem motivo, a ir tocar a alguma

⁶⁸ Art.º 22.º

⁶⁹ Art.º 23.º. Considerava-se como justificação: doença própria, de pessoa de família doméstica ou caso de força maior. As multas seriam pagas no prazo de 30 dias e só a direcção tinha o direito de julgar a justificação.

⁷⁰ Art.º 24.º

⁷¹ Art.º 26.º

⁷² Art.º 26.º

⁷³ Art.º 27.º. Esse valor seria dado por dois peritos, um nomeado pelo sócio e outro pela sociedade. Em caso de empate prevalecia a média das avaliações.

⁷⁴ Art.º 28.º

⁷⁵ Art.º 29.º

⁷⁶ Art.º 30.º

⁷⁷ Art.º 31.º

função ou que por ter faltado aos ensaios, por negligência, não estivesse “apto a satisfazer à regência.” Este pagava a multa de 1\$000 réis.⁷⁸

- todo o sócio activo era obrigado a aceitar o instrumento que lhe fosse distribuído pelo regente e o lugar por ele indicado em ocasião de ensaio ou função;⁷⁹
- a direcção determinava, ouvido o regente, a hora e os dias marcados para os ensaios⁸⁰ e era “obrigado a prestar obediência” à direcção, em tudo aquilo que fosse justo e racional, tendente à consecução de qualquer “fim bom ou proveitoso” para a sociedade.⁸¹

Relativamente ao tema “Da Direcção”, podemos realçar o seguinte:

- competia à direcção, logo que as forças económicas da sociedade o comportassem, abrir um curso de instrução primária, francês, para os sócios e seus filhos menores.⁸² Estes cursos eram gratuitos para os sócios, seus filhos menores e para as crianças, “reconhecidamente indigentes.”⁸³

O fim de beneficência da Sociedade era visível em alguns artigos dos Estatutos onde se privilegiava o “sócio activo impossibilitado de trabalhar”. Existia uma caixa para esse efeito, onde era depositado em dinheiro, $\frac{1}{2}$ das quotas e $\frac{1}{3}$ dos lucros auferidos nas festividades em que a sociedade tomasse parte.⁸⁴

O doente tinha direito em primeiro lugar, à visita do médico (provido por concurso documental)⁸⁵ durante a doença, aos medicamentos receitados pelo clínico, a receber 100 réis diários, quando fosse doença aguda e 60 réis quando não aguda ou na convalescença e por último, à isenção do pagamento de quotas.⁸⁶

Os sócios activos, sem trabalho, tinham direito à isenção de quotas.⁸⁷

Pelo falecimento de qualquer um, a viúva recebia 40 réis diários e não pagava quotas. No entanto, requeria-se que “fosse pobre, de bons costumes e só, enquanto viúva”;⁸⁸ para que

⁷⁸ Art.º 32.º

⁷⁹ Art.º 33.º

⁸⁰ Art.º 35.º

⁸¹ Art.º 35.º

⁸² Art.º 41.º

⁸³ Art.º 41.º único

⁸⁴ Art.º 46.º

⁸⁵ Art.º 47.º. Este médico teria como honorários a quantia de 100\$000 réis anuais e seria obrigado a visitar os sócios activos que residissem na sede da sociedade.

⁸⁶ Art.º 48.º. Só teriam direito a socorros médicos e farmacêuticos, os sócios activos residentes na sede da sociedade. Art.º 49.º. Estes socorros seriam exclusivos aos sócios activos e nunca extensivos às suas famílias.

⁸⁷ Art.º 50.º. Só a direcção poderia avaliar sobre a falta de trabalho.

⁸⁸ Art.º 51.º

formação católica, o percurso profissional de Horácio Dias de Abreu, pois, além do convívio, ajudava-o, frequentemente, nas cerimónias religiosas.

No princípio do século vinte, os órgãos que acompanhavam as missas, funcionavam, na generalidade, a ar, accionado por pedais. A função de Horácio Abreu era a de dar aos pedais,⁹³ enquanto o organista executava as peças litúrgicas.



Fig. 7 Fotografia do tio padre O estatuto eclesial, numa sociedade esmagadoramente católica, era muito elevado. Dava grande prestígio social, ter algum eclesiástico na família.

Para além de Horácio Dias de Abreu, na família mais próxima, só o seu irmão Amândio e a irmã Laura tinham formação musical.⁹⁴

⁹³ Estas e outras informações foram reiteradas por José Craveiro. Escolhemo-lo para fazer uma entrevista para este trabalho, porque sabemos que ele é das personalidades com memória única, sobretudo o que diz respeito à história e tradições de Tentúgal. Para além disso, conheceu e conviveu diariamente com Horácio Dias de Abreu. O Sr. José Craveiro é dono da famosa Casa Arménio em Tentúgal, dos restaurantes mais típicos da Vila. Esta entrevista foi realizada em Tentúgal no dia 7-10-2003. “O Sr. Horácio quando era novo, também era conhecido pelo rapaz do fole, porque, quando ele tinha uns treze anos, o tio, que foi muitos anos padre no Louriçal, veio cá um dia cantar um ofício, penso que um ofício de defuntos, no dia 2 de Novembro e ele lá foi dar ao fole. Ele admirava muito o tio. O tio queria começar a cantar o ofício, olhava cá de baixo para o organista para ver se ele lhe dava a entrada... o organista tocava... mas não tinha som. O organista começou a ficar atrapalhado. Ainda por cima estava o coro cheio de pessoas, algumas eruditas... o Sr. Horácio estava tão embevecido com aquela movimentação que o tio tinha feito, de ir ao ambão, depois vir, depois havia uma espécie de caixão que se armava no meio da igreja com panos pretos, com uma caveira em cima, um quadro de cheiros enorme, depois o tio todo vestido de preto por cima da alva branca, a capa de asperges, o pluvial, a estola... Às tantas, o tio, ao ver que aquilo nunca mais começava, também não falou... cantou em voz alta: “Oh rapaz dá ao fole...” e ele catapum, catapum, catapum...”

⁹⁴ *Idem*, entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “A Família do Sr. Horácio era uma família muito dada às artes. A Laurinha tocava muito bem o violão português, apesar de ter uma mercearia e uma taberninha, tinha um jeito para o violão, fantástico... A Laurinha ficou viúva e ficou sozinha, muito cedo, porque os seus filhos morreram todos. Ela tocava violão quando se faziam os Santos Populares. A Conceição Cavaleiro agarrava na guitarra, a Sr.ª Nazaré tocava bândolim e a música continuava. O irmão, infelizmente, cegou, mas compunha muitas músicas

A sua infância fez-se em contacto directo com o ofício do pai, carpinteiro e, talvez por essa razão, a primeira escolha profissional fosse a mesma.⁹⁵

A primeira referência que encontramos a Horácio Dias de Abreu, como carpinteiro, vem numa acta da sessão ordinária de 21 de Março de 1915, da Junta de Paróquia da Freguesia de Tentúgal, quando ele tinha 18 anos. Podemos ler o seguinte: “Foi deliberado pagar a Horácio Dias de Abreu, Carpinteiro desta Vila a quantia de vinte e nove escudos e cinquenta e oito centavos (29\$58) importância de uma mesa e uma cómoda.”⁹⁶

No dia 24 de Outubro de 1917, Horácio Dias de Abreu alistou-se como recrutado, pertencendo ao contingente de 1917, a cargo do distrito de Coimbra. Nesta data, tinha um metro e sessenta e cinco centímetros de altura, era vacinado e como ocupação exercia o ofício de carpinteiro.⁹⁷

Cumpriu a instrução de recruta de 6 de Março de 1918, até 20 de Abril de 1920 e foi promovido a 1.º cabo em 13 de Fevereiro de 1921. Foi incorporado na “reserva”, no dia 17 de Abril de 1921.⁹⁸

O documento é um boletim militar preenchido com dados pessoais e de alistamento de Horácio Dias de Abreu. O formulário está dividido em várias secções:

- Alísteo em:** 24 de Outubro de 1917, como Recrutado, para servir até os 45 anos de idade, pertencendo ao contingente de 1917, a cargo do distrito de Coimbra.
- Concelho de:** Chantimor Velho.
- Freguesia de:** Tentúgal.
- Presente na:** C. D. R.
- Em:** 6 de Março de 1918, contando o tempo de serviço efectivo desde esta data.
- Altura:** 1 metro e 65 centímetros.
- Altura rectificada:** 1 metro e 65 centímetros.
- Sinais particulares:** Foi vacinado.
- Notas biográficas durante o serviço militar:**

Primeiro e último dias de serviço do art. 155 do Regulamento de Recrutas. Damento de 1917, cida 6 de março de 1918, into harmonização se na freguesia de Tentúgal, Concelho de Chantimor Velho. Freguesia de Chantimor Velho, Concelho de Tentúgal, em 29 de abril de 1919, trouxe os meus livros do art. 155 do R. R. de Recrutas e enviá-los ao meu freguesia de Tentúgal, Concelho de Chantimor Velho. Freguesia de Chantimor Velho, Concelho de Tentúgal, em 17 de outubro. Envio da instrução de recruta em 17 de outubro de 1918. Promovido a 1.º cabo em 13 de fevereiro de 1921. Licença por períodos parciais de 30 dias desde 17 de maio de 1921 nos termos do C. D. R. de 12 de maio de 1919, da 8.ª, ainda de manter-se na freguesia de Tentúgal, Concelho de Chantimor Velho. Recrutado em 10 de maio de 1921 nos termos do art. 155 do Regulamento de Recrutas e enviado ao meu freguesia de Tentúgal, Concelho de Chantimor Velho.
- Habilidades literárias e profissionais:**
 - Antes do serviço militar:** Curso de Instrução Primária 2.º Grupo.
 - Durante o serviço militar:**

Legenda:

- (a) A que foi verificada no ato da inspeção.
- (b) A que se trata de ver no ato de licenciamento.

Fig. 8 Boletim militar de Horácio Dias de Abreu

e bonitas. Soube isto porque o meu sogro tocou, muitas vezes, com ele. O meu sogro tocava clarinete. O irmão era um homem fabuloso na música e tocava acordeão. Um dia perguntei aos filhos se ainda existia alguma música dele. Apenas sei que ele uma vez fez um tango que foi tocado em tudo o que era festa, porque ele era muito bonito... Queimaram tudo! Existiam partituras belíssimas...”

⁹⁵ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Naquele tempo era muito importante para o filho de uma pessoa ter uma arte, especializar-se num ofício...”

⁹⁶ In. Acta da sessão ordinária de 21 de Março de 1915, da Junta de Freguesia de Tentúgal.

⁹⁷ In. Documentos pessoais da Família Abreu. Caderneta Militar de Horácio Dias de Abreu.

⁹⁸ Ibidem.

Em 1920, Horácio Dias de Abreu abriu a Fábrica Nacional de Harmoniuns *Magnificus*.⁹⁹

Na Exposição Industrial Portuguesa que teve lugar em Lisboa, no ano de 1923, apresentou já alguns *Harmoniuns Magnificus*, e foi premiado com a medalha de ouro.¹⁰⁰

Só em 1931, as instalações da indústria de *Harmoniuns Magnificus* e oficina de reparação e afinação de instrumentos musicais passaram, definitivamente, para a Rua Conselheiro Ferreira Freire, em Tentúgal, casa que lhe serviu, igualmente, de habitação, até ao fim da vida.

Horácio Dias de Abreu contraiu matrimónio no Posto do Registo Civil da Freguesia de Tentúgal, Montemor-o-Velho, no dia 14 de Fevereiro de 1931 com Carmo Paiva.¹⁰¹ A mãe de Carmo Paiva Dias de Abreu, Virgínia Paiva era de Coimbra e o seu pai, Bento da Silva Valente, de Pereira do Campo. Carmo era a irmã mais velha de mais seis irmãos:

- Virgínia Paiva;
- Guilhermina Paiva;
- Nazaré Paiva;
- Aurora Paiva;
- Francisco Paiva;
- João Paiva.¹⁰²

⁹⁹ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “A oficina funcionou 2 anos numa cela do convento das Carmelitas, mas penso que ele ainda não construía órgãos. Foi o tio padre que o encaminhou para a construção de harmónios. Ele disse-lhe: “tu tens capacidade para mais”... levou-lhe um harmónio e ele desmanchou-o e a partir desse, fez e inventou os seus Harmónios. Engenho humano e inteligência!...”

¹⁰⁰ Este tema será desenvolvido mais à frente.

¹⁰¹ Conservatória do Registo Civil de Montemor-o-Velho. Assento número 199 do dia 14 de Fevereiro de 1931.

¹⁰² Informações cedidas pelas sobrinhas de Carmo Paiva Dias de Abreu.



Fig. 9 Horácio Dias de Abreu com a esposa em sua casa.



Fig. 10 Imagem da família mais próxima. Da esquerda para a direita (em cima): Mário Matias Ferraz, Guilhermina, Maria de Lurdes Paiva, Júlia Abreu, Gilberto Paiva Dias de Abreu (padrinho), Alda Faria Baptista (madrinha), Carmo Paiva de Abreu, Horácio Dias de Abreu, João Paiva, Conceição Gomes, Bento da Silva, Virgínia Paiva e a bebé que tinha sido baptizada, uma sobrinha em 2.º grau, Fernanda. Na parte de baixo: Gabriel, Aurora Paiva, Carmita Paiva e Gilberta Paiva

A 1 de Janeiro de 1935, nasceu o único filho de Horácio Dias de Abreu e Carmo Dias de Abreu, registado e baptizado com o nome de Gilberto Paiva Dias de Abreu.



Fig. 11 À direita, em baixo, a imagem do filho Gilberto Paiva Dias de Abreu na escola primária de Tentúgal. É interessante observar que o filho Horácio Dias de Abreu era dos únicos a usar gravata e sapatos.



Fig. 12 Imagem do filho com um harmónio de seu fabrico.

Estávamos em 1935, dois anos após a institucionalização da Ditadura Militar pela Constituição de 1933. Oliveira Salazar tinha conseguido desconstruir as matrizes ideológicas da Primeira República e regressar à tradição católica de Deus, Pátria e Família.

Para Horácio Dias de Abreu como para a maioria das famílias católicas portuguesas, cerca de 93%,¹⁰³ não houve lugar a ruptura, em relação aos princípios educativos, herdados da monarquia constitucional. Pelo contrário, aderiu plenamente aos princípios tradicionais católicos.

Todo o contexto familiar e formativo de Horácio Dias de Abreu se tinha enquadrado com facilidade nas matrizes ideológicas do salazarismo e estavam bem longe dos princípios laicos, maçónicos e universalistas da Primeira República.

Natural de uma freguesia rural, dominada pela tradição religiosa, onde o administrador do sagrado que domesticava corpos e almas era o padre; nascido de uma família tradicional

¹⁰³ Segundo o recenseamento geral da população de 1940 havia 93% dos portugueses que professavam a religião católica. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII - ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 222.

religiosa, com um tio que seguira a carreira eclesiástica e tinha adquirido outro *status* social, mais respeitado e considerado; escolarizado em ambiência de estrito cumprimento da tradição monárquica católica, Horácio Dias de Abreu foi, como a maioria dos portugueses de 1910 uma pessoa a quem os ideários da proclamação da Primeira República de 5 de Outubro de 1910 passaram ao lado.

O mais importante era assegurar a manutenção da família, segundo os princípios herdados dos antepassados. Os encarniçados debates políticos dos “doutores”, na sua maioria formados, ali a menos de 20 quilómetros em Coimbra, nada lhes dizia.

A informação proveniente do exterior, numa terra de maioria analfabeta, era filtrada, através dos púlpitos das igrejas e não era favorável à Primeira República, pregoeira de uma moral laicizante, neutra em matéria de religião, “espoliadora” dos bens e privilégios da igreja e perseguidora das Ordens Religiosas.

A partir da Ditadura Nacional, tudo se alterou. As poucas vozes dissonantes foram abafadas pela censura ou repressão. As vozes dos púlpitos afinaram pelas vozes dos governantes e as famílias tradicionais católicas que sempre se tinham deixado reger pela batuta da igreja, alinharam, sentimentalmente, pelo “salvador da Pátria”, Oliveira Salazar e pelo seu regime.

Horácio Dias de Abreu, nessa altura prestigiado chefe de família, não podia destoar do coro afinado de colaboradores do Estado unitário e corporativo, proclamado na Constituição de 1933.

A sua participação em todos os eventos cívicos e religiosos da freguesia, dão-nos a dimensão do seu prestígio social, junto dos seus conterrâneos.

A paternidade não o desviou das suas obrigações de cidadão:

- Foi um dos responsáveis pela constituição da Casa do Povo de Tentúgal, que se enquadra nos termos do Decreto-Lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933. - a sua inauguração concretizou-se a 19 de Julho de 1938;
- Em Fevereiro de 1938 criou uma comissão com o objectivo de angariar donativos para a preservação da Capela de S. Romão;

- No ano de 1938, fez parte da comissão de festas em Honra de Nossa Senhora do Carmo, sendo o responsável por algumas mudanças de tradição que se mantêm até hoje.¹⁰⁴

Apostado em conjugar o desenvolvimento da sua vida profissional com a sua actividade cívica, ainda em 1938, Horácio Dias de Abreu preparou o mostruário dos seus harmónios para concorrer à Exposição Internacional a realizar no Porto, no ano seguinte.¹⁰⁵

As suas tarefas de promoção profissional não o demoveram de continuar o seu trabalho, em prol da freguesia.

A 5 de Novembro de 1951, para culminar este período de empenhamento em favor da Freguesia, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Tentúgal.

Associado a este cargo, foi também eleito Presidente da Casa da Misericórdia em Tentúgal.¹⁰⁶

O Grupo Cénico Juventude Radiosa de Tentúgal foi constituído a 7 de Agosto de 1959 e Horácio Dias de Abreu foi um dos fundadores.¹⁰⁷

Horácio Dias de Abreu e mais tarde em conjugação com o seu filho foi, durante muitos anos, o agente em Tentúgal da A.P.R., Agência Portuguesa de Revistas da Província. Era, desta forma, responsável, na sua localidade, pela venda de revistas, como a *Crónica Feminina*.

Este semanário, com saída às quintas-feiras, era apresentado por Mário de Aguiar e tinha como Directora e Editora Milai Bensabat, com sede em Lisboa. Esta agência ofereceu um fim-de-semana, em Lisboa, a Horácio Dias de Abreu e seu filho. Este convite proporcionou-lhes em 1963, uma visita a Cascais, Sintra, Estoril, Praia das Mações e Azenhas do Mar.

Nas duas noites em que foram instalados no Hotel Império em Lisboa, tiveram oportunidade de assistir, no *Avenida* à comédia «Vamos contar mentiras» e no *S. Jorge* ao filme inglês, «A respeitável carcassa».¹⁰⁸ Eram, igualmente, agentes de jornais como: *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, *Diário Popular* e *Vida Regional*.

¹⁰⁴ A sua acção na Casa do Povo, as informações sobre a Capela de S. Romão e relativamente à comissão de festas de Nossa Senhora do Carmo e às mudanças de tradição serão temas desenvolvidos mais à frente.

¹⁰⁵ *In Gazeta de Cantanhede. Semanário Republicano*. Director e Proprietário, Henrique Barreto. 5 de Novembro de 1938, n.º 1107.

¹⁰⁶ Não foi possível termos acesso às actas da Casa da Misericórdia, onde Horácio Dias de Abreu exerceu a função de Presidente.

¹⁰⁷ A sua acção como Presidente da Junta de Freguesia e as informações sobre Grupo Cénico Juventude Radiosa de Tentúgal, serão temas desenvolvidos, mais à frente.



Fig. 13 Capa da revista *Crónica Feminina* de 17-10-1963



Fig. 14 Horácio Dias de Abreu em Lisboa, no Hotel do Império



Fig. 15 Horácio Dias de Abreu e o seu filho Gilberto Paiva Dias de Abreu durante a visita a Lisboa. Como legenda da imagem pode-se ler o seguinte: “Os nossos serviços de ficheiro são explicados aos agentes de Tentúgal pela filha do nosso Director-Geral Haydée Aguiar Paulino.”

¹⁰⁸ Revista *Crónica Feminina*. Lisboa: Editora Milai Bensabat, 17 Out 1963. [semanário (saía à quinta-feira)]

A sua relação com a imprensa não se limitava à distribuição, mas incluía uma participação mais directa, nas notícias dos jornais. Nos arquivos da família foram encontradas cópias de cartas enviadas a jornais, informando-os de notícias da sua terra, ou, até mesmo, de localidades vizinhas. Estes artigos eram redigidos por Gilberto Paiva Dias de Abreu.

Podemos citar, como exemplo, uma carta enviada ao *Diário Popular*, em 24 de Julho de 1962, onde era veiculada a informação que a estrada que ligava a população da Murraça à sede de freguesia estava cortada pelas águas que tinham destruído uma ponte que lhes servia de acesso. Esta carta terminava da seguinte forma: “espera a população da Murraça com a maior urgência o arranjo da sua estrada.”¹⁰⁹

Outra notícia encontrada foi escrita no *Vida Regional* em 19-9-1961, numa crónica intitulada “Correio da saudade”. Este texto é dirigido a Aníbal Costa da Cunha, Furriel Miliciano, n.º 2.656, em Grafanil, Luanda e assinado pelo filho de Horácio Dias de Abreu. Este texto transmite solidariedade, esperança e exaltação da Pátria, através do sacrifício de expor a própria vida, correspondendo ao chamamento da voz do dever, e termina da seguinte forma: “Em testemunho da nossa solidariedade e marcando a nossa presença, enviamos um abraço em nome de todos os portugueses que prezam a sua honra.”

Foram, igualmente, enviados, por intermédio do “solícito correspondente de «Vida Regional» em Tentúgal, Sr. Gilberto Paiva Dias de Abreu”, agradecimentos da Direcção do G.R.T. pela oferta do Sr. António de Jesus Moio, em Angola.¹¹⁰

A partir de 1972, Gilberto Paiva Dias de Abreu foi nomeado, para a localidade de Tentúgal, correspondente do *Diário de Coimbra*.¹¹¹ Escreveu, regularmente, notícias assinadas em nome próprio. De entre os temas versados, abordava, frequentemente, os jogos realizados pela equipa de futebol de Tentúgal.¹¹²

Horácio Dias de Abreu foi uma pessoa que, ao longo de toda a vida, se interessou por actividades culturais.¹¹³ Tendo atravessado com a sua longevidade dois séculos carregados de

¹⁰⁹ In. Documentos da Família Abreu.

¹¹⁰ In. Documentos da Família Abreu.

¹¹¹ In. Documentos da Família Abreu.

¹¹² *Diário de Coimbra*, 28-10-1981, 21-1-1984...

¹¹³ Entrevista cedida pelo Sr. Arménio Craveiro: “Era normal vê-lo partir para assistir a peças de teatro, era assim que ele também se cultivava... de Março a Setembro fazia sempre a sua sesta, de Inverno era para a leitura, todos os dias lia o jornal.”

tensões políticas e sociais, enamorou-se pela cultura do Estado Novo¹¹⁴ de uma maneira dinâmica, levando à sua terra e aos arrabaldes os eventos culturais do regime. Esta alegria de viver manifestou-a, durante toda a sua vida em múltiplas ocasiões e sem fazer quaisquer destriça de classes sociais.¹¹⁵

A esposa, Carmo Dias de Abreu falece no dia 22 de Maio de 1968. A causa de morte foi “o desenvolvimento descontrolado de diabetes.”¹¹⁶

No dia 7 de Fevereiro de 1981, constrói o 1335.º Harmónio, que seria o último *Harmonium Magnificus* de seu fabrico, registado.¹¹⁷

Em Novembro de 1985 deixou de trabalhar.¹¹⁸

No dia 25 de Fevereiro de 1988, Horácio Dias de Abreu, falece em sua casa, depois de estar internado no hospital de Coimbra devido a uma trombose.¹¹⁹

¹¹⁴ *Idem*, entrevista cedida pelo Sr. Arménio Craveiro: “Era um adepto do Estado Novo. Era filho de um pai que toda a gente reconhecia como um homem de respeito, em que a palavra valia mais do que um documento selado. Ele tinha atravessado uma época da 1.ª República em que andava tudo ao baldão. O Estado Novo vem impor outra vez respeito e disciplina. Ele era um homem de respeito e disciplina, isso era!”

¹¹⁵ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O Sr. Horácio viveu num tempo em que ainda existiam Morgados em Tentúgal. Embora os Morgadios já tivessem sido extintos há muitos anos, ainda existiam Morgados. Ele movimentava-se nas melhores casas da Vila. Aliás, ele fazia parte dessa sociedade. Em casa do Sr. Gavicho era normal encontrar o Sr. Horácio em dia de festa. A casa do Sr. Gavicho era um dos solares mais bem apetrechados em Tentúgal. Tinha uma sala para a música, tinha uma harpa fenomenal, que ainda vi. Infelizmente já desapareceu tudo. Uma harpa, um violino, uma violeta... e havia mais instrumentos que agora já não me recordo bem... Havia uma pianola, que era uma peça de museu, foi vendida para a Áustria, em 1976 se não me engano, com medo daqueles assaltos bárbaros que se faziam aos solares. Havia sempre na casa do Sr. Gavicho alguém que tocava muito bem. Havia sempre serões fabulosos e o Sr. Horácio estava sempre presente. Ele movimentava-se nas casas todas. Na casa da Duquesa do Cadaval, com o Dr. Amândio Gonçalves... A Duquesa de Cadaval tinha aqui uma casa, onde agora é o Paço de Cadaval. De vez em quando vinha cá. Realizavam-se serões com música popular e erudita. Dava-se muito bem com a D. Dulce Martins Alves, última representante da ilustre casa Miguel Martins Alves, que era um solar bonito já do séc. XVII que teve obras em mil oitocentos e oitenta. Existiam cá também, duas casas de Couceiros grandes, a das hortas, de quem ele era muito amigo, eram como irmãos, do Dr. Soares Couceiro e outra, o Solar do Rossio. A Família dos Abreus Limas de Moraes, que na altura já não tinha cá ninguém, só os administradores. Com a Família Santos... A figura do Sr. Horácio nunca entrou em declínio, ele foi sempre uma figura muito ascendente. Todas as pessoas o procuravam, apesar dele não ter o canudo... era uma pessoa que no trato, na palavra, ele falava o português do seu tempo, mas com uma delicadeza de linguagem que eu às vezes ficava admirado...”

¹¹⁶ Conservatória do Registo Civil em Montemor-o-Velho. O Registo do óbito é feito no dia 23 de Maio de 1968, no averbamento número um ao assento de casamento n.º 199.

¹¹⁷ Tema a desenvolver, mais tarde.

¹¹⁸ Documentos da Família Abreu, *Jornal de Montemor*, Fevereiro de 1986.

¹¹⁹ Conservatória do Registo Civil de Montemor-o-Velho. Assento n.º 50 de 25 de Fevereiro de 1988.



II. O ARTISTA

1. O Cenário Musical Português no Estado Novo

Procurando enquadrar esta segunda parte do trabalho, onde vamos particularmente referir-nos ao “Artista”, resolvemos contextualizar a vertente “clássica” do cenário musical português. Esta opção foi tomada, pois consideramos ser aquela que tem a ver com o trabalho de Horácio Dias de Abreu, uma vez que ele construía órgãos, fundamentalmente, para ser executada música religiosa.

O regime ditatorial instituído com a revolta militar de 28 de Maio de 1926, “na essência, reorganizou, remodelou e, quando muito, regulamentou alguns serviços discutindo aqui e ali a situação de determinadas actividades, como seja a rádio e os espectáculos.”¹²⁰

Prioritariamente voltados para a recuperação económica e pouco apreciadores das artes, os governos da Ditadura Militar com Salazar na pasta das Finanças não se empenharam na restauração do universo cultural. A única excepção consistiu na criação simultânea da Academia Nacional de Belas Artes¹²¹ e do Conselho Superior de Belas Artes, ocorrida em Março de 1932.

Estes governos terminaram em 1933. A partir daí, nasce o regime do Estado Novo legalizado pela Constituição de 1933. Com o advento dos governos do Estado Novo, a cultura deixa de ter o carácter universalista e passa a estar subordinada à doutrinação tradicional cristã e patriótica: “Tudo pela Nação. Nada contra a Nação.”¹²²

¹²⁰ RAMOS do Ó, J. – “Salazarismo e Cultura”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Fernando Rosas (coord.), Lisboa: Editorial Presença, 1992, vol. 12.º, p. 395.

¹²¹ O carácter “nacional” desta instituição é desde logo bem vincado: “Só ligando presente ao passado e levando assim àquele o critério equilibrado e educador que representa a lição deste é que se pode remediar o que precisa de remédio e levar a bom caminho os elementos aproveitáveis que necessitem de ser auxiliados.” Decreto 20977 de 5/3/1932 in RAMOS do Ó, J. – *Salazarismo e Cultura*, ob. cit. p. 396.

¹²² SALAZAR, Oliveira – *Discursos (1928-1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935, vol. 1.º.

1.1. Características mais significativas:

Para conseguir edificar uma nova vida, do espírito, que fizesse ressurgir Portugal, tornava-se indispensável definir uma estética, sobretudo uma arte e uma literatura eminentemente nacionais,¹²³ desde que estivessem de acordo com os parâmetros nacionalistas do regime. Todas as manifestações artísticas que se desviassem da simbologia centrada no culto irracional da Pátria, não eram sequer toleradas.¹²⁴

As medidas de controlo rigoroso, de disciplinação de corpos e espíritos, de exorcização de tudo o que soasse a sedição das consciências, ou doutrinas contrárias à moral cristã, ou aquele que passasse as fronteiras de uma disciplina e obediência de características clericais¹²⁵ era reprimido e erradicado, como doença contagiosa que podia pôr em risco a alma sã do padrão tradicional português.

Para supervisionar os diversos espaços culturais no “pensamento moral que deve dirigir a Nação”,¹²⁶ em Setembro de 1933, o regime, organiza uma “agência” oficial de controlo, dirigida por António Ferro, a S. P. N., mais tarde S. N. I. que constitui uma barreira intransponível, contra tudo o que viesse desvirtuar estes fervorosos objectivos.¹²⁷ Mas esta agência necessitava de instrumentos adequados para que fosse os olhos e ouvidos do regime, nos diversos sectores de actividade cultural, tanto dentro como fora do País.

Tais finalidades corporizam-se, através das suas atribuições. A nível interno:

- regular as relações da imprensa com os poderes do Estado;
- combater por todos os meios ao seu alcance a penetração do nosso País de quaisquer ideia perturbadora e dissolvente da unidade e interesse nacional;
- fomentar a edição de publicações que se destinassem a fazer conhecer a actividade do Estado e da nação portuguesa;

¹²³ MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular*. Lisboa: Edição do Instituto de Ciências Sociais da U. Lisboa, 2001, p. 55.

¹²⁴ “Nos alvares dos anos trinta, o regime propunha já mobilizar-se para fazer viver a sua grande ideia. Tratar-se-ia de imediato – o adivinhámos – de conseguir institucionalizar a portugalidade.” RAMOS do Ó, J. – *Salazarismo e Cultura*, ob. cit. p. 394.

¹²⁵ Salazar ex-clérigo de Ordens Menores no seminário de Viseu, aplicou à Nação portuguesa as matrizes clericais da sua formação.

¹²⁶ RAMOS do Ó, J. – *Salazarismo e Cultura*, ob. cit. p. 397.

¹²⁷ “O esforço visaria como na mesma altura se escreveu na Cartilha do regime “despertar sentimentos de elevado nacionalismo e apaixonada ambição de grandeza pátria e fé nos seus destinos.” *Cartilha da União Nacional. Doutrina Nacionalista* (Publicação Aprovada pelo Doutor Salazar). Lisboa s. e., 1935, p. 3.

- organizar manifestações nacionais e festas públicas com o intuito educativo ou de propaganda;
- estimular na zona da sua influência a solução de todos os problemas referentes à vida do espírito, colaborando com artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinassem ao desenvolvimento de uma arte e uma literatura acentuadamente nacionais;
- utilizar a radiodifusão, o cinema e o teatro, como meios indispensáveis à sua acção.

Todas estas barreiras, para promover a tradição autóctone que se não afastasse da base doutrinal traçada pelo regime, tinham em vista impedir a difusão de aventuras modernistas.

1.2. Iniciativas politizadas

Podemos destacar, segundo Rui Vieira Nery, duas datas que marcam, de forma decisiva, a música portuguesa da era salazarista, 1933 e 1940:

- em 1933, sob a regência do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, o estabelecimento da estação oficial de radiodifusão, mais tarde Emissora Nacional. As emissões radiofónicas e realizações sinfónicas de qualidade artística, durante o Estado Novo, pressupunham, maioritariamente, a colaboração da estação oficial de rádio, Emissora Nacional, inclusivamente as récitas de ópera e de bailado no Teatro Nacional de S. Carlos que possuía a sua orquestra privada.

A Emissora Nacional de Radiodifusão dedicava grande parte dos seus programas à música “séria”. O posto de “Lisboa 2” funcionava, diariamente, durante cinco horas. Era, exclusivamente de índole cultural e ouvia-se na totalidade do espaço de Portugal Continental. Algumas das suas rubricas eram transmitidas para o Ultramar.

A maior parte das suas emissões faziam-se por meio de disco comercial, mas a Emissora desempenhava, igualmente, funções de divulgação da música, através das suas Orquestras Sinfónica Nacional e de Concerto, que actuavam, normalmente, em Lisboa.

A criação da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, em 1934, principal agrupamento orquestral do País, até 1989, cuja actividade, numa primeira fase foi dedicada, essencialmente, ao trabalho de estúdio, teve como director, o maestro Pedro de Freitas Branco

(1896-1963).¹²⁸

O seu empenho profissional foi visível nalgumas iniciativas: desde 1927, à tentativa de fundação de uma companhia de ópera nacional; em 1928, à divulgação do repertório contemporâneo, com a direcção dos Concertos Sinfónicos do Teatro Tivoli.

A sua competência permitiu que fosse reconhecido internacionalmente como intérprete da música moderna francesa e espanhola e convidado por Ravel, em 1932 para dirigir um concerto com obras deste. Tudo isto, conciliado sempre com a actividade junto da orquestra da Emissora.

- em 1940, as actividades comemorativas do 8.º centenário da Nacionalidade e 3.º da Restauração, integrado na Exposição do Mundo Português, que teve uma forte componente musical: sem música não havia celebração, festa, para incutir no povo o sentimento nacional e corporativo.

Igualmente, nesta data, a fundação do grupo de bailado Verde Gaio, (integrado no Secretariado Nacional de Informação) cuja especialização seria, nas danças folclóricas, segundo opinião do autor referido, “possivelmente o mais eficaz veículo de propaganda cultural do Estado Novo a par das suas prestigiosas realizações arquitectónicas”.¹²⁹

Em 1942, também relacionado com a Emissora Nacional, é instituído, com o impulso de António Ferro, e orientado por Pedro do Prado, um Gabinete de Estudos Musicais, que tinha o objectivo de desenvolver a criação nacional, encomendando obras a compositores como: Luiz de Freitas Branco (1890-1955)¹³⁰ ou Joly Braga Santos (1923-1988).¹³¹

¹²⁸ Estudou piano, violino, canto, teoria musical e direcção de orquestra desde muito cedo em casa dos seus pais, com mestres conceituados como Tomás Borba, o violinista Francisco Benetó, o maestro Luigi Mancinelli e o seu irmão mais velho, Luiz de Freitas Branco. Dedicou-se essencialmente à carreira de maestro em Portugal e no estrangeiro, esta última iniciada em 1929. As suas interpretações musicais foram inúmeras e reconhecidas nacional e internacionalmente. Os vários discos que gravou foram distinguidos com grandes prémios. In. PAES, João – *Recordações de 50 anos de música em Portugal, Portugal nas Artes, nas letras e nas Ideias*. CNC, 1998, p. 99, 100.

¹²⁹ NERY, Rui Vieira; CASTRO, Paulo Ferreira de – *Síntese da Cultura Portuguesa, História da Música*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissariado para a Europália, 1991, p. 167.

¹³⁰ Estudou composição musical com os seus pais desde muito cedo, prosseguiu os seus estudos com Augusto Machado, Tomás Borba e mais tarde com Désiré Pâque, Engelbert Humperdinck e Gabriel Grovlez. Aos 15 anos já tinha composto uma sinfonia dramática «Manfredo» e aos 18 anos recebeu o 1.º prémio «com distinção» do concurso da Sociedade de Música de Câmara, por um Júri presidido por Vianna da Mota. Compôs ao longo da sua vida obras para orquestra, instrumentos solo, peças litúrgicas, entre outras. In. PAES, João, ob. cit., p. 90.

¹³¹ Estudou composição e ciências musicais com Luís de Freitas Branco no Conservatório Nacional. A sua primeira grande obra data de 1945. Nos 10 anos seguintes compõe obras que o consagram internacionalmente (algumas delas executadas no estrangeiro). Participou em concursos radiofónicos internacionais (representando a Emissora Nacional), com a colaboração em filmes. Numa fase posterior da sua vida recebeu prémios como o da Fundação DONEMUS e da Tribuna Internacional dos Compositores da UNESCO. *Ibidem*, p. 104.

Em 1959, o grupo de bailado Verde Gaio integrado no Secretariado de Propaganda Nacional instituiu prémios de composição e interpretação para os músicos portugueses.

O autor João de Freitas Branco, em 1960 refere-se à música do País, da seguinte forma: “A prática da boa música em Portugal concentra-se hoje, em Lisboa e no Porto, manifesta-se com alguma regularidade em poucas mais cidades, é esporádica noutros aglomerados populacionais e não existe na quase totalidade do território. Problema basilar da cultura musical portuguesa, hoje, como ontem.”¹³²

Prosseguindo com os compositores portugueses que contribuíram de uma forma mais ou menos inovadora ou conservadora para a valorização da música portuguesa, durante o Estado Novo, referimos: Armando José Fernandes (1906-1983); Jorge Croner de Vasconcelos (1910-1974); Frederico de Freitas (1902-1980); Joly Braga Santos (1924-1988); e na cidade do Porto, Cláudio Carneiro (1895-1963).¹³³

1.3. Iniciativas marginais

A progressiva estatização da vida musical resultou numa diminuição das iniciativas privadas no âmbito da organização de concertos. Algumas excepções merecem referência: as sessões de “divulgação musical”, desde os meados dos anos 20, patrocinadas por Ema Romero da Câmara Reis, e onde podemos destacar:

- em 1931, os recitais organizados pelo pianista Varela Cid, no Cinema Royal, em Lisboa;
- em 1932, a primeira audição em Portugal da obra do compositor Schoenberg: *Pierrot Lunaire*;
- em 1934, principalmente, a actividade do Círculo de Cultura Musical, que promoveu concertos com a participação dos mais destacados artistas portugueses e estrangeiros.

Esta entidade promotora, a partir de 1940, patrocinaria um prémio destinado a

¹³² BRANCO, João de Freitas – *História da Música Portuguesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995, p. 307.

¹³³ Filho do pintor António Carneyro, estudou violino e composição com Carlos Dubbini e Lucien Lambert (professores do Conservatório do Porto), posteriormente em Paris com Paul Dukas. Em 1955 assumiu a direcção do Conservatório. As suas composições derivam das correntes vanguardistas do princípio do século, designadamente do impressionismo francês e do expressionismo vienense. In. PAES, João, ob. cit., p. 102.

compositores portugueses.

Elisa de Sousa Pedroso, pianista de mérito, mas também, fundadora, patrocinadora e animadora do Círculo de Cultura Musical, foi essencial para a orientação das actividades musicais da Câmara Municipal de Lisboa, bem como na constituição, em 1947, da Juventude Musical Portuguesa.

Foram igualmente intervenientes activos, na organização desta última instituição, personalidades como Joly Braga Santos, João de Freitas Branco, Maria Elvira Barroso e Filipe de Sousa.

Esta associação integrada desde 1948 no movimento internacional das *Jeunesses Musicales*, atraiu para a música muitos estudantes das escolas secundárias e superiores. O género de realizações mais característico das Juventudes Musicais, era o da audição com prévio comentário, o que fazia com que o público em geral, compreendesse melhor o que iria ouvir.

Continuando a referir as escassas iniciativas privadas que contribuíram para a divulgação da música em Portugal, durante o Estado Novo, destacamos:

- a Orquestra Filarmónica de Lisboa, com actividade intermitente, criada por Ivo Cruz em 1937;
- a Orquestra Sinfónica de Lisboa, de iniciativa municipal, sob a direcção de Fernando Cabral, desde 1954, embora a sua actividade fosse igualmente, irregular.
- a Orquestra Sinfónica do Conservatório, criada no Porto, em 1947 e mais tarde integrada na Emissora Nacional.

Noutras áreas musicais, são de referir, as iniciativas de Ivo Cruz:

- Renascimento Musical,¹³⁴ desde 1923, com Eduardo Libório;
- Sociedade Coral Duarte Lobo,¹³⁵ em 1931;
- A organização de concertos Pró-Arte,¹³⁶ em 1951, funcionando como extensão das actividades do Conservatório Nacional.

¹³⁴ Grupo formado por músicos profissionais e amadores que tinha como objectivo, a recuperação da tradição musical erudita portuguesa.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ Estes concertos promoviam a descentralização da cultura musical no País. Estas iniciativas coincidiam com as do regime para alfabetizar toda a população. Esta instituição fazia uma iniciação musical na província e junto de sectores sociais de limitada instrução artística, ao mesmo tempo que proporcionava aos intérpretes nacionais, apresentações públicas frequentes.

Outras iniciativas que deveremos destacar são:

- em 1940, a de Frederico de Freitas, que deu origem à Sociedade Coral de Lisboa;
- em 1941 a de Mário Sampaio Ribeiro que criou o conjunto vocal Polyphonia;
- em 1942 a de Fernando Lopes Graça que, juntamente com outras personalidades, organizava concertos Sonata, que divulgavam, exclusivamente, a música contemporânea portuguesa e estrangeira.

Finalmente, não nos podemos esquecer da Fundação Calouste Gulbenkian, que nesta época e de acordo com os seus objectivos beneméritos, tomou as seguintes iniciativas:

- concedeu bolsas de estudo;
- promoveu Festivais Gulbenkian de Música (1957-1970);
- constituiu uma orquestra própria em 1962, denominada Orquestra Gulbenkian a partir de 1971;
- formou um coro profissional, em 1964 e um grupo de bailado;
- promoveu temporadas regulares de concertos, desde 1970;
- instituiu os Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, realizados regularmente desde 1977;
- organizou cursos e concursos nacionais de composição (1965, 1968, 1971 e 1974);
- encomendou obras a compositores nacionais e estrangeiros.

Esta instituição foi oficialmente fundada em 1956, com o faustoso patrocínio de um multimilionário arménio que residiu em Lisboa, nos últimos anos da sua vida. Por trás destas iniciativas, de grande alcance, esteve sempre associada a figura de Madalena de Azevedo Perdigão.

O Teatro de São Carlos, praticamente sem actividade lírica desde 1927, foi recuperado em 1940, aquando das comemorações dos centenários, referidos anteriormente.

Salazar referia-se ao Teatro, como sendo a “sala de visitas de Portugal”.¹³⁷ Em 1946, o Teatro passaria a ser administrado e “adestrado” directamente, pelo Estado, sendo convidado para director, José Figueiredo.

Igualmente, sob a orientação deste, o São Carlos, retomará o prestígio de então, com o concurso de grandes estrelas internacionais do canto e com uma programação inovadora, como por exemplo, a estreia de *Wozzeck* de Alban Berg em 1959,

¹³⁷ NERY, Rui Vieira e CASTRO, Paulo Ferreira de, ob. cit. p. 169.

No Coliseu dos Recreios, organizaram-se “temporadas populares”. Já no Teatro da Trindade, em 1963, tendo como finalidade a “educação de massas”, foi criada uma Companhia Portuguesa de Ópera.

Achamos interessante referir a nomeação de João de Freitas Branco, em 1970, para director do Teatro de São Carlos.¹³⁸ A partir desta data, fez tentativas, sem sucesso, de fazer aprovar um “Projecto de lei orgânica” para o teatro, que incluía a criação de uma companhia residente e de uma orquestra privativa. Propunha, igualmente, a extensão da actividade lírica a outras localidades do País, a cooperação com o Conservatório e a abolição do traje de cerimónia, esta última, a única a ser aprovada e com restrições.

No entanto, com o seu empenho foi possível a actualização do repertório, a produção conjunta da música e do teatro e a realização de espectáculos fora do regime habitual de assinaturas, medida que iria permitir o acesso aos concertos líricos de um público mais diversificado. Em 1974, terá como sucessor João Paes, por ter sido convidado a desempenhar funções governativas.

No âmbito da composição sacra, destacamos: o padre Luís de Sousa Rodrigues (n. 1906) e Manuel Faria.

Relacionadas com a música, outras personalidades se evidenciaram, principalmente nas décadas de 30 a 60:

- Francine Benoit, directora de orquestra, compositora e pedagoga;
- Jaime Silva, pianista, director de orquestra e compositor;
- os compositores ligados ao teatro musical popular, Venceslau Pinto, Raúl Portela e Raúl Ferrão;
- os cantores Tomás Alcaide (1910-1967),¹³⁹ Guilherme Kjolner, Armida Correia e Judite Lupi Freire;
- os pianistas Helena Moreira de Sá e Costa, Maria da Graça Amado da Cunha, Sérgio Varela Cid e Sequeira Costa, Marie Antoinette Lévêque de Freitas Branco e Nella Maissa,

¹³⁸ Estamos já na “Primavera Marcelista” pois Oliveira Salazar termina o consulado em 1968. O regime embora obedeça aos mesmos parâmetros políticos fundamentais, quer mostrar uma certa e doseada abertura ao exterior.

¹³⁹ Estudou canto em Lisboa com António Sarti, Francisco de Sousa Coutinho, Eugénia Mantelli e em Milão com Fernando Ferrara. Estreou-se nesta cidade, no teatro Carcano, em 1925. Em 1930, a Itália reconhece-lhe o estatuto de 1.ª figura. Consequentemente, a sua presença é disputada entre os maiores teatros de ópera, como o Reale de Roma, o Scala de Milão, o Felice de Génova ou o San Carlo de Nápoles. Na década de trinta cantou mais de 600 récitas por toda a Europa. Teve uma carreira internacional de grande tenor, brilhante. In. PAES, João, ob. cit., p. 92.

estas últimas, respectivamente de origem francesa e italiana;

- os violinistas Leonor Prado, António David, Luís e Vasco Barbosa;
- o violetista de origem belga François Broos;
- a violoncelista Madalena Costa;
- o flautista Luís Boulton e o violinista e maestro Joaquim da Silva Pereira, que foi director das Orquestras Sinfónicas do Porto e de Lisboa da Radiodifusão Portuguesa, nome adquirido pela Emissora Nacional desde 1975.

Relativamente aos agrupamentos de música de câmara, destacamos:

- o quarteto de Luís Barbosa;
- o trio de Silva Pereira;
- a Academia de Instrumentistas de Câmara;
- o Quarteto de Lisboa e o Quarteto de Cordas do Porto.

Relativamente aos contributos na musicologia portuguesa, realçamos os trabalhos de Mário de Sampaio Ribeiro, Manuel Joaquim e Macario Santiago Kastner.

Os estudos de etnografia musical foram enriquecidos com trabalhos do inglês Rodney Gallop, Gonçalo Sampaio, Armando Leça, Vergílio Pereira, Rebelo Bonito, Margot e Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Lopes-Graça e Artur Santos.

A Arte Musical e a *Gazeta*, mais tarde chamada *Gazeta de todas as artes*, destacam-se dentro das publicações periódicas especializadas dos anos 30 a 50. Fundadas e organizadas, respectivamente, por Luiz de Freitas Branco em 1930, retomada em 1958 pelo seu filho João de Freitas Branco, como órgão da Juventude Musical Portuguesa e desde 1950 por Lopes-Graça, Francine Benoit, Maria Vitória Quintas e João José Cochofel.

No domínio das práticas musicais, a Igreja Católica foi sempre um mecenas da produção musical. As celebrações e festividades regulares promovidas por esta “sempre foram importantes oportunidades de desenvolvimento de produtos e processos musicais: a composição de repertório e a formação de coros para as celebrações, a contratação de grupos e cantores (especialmente Bandas Filarmónicas, Tunas e Coros) para a animação de festividades, a encomenda de órgãos e carrilhões, a dinamização de grupos locais (como os gaiteiros na zona de Miranda do Douro) para a animação de festas, já para não referir as manifestações de religiosidade popular que definiram importantes tradições locais (como por exemplo o «cantar das janeiras» ou dos «Reis», as «encomendas das almas», do período da

Quaresma, os autos religiosos, entre outros), todas contribuíram para uma definição cultural específica do Portugal do século XX.”¹⁴⁰

Relativamente à abordagem do tema, sobre a construção de instrumentos em Portugal, durante o Estado Novo, assunto que nos interessa particularmente, o resultado da nossa pesquisa foi ou a ausência de referências ao assunto, ou, no caso do autor João de Freitas Branco, as seguintes palavras:

“Quase não valia a pena abrir este parágrafo, porque a indústria portuguesa de instrumentos musicais não tem condições para se impor à concorrência estrangeira. É uma das razões do mérito de José Brandão, construtor de instrumentos de arco que se dedica também à composição musical.”¹⁴¹

1.4. Uma voz que resistiu às políticas oficiais

Dentro dos compositores portugueses, o “mais obstinado representante, no campo musical, da resistência política e intelectual à ditadura.”¹⁴², destacamos Fernando Lopes Graça (1906-1994). “Fernando Lopes Graça cuja longevidade musical é dever assinalar, pela pujança e capacidade de renovação constante, é naturalmente confundível com a história da música portuguesa na segunda metade deste século, onde a sua figura emblemática percorreu um trajecto profundamente coerente, sem com isso se furtar à apreensão e reformulação de novos contributos provenientes de gerações mais novas.”¹⁴³

A sua formação foi feita no Conservatório Nacional, onde teve como professores: Tomás Borba, Luís de Freitas Branco e Viana da Mota (1868-1946).¹⁴⁴ Em 1931, concluiu o Curso

¹⁴⁰ PERNES, Fernando – *Século XX – Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/Fundação de Serralves, 2002, vol. 2, p. 42.

¹⁴¹ BRANCO, João de Freitas, ob. cit., p. 321.

¹⁴² NERY, Rui Vieira e CASTRO, Paulo Ferreira de, ob. cit. p. 171.

¹⁴³ CARVALHO, Mário Vieira de, *Portugal Contemporâneo*. “A viragem na criação e na vida musical” vol. 5, p. 334.

¹⁴⁴ Nascido em São Tomé, veio com um ano de idade, com a família para Lisboa. Aos seis anos o pai oferece-lhe um harmónio “em cujo teclado inicia uma aprendizagem rudimentar mas tão promissora que logo no ano seguinte entra para o Real Conservatório de Lisboa, a instâncias do próprio rei D. Fernando II que, a partir de então lhe subsidia a instrução.” PAES, João, ob. cit. p. 88. Quando terminou o curso de piano do Conservatório, vai para Berlim onde frequenta durante três anos a Escola de Música Scharwenka. Teve uma carreira internacional brilhante como pianista solo e em conjuntos de música de câmara. Foi considerado como um dos maiores

Superior de Composição. Por razões políticas, as mesmas que o levaram à prisão em 1931 e 1936, não conseguiu o lugar de professor no Conservatório Nacional, bem como, mais tarde, direito a uma bolsa de estudos no estrangeiro.

Em 1937, custeando os próprios estudos, vai para Paris, onde estuda musicologia e tem aulas de composição e orquestração com Charles Koechlin. Leccionou na Academia de Música de Coimbra e Academia de Amadores de Música, colaborou com revistas como *Presença* e *Seara Nova* e ganhou sucessivas vezes o prémio de composição do Círculo de Cultura Musical.

1.5. O Ensino da Música (Oficial ou de iniciativa oficial)

O ensino da música em Portugal restringia-se, na década de 60, ao Conservatório Nacional em Lisboa (fundado em 1832), à Academia de Amadores de Música, também em Lisboa, ao Conservatório Municipal de Música do Porto (fundado em 1917), e ao Instituto de Música em Coimbra (embora houvesse um semelhante no Funchal). De forma um pouco marginal, mas mais próximas das realidades locais, podiam surgir nalgumas províncias, associações que contavam, entre as suas actividades, a leccionação de música e o ensino por professores particulares, que comparativamente ao passado era uma escassa realidade.

De todos destacou-se naturalmente o Conservatório de Lisboa, dirigido até 1938 por Viana da Mota e que, por limite de idade foi nessa altura substituído por Ivo Cruz (1901-1985) que desempenhava também, desde 1936, funções como Presidente do Sindicato Nacional dos Músicos e Procurador à Câmara Corporativa.

Em 1937, Luiz de Freitas Branco foi suspenso, por razões políticas, das suas funções no Conservatório Nacional, bem como mais tarde, da Emissora Nacional.

Esta política de saneamento dos professores contrários ao regime reflectiu-se na qualidade do ensino e posteriormente nas matrículas e frequências dos alunos. Um caso significativo foi o do ano lectivo de 1957-1958 em que fizeram a matrícula nas escolas de música e teatro, 299 alunos internos e 330 externos, chegando ao fim dos seus cursos 24

pianistas da sua época. Em 1917, quando regressou definitivamente a Portugal, foi um dos fundadores da Sociedade de Concertos de Lisboa e assumiu a direcção do Conservatório Nacional.

estudantes: 17 de piano, 1 de violino, 2 de órgão, 3 de Canto e 1 de Saxofone.

As reuniões nacionais ou internacionais sobre Pedagogia Musical, não tiveram grande acolhimento em Portugal, a nível de corpo docente. Somente, no Porto, o compositor Fernando Correia de Oliveira, estaria a ensaiar um “método pedagógico moderno”. Para esse efeito, as vindas a Portugal do pedagogo Edgar Willems, estariam a suscitar interesse a círculos limitados.

João de Freitas Branco, em 1960, refere o seguinte: “A grande função social de que a boa música é capaz só poderá cabalmente exercer-se, quando as solicitações vierem de muito maior percentagem da população, o que pressupõe a reforma do ensino musical nas escolas primárias e secundárias. De outro modo, só muito lentamente será possível oferecer aos habitantes de pequenas localidades a inestimável vivência artística através do som, à qual se obstinarão em resistir, fechando-se de boa fé no seu acanhado mundo de empregos, cafés, clubes e comentários desportivos.”¹⁴⁵

A partir de 1970, os Conservatórios de Música vão ser alvo de sucessivas reformas, embora sem resultados a curto e médio prazo visíveis.

Depois da revolução de 1974 criaram-se imensas estruturas de ensino a nível local, frequentemente apoiadas pelas autarquias, mas quase sempre sem o apoio directo do Estado. “Esta situação, embora melhorada em muitos aspectos, continua, porém, refém da ausência de uma política de fundo por parte do Estado, concretizada na criação de instituições, na definição de curricula ou na aplicação de investimentos para o ensino da música.”¹⁴⁶

A abertura do ensino universitário à música, em 1980 representou um importante desenvolvimento através de estabelecimentos de ensino como: o Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, Escolas Superiores de Música de Lisboa e do Porto (1988), Universidades de Aveiro (1990), Évora (1997) e Escola das Artes da Universidade Católica do Porto (1998). De iniciativa privada, mas com o substancial apoio do Estado e dos fundos comunitários, formaram-se na década de oitenta, várias Escolas Profissionais de Música em cidades como Almada, Espinho, Santo Tirso, entre outras, que formam músicos ao nível secundário.

¹⁴⁵ BRANCO, João de Freitas, ob. cit., p. 321-322.

¹⁴⁶ PERNES, Fernando, ob. cit., p. 41.

A cultura não tem dono. A par das políticas oficiais consignadas nos respectivos programas de governo, com maior ou menor investimento no campo cultural, encontramos e felizmente, em todos os tempos não só mecenas que acarinharam, apoiaram e incentivaram as actividades culturais, como humildes anónimos para quem a fortuna foi madrastra, mas investiram todo o seu tempo por gosto e devoção, ao cultivo das suas habilidades inatas. Alguns por tradição de família como é o caso de Horácio Dias de Abreu; outros porque nasceram para a arte e não puderam dissociar-se dessa paixão.

Horácio Dias de Abreu por ser um caso singular de pessoa devotada à construção de harmónios, mereceu que nos debruçássemos sobre ele.

2. Percurso Profissional

Horácio Dias de Abreu, apesar de ter começado a trabalhar como carpinteiro, optou, definitivamente, pela construção de harmónios, em 1920, altura em que abriu a Fábrica Nacional de Harmoniuns¹⁴⁷.

O ano de 1920 marcou na 1.^a República Portuguesa, o início de uma década que originou uma profunda revolução do regime parlamentar, que, influenciado pela crise económica, irá terminar na Revolução Militar de 28 de Maio de 1926.

Abrir uma Fábrica Nacional de Harmónios nesta data, revelava, para além de um espírito empreendedor, confiança na clientela maioritária – as paróquias – epicentro da vida comunitária e do culto católico.

A indústria de Harmónios, instrumento abrilhantador das celebrações litúrgicas, só podia proliferar, num clima de tolerância e expressividade católicos. Para Horácio Dias de Abreu, enraizado na tradição católica, fortalecido com um padre na família, essa questão não se colocava.

¹⁴⁷ Ver capítulo do Percurso de Vida relativamente à forma como Horácio Dias de Abreu foi influenciado, pelo seu tio, para a construção de harmónios. A Fábrica Nacional de Harmónios não se encontra registada na Conservatória de Montemor-o-Velho, nem em 1920, nem em anos anteriores ou posteriores. Só foi encontrado o registo da actual Casa Abreu nos anos noventa. Nos livros do Instituto Nacional de Estatística, de 1920 a 1981 não aparece qualquer referência a indústrias relacionadas com música, nem tão pouco de componentes para o fabrico de instrumentos musicais.

As lutas políticas acesas não lhe diziam respeito. Já nessa altura, Oliveira Salazar e Cerejeira encabeçavam as lutas entre os estudantes republicanos e católicos. Foi o período da sua militância no C. A. D. C. e da “Minha Resposta”, onde Salazar contestou a sua expulsão da Universidade e, onde na residência dos Grilos, transformada em bastião dos católicos, conjecturava um novo regime que repusesse a dignidade da Pátria.

O regime parlamentar arrastava-se agonizante. As questões económicas e financeiras ajudaram a derrubá-lo. A luta centrava-se particularmente nos meios universitários de Coimbra.

Horácio Dias de Abreu, alheado destas lutas avançou dando largas à sua arte e engenho, e realizando um sonho que vinha dos seus pais: a construção de uma empresa familiar onde pudesse demonstrar todas as capacidades artísticas desenvolvidas durante uma geração.

O produto da sua indústria, o harmónio, tinha uma longa história, semântica e material. Segundo o filósofo brasileiro Antenor Nascentes, foi Debain quem introduziu pela primeira vez na organária, o vocabulário latinizado, *harmonium*. Este nome veio designar o instrumento de palheta livre inventado por Granié, ao qual pusera o nome de órgão expressivo.¹⁴⁸ A palheta livre, já há muito conhecida pelos Índios e Chineses, foi introduzida na Europa nos primeiros anos do séc. XIX, pelo fabricante russo Kratzenstein. Posteriormente, apareceram vários instrumentos de manivela ou teclado, cada vez mais aperfeiçoados:

- o elódion, de Eschenbach;
- o elódicon, de Schlimbach;
- o aerófono, de Cristiano Dietz;
- a fisarmónica de Harkel;
- o órgão expressivo, de Granié, em 1810.

Martin, Provins, Alexander, Mustel e Debain, introduziram-lhe melhorias ao longo do séc. XIX. Mason e Hamlin, inventaram um sistema de folaria que punha as palhetas a vibrar, não pela expulsão do ar, como nos harmónios franceses, mas por sucção, dando aos timbres do instrumento mais suavidade e novas possibilidades de variação mediante o registo de expressão.

¹⁴⁸ BARBOSA, Tomás e GRAÇA, Fernando Lopes – *Dicionário de Música*. Porto: Figueirinhas, 1996, p. 644-645.

O harmónio passou a fabricar-se de todos os tamanhos possíveis. De fácil deslocação e possuidor de “belas e ricas” sonoridades, foi sendo utilizado, em casas particulares, nos templos, escolas, casas de espectáculo, salões de música, etc., mantendo a sua popularidade durante o séc. XIX e até aos anos trinta do séc. XX, altura em que deixou de ser intensamente fabricado na Europa, e começou a ser suplantado pelos pequenos órgãos electrónicos.

O facto do harmónio fabricar-se com tamanhos diferentes, reflectiu-se no custo financeiro do instrumento, que passou a ser menor e mais acessível a todos os interessados na aquisição deste. Este aspecto impulsionou de uma forma extraordinária a aquisição, o estudo e consequentemente o desenvolvimento da polifonia. Ao existirem mais estudantes de um estilo musical em voga na época e adaptado àquele tipo de instrumento, a divulgação e democratização surge e consequentemente aparecem mais escolas, professores, compositores e executantes. Estes instrumentos foram especialmente utilizados, com vantagens, no estudo prático dos grandes órgãos.

Alguns compositores escreveram peças para o harmónio, como: César Franck, Antonin Dvořák, Camille Saint-Saëns e Hector Berlioz. As únicas composições para teclas, deste último compositor, foram dedicadas a este instrumento. Originariamente, Rossini instrumentalizou a *Petite Messe Solennelle* de 1863, com dois pianos e um harmónio.¹⁴⁹

Em Portugal, a credibilidade perante o público, da fábrica de harmónios de Horácio Dias de Abreu seria testada em 1923, altura em que foi premiado com a Medalha de ouro e Diploma de honra, na Exposição Industrial Portuguesa.

A imprensa da época deu relevo a este acontecimento dando ênfase ao facto de ser premiado com medalha de ouro e diploma de honra, o “distinto artista”, Horácio Dias de Abreu. A notícia referia ainda que, na mesma exposição, expôs órgãos e harmónios de seu fabrico, que “muito honram a indústria nacional”. Finalmente, felicitava-o pelo “justo” prémio do seu trabalho.¹⁵⁰

¹⁴⁹ *Ibidem* e *The Classical Collection*. Dvořák, obras-primas orquestrais, colaboração do maestro José Atalaya. Editorial Planeta-De Agostini, 1994.

¹⁵⁰ *In*. Documentos da Família Abreu.



Fig. 16 A Horácio Dias de Abreu era indiferente às matrizes políticas dos regimes que atravessou. A sua política era o trabalho. Por isso, foi-lhe reconhecido o mérito no regime da 1.ª República.

Na construção destes premiados órgãos, utilizava materiais que pudemos identificar através de registos de 1928:

- Pelicas,
- Ferragens,
- Madeira de pinho para os foles,
- Contraplacado,
- Celulóide,
- Parafusos,
- Papel de pano encarnado,
- Palhetas da Alemanha,
- Letreiras para os transpositores.¹⁵¹

¹⁵¹ In. Documentos da Família Abreu.

Para além da construção de harmónios, temos a referência que em 1942 se dedicava, igualmente, à afinação e reparação de órgãos de tubos¹⁵², concertinas e “pianos-acordeons”.¹⁵³

Nesta altura, os seus Harmoniuns, eram designados apenas por Modelo A, Modelo B, Modelo C, Modelo D, Modelo E e Modelo Portátil, e tinham as seguintes características:

- *Modelo A*, pesava 65 Kg, tinha 1,16m de comprimento, 1,15m de altura e 0,54 de largura. Era constituído por 2 jogos de palhetas, 5 oitavas (dó a dó) e 9 registos, que seriam: diapasão, viola, piano, trémulo, harmonia, forte, flauta, melodia e violeta. Tinha igualmente “joelheira transpositor”.
- *Modelo B*, pesava 60 Kg, tinha 1,16m de comprimento, 0,88m de altura e 0,52m de largura. Era constituído por 2 jogos de palhetas, 5 oitavas (fá a fá) e 9 registos que seriam: diapasão, viola, piano, harmonia, trémulo, forte, flauta, melodia e violeta. Tinha “joelheira transpositor”.
- *Modelo C*, pesava 55 Kg, tinha 1,15m de comprimento, 0,88m de altura e 0,43m de largura. Era constituído por 1 jogo de palhetas, 5 oitavas (fá a fá) e 6 registos que seriam: diapasão, piano, harmonia, trémulo, forte e flauta. Tinha “joelheira transpositor”.
- *Modelo D*, pesava 52 Kg, tinha 1,15m de comprimento, 0,88m de altura e 0,40m de largura. Era constituído por 1 jogo de palhetas, 5 oitavas (fá a fá), e 4 registos que seriam: diapasão, piano, trémulo e flauta. Tinha “joelheira transpositor”.
- *Modelo E*, pesava 50 Kg, tinha 0,94m de comprimento, 0,88m de altura e 0,35m de largura. Era constituído por 1 jogo de palhetas, 5 oitavas (fá a fá) e 2 registos, que seriam: trémulo e diapasão.

¹⁵² Temos a informação que já em 1935, Horácio Dias Abreu e o seu irmão Amândio Dias de Abreu tinham reparado o órgão de tubos da Sé Nova. Ver no final do capítulo Quadro I – “Vendas e Reparações para Igrejas de 1955 a 1981.”

¹⁵³ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “A Orquestra de Filadélfia, veio a Coimbra. A orquestra chegou a Coimbra e com a viagem, um piano, um violino e outros instrumentos, ficaram impróprios. Os afinadores de Coimbra não conseguiam fazer nada do piano. Então alguém se lembrou de ir chamar, como era conhecido, o Abreu de Tentúgal. Quando chegaram a Tentúgal, o director da orquestra quis saber se ele era um homem de aptidões. Não ia entregar instrumentos valiosos na mão de qualquer pessoa. E quando o Sr. Horácio disse que conhecia umas notas de música, mas que não era mestre em música... o director disse: “Então trazem-me para aqui, este homem que não sabe nada!...”. Mas como estava muito em cima da hora do ensaio, lá o deixou experimentar. O que é certo, é que o Sr. Horácio com o seu ouvido, foi afinando nota a nota e o piano ficou um primor. Então o director da orquestra imediatamente se acercou do Sr. Horácio para ele afinar os instrumentos todos. No final, queria levá-lo para Filadélfia com eles, pois ia dar-lhes lá muito jeito e que lhe pagavam muito bem. Só que o Sr. Horácio com a família constituída e o amor pela sua terra, não foi. Se calhar hoje seria um homem muito mais famoso, mas não lhe interessou isso.” Na *História da Música Portuguesa* de João de Freitas Branco, encontramos na p. 309, referência ao facto de em 1942, a empresa do Cinema Império trazer pela primeira vez a Portugal, uma “grande” orquestra americana, a Filarmónica de Filadélfia, dirigida por Ormandy.

- *Modelo Portátil*, pesava 18,5Kg, tinha 0,84m de comprimento, 0,45m de altura, quando estava fechado, e 0,30m de largura. Era constituído por 4 oitavas (dó a dó) e era transpositor.

Todos os modelos eram construídos em contraplacado de mogno e encerado. Eram igualmente fabricados com palhetas alemãs «P.Z.». O seu destino eram quase exclusivamente as igrejas¹⁵⁴, as escolas e os seminários.¹⁵⁵

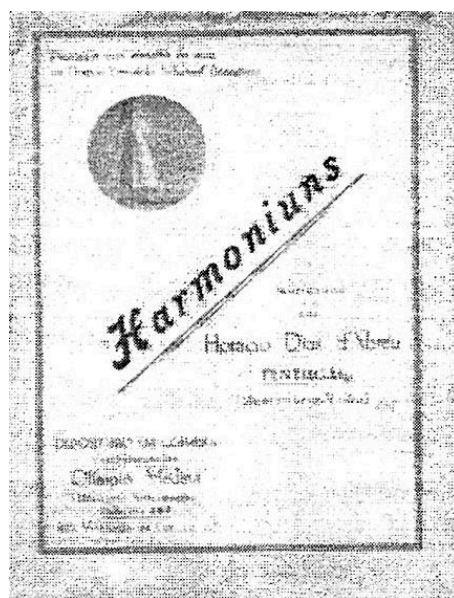


Fig. 17 Tabela de preços de 1942

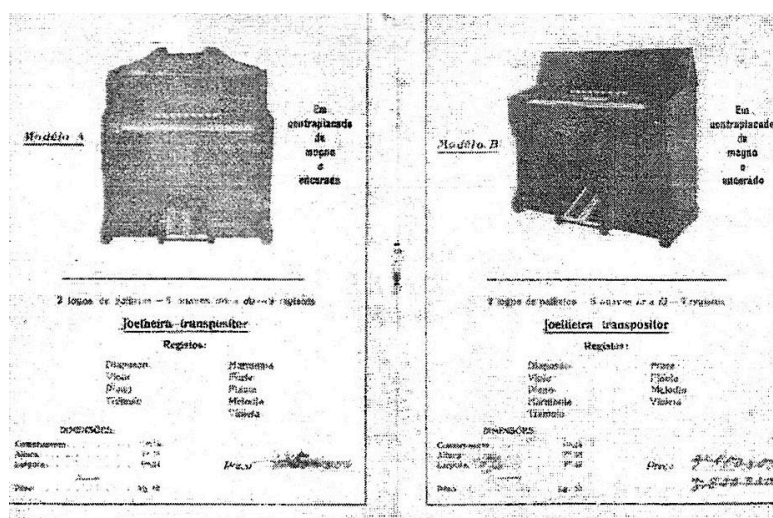


Fig. 18 Modelos A e B

¹⁵⁴ Ver no final do capítulo Quadro I – “Vendas e Reparações para Igrejas de 1955 a 1981.”

¹⁵⁵ In. Documentos da Família Abreu.

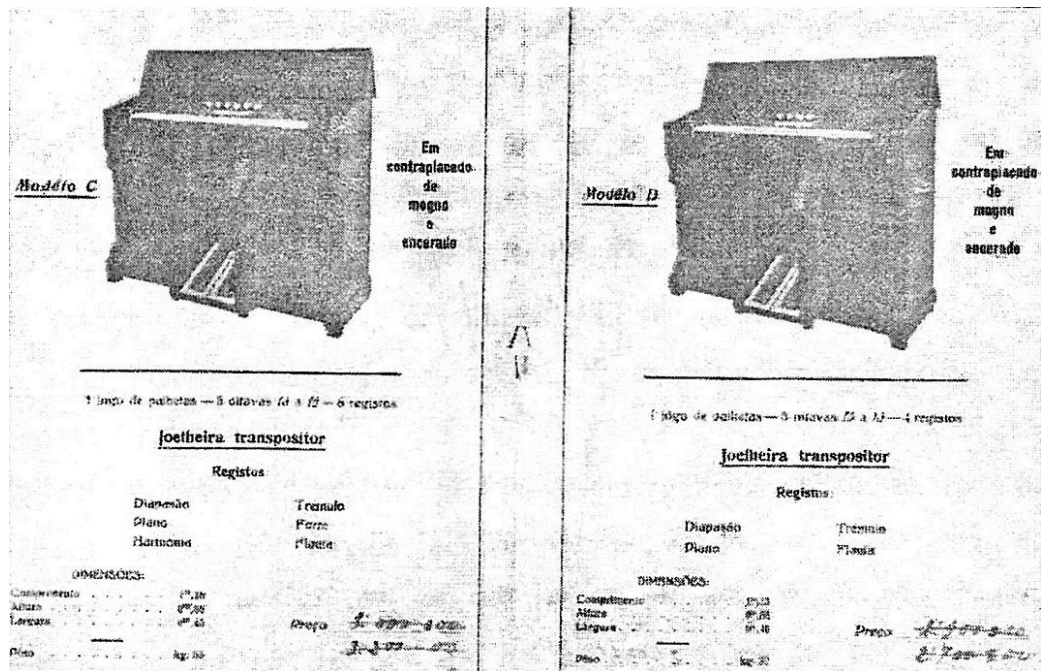


Fig. 19 Modelos C e D

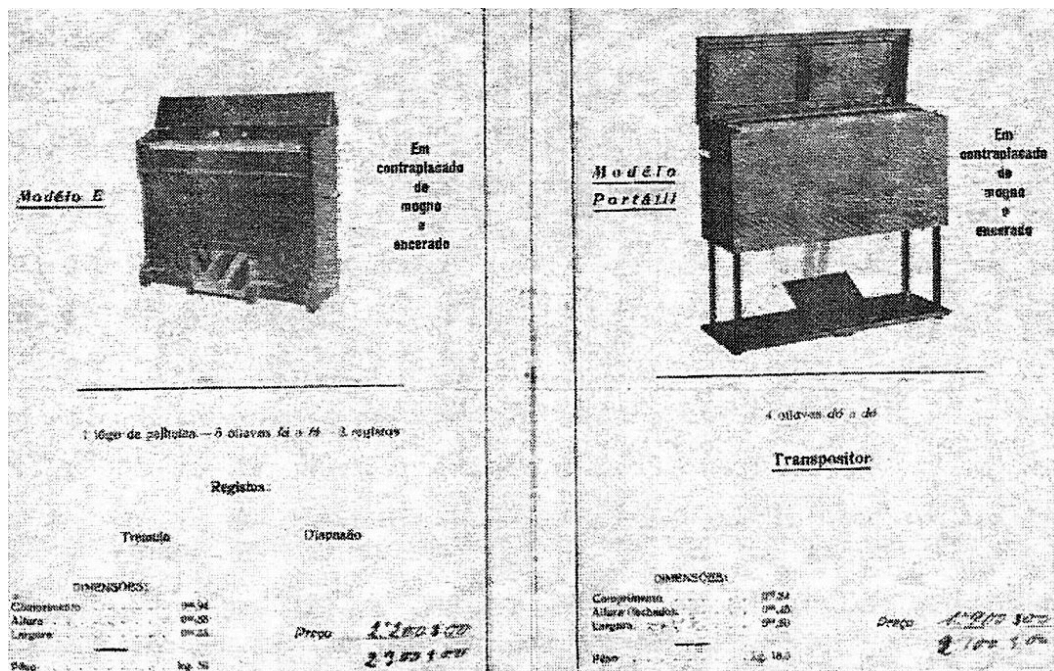


Fig. 20 Modelo E e Portátil



Fig. 21 Gilberto Paiva Dias de Abreu a publicitar o órgão eléctrico fabricado pelo seu pai.

Horácio Dias de Abreu frequentou em 1962, um curso de aperfeiçoamento profissional sobre aplicação de Platex, nas Fábricas Mendes Godinho S.A.R.L., com sede em Tomar, como se pode constatar através de uma fotografia tirada na altura e que no verso regista o seguinte: “O Sr. Dr. João Mendes Godinho, Presidente do Conselho de Administração de Fábricas Mendes Godinho, S.A.R.L. – Tomar, apresenta ao Ex.º Presidente da Câmara e outras autoridades do Concelho de Mirandela, um Harmonium feito em Platex pela Fábrica Nacional de Harmoniuns Magnificus, de Horácio Dias de Abreu – Tentúgal.”¹⁵⁶

¹⁵⁶ In. Documentos da Família Abreu.



Fig. 22 Horácio Dias de Abreu na Fábricas Mendes Godinho S.A.R.L.



Fig. 23 Diploma de frequência do curso realizado em Tomar

Em 1968, aparecia numa tabela de preços a designação de Fábrica Nacional de Harmoniuns Manuais e Eléctricos Magnificus de Horácio Dias de Abreu, o que se verificou pela 1.^a vez.¹⁵⁷

Fazia igualmente reparações em: harmónios, acordeões, concertinas, pianos e órgãos de tubos. Desempenhava as funções de agente da Companhia de Seguros A Mundial e de sub-agente da Platex.

Os modelos dos Harmoniuns Magnificus eram os seguintes: Silberman, Catedral, Mozart, Wagner e Bach.

- *Silberman*, tinha 3 jogos de palhetas (dó a dó), 12 registos, 2 joelheiras, móvel polido e era transpositor.
- *Catedral*, tinha 2 jogos de palhetas (dó a dó, 5 oitavas), 10 registos, 2 joelheiras, móvel polido e era transpositor.
- *Mozart*, tinha 1 jogo de palhetas (dó a dó), 4 oitavas, 1 registo forte, móvel polido e era transpositor.
- *Wagner*, que era um harmónio portátil, tinha 1 jogo de palhetas (dó a dó), 4 oitavas, 1 registo forte, móvel encerado e era transpositor.
- *Bach*, que era um harmónio eléctrico, tinha 1 jogo de palhetas (dó a dó), 4 oitavas, 1 registo forte e o seu exterior era forrado com material plástico.

A Fábrica Nacional de Harmoniuns Magnificus, fabricava as embalagens correspondentes a cada modelo.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O Sr. Horácio houve uma época em que não tinha mãos a medir, quantos fazia, saíam logo. Tinha uma procura enorme. Veio a descobrir-se, que havia alguém em Portugal, que comprava os órgãos do Sr. Horácio, tirava o símbolo exterior e punha a chancela da Honner. Isso descobriu-se no hospital dos Covões, que era na altura uma espécie de sanatório para tuberculosos. Estava cá um senhor em Tentúgal que frequentava a capela. Um dia, o capelão do sanatório disse: “Então vocês têm muita vaidade no Abreu!... Compramos um Honner aqui para a capela... vê lá se ele é capaz de fazer uma coisa destas!...”. O Sr. Francisco Emílio, quando olhou para o órgão, disse: “Este de certeza que toca bem... um Honner, é tão Honner como eu ser inglês... O Sr. só me arranja uma chavinha de parafusos e já vamos ver...” Lá tiraram a tampa do órgão e lá estava a marca interior gravada a fogo do Sr. Abreu. Quando afinava, também marcava a fogo os órgãos. Faziam a exportação destes órgãos como Honner!...”

¹⁵⁸ In. Documentos da Família Abreu.



Fig. 24 Modelo Silberman

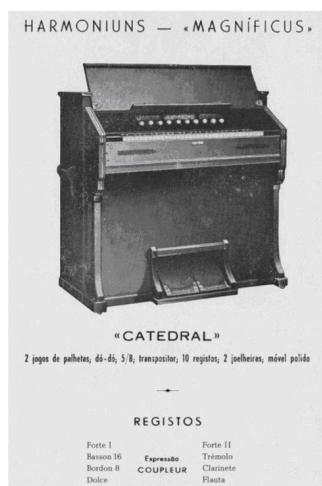


Fig. 25 Modelo Catedral

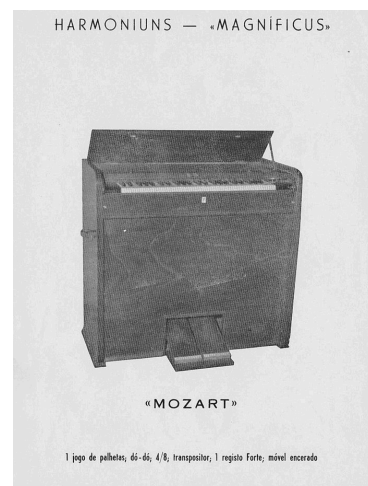


Fig. 26 Modelo Mozart

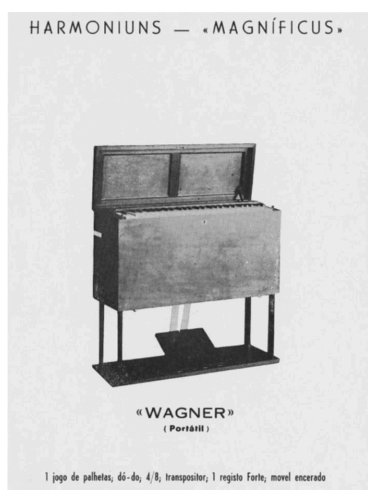


Fig. 27 Modelo Wagner



Fig. 28 Modelo Bach

Horácio Dias de Abreu, dizia o seguinte sobre os seus *Harmoniuns*:

“O *Harmonium* é o instrumento musical, rei por excelência, traduzindo toda a alma dum povo que tem no sangue a paixão e o culto pela música de conjunto, na sua mais elevada expressão: o coro.

O coral e o Harmonium, estiveram sempre ligados, intimamente. O coro, maravilhoso Harmonium de vozes humanas, o Harmonium maravilhoso coro de vozes instrumentais, realizando, no seu conjunto, a música mais pura, mais grandiosa.”¹⁵⁹

A partir de 1962 apresentou outra novidade, de seu fabrico, que foi o órgão eléctrico *Magnus*.

Juntamente com este órgão eléctrico, fez um método explicativo de aprendizagem, para que fosse facilitada a execução de músicas populares, religiosas e clássicas.

Este órgão *Magnus* era tocado da seguinte forma: a mão esquerda tinha os botões de acompanhamento e a mão direita um teclado com a forma habitual.

O teclado dos tons da mão esquerda, compunha-se de 2 filas de botões, uma para os tons maiores com letras pretas, sobre fundo branco e outra para tons menores, com letras brancas, sobre fundo preto.

O teclado da mão direita, apresentava-se sob a forma habitual e compunha-se de teclas brancas e pretas. As teclas brancas eram numeradas de 1 a 22. As teclas pretas eram numeradas com o sinal +. Assim, +6 era a tecla preta que se encontrava à direita da tecla branca n.º 6. Antes de executar a música, seria aconselhável reparar nos locais onde se encontravam os sinais +. Assim, estaria preparado para apoiar os dedos sobre as teclas pretas correspondentes.¹⁶⁰

¹⁵⁹ *Ibidem*. Documentos da Família Abreu. Notícia do *Jornal de Montemor*, de Fevereiro de 1986, que tem como título: *Um Grande Valor do Concelho de Montemor Ainda Com Vida*.

¹⁶⁰ *In*. Documentos da Família Abreu.



Fig. 29 Método explicativo de aprendizagem



Fig. 30 Órgão eléctrico Magnus

A *Fábrica Nacional de Harmoniums Magnificus* tinha trabalhadores, que aprendiam o ofício e contribuíam para o sucesso da indústria.¹⁶¹

¹⁶¹ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Foi tipo uma escola de marcenaria... Foi sempre um homem disposto a ensinar, ele recrutava as pessoas para trabalhar, entre as pessoas que precisavam daquele dinheiro... Todas as pessoas que passaram pela oficina dele, conhecem-se no mundo. Um deles é um grande senhor, não tem mais nenhum irmão como ele, porque só ele é que passou pela casa do Sr. Horácio. É o Hermenegildo Alho (Virgílio Alho). É funcionário do INATEL de Lisboa, está no Teatro da Trindade. Eu fiquei admirado com a sensibilidade do Hermenegildo Alho, porque sou muito amigo dele. Pensava que o conhecia muito bem, mas havia uma faceta que eu ainda não conhecia... era o facto dele ter absorvido tudo o que aprendeu por aqui! Dizia ele que não gostava das madeiras, deste trabalho. Agora diz que tem pena de não ter aprendido mais. Quando o Hermenegildo Alho foi trabalhar para o Teatro da Trindade, o Teatro precisou de obras. Comprou-se maquinaria, ele arranjou os carpinteiros e usou os seus conhecimentos. Em vez de um Teatro renovado em betão, surgiu um Teatro recuperado. De tal maneira, que quando eu fui lá ver a ópera do Rigoletto, eu estava num friso lá nas alturas, se eu estivesse cá em baixo junto ao fosso da orquestra, ainda se justificava... e quando o Rigoletto pousa o copo naquela cena da taberna, eu ouvi o copo como se estivesse lá perto da mesa. Depois fui perguntar-lhe: – “Oh Virgílio! Diz-me uma coisa, onde é que está escondida a aparelhagem sonora? – Mas qual aparelhagem sonora? – Oh homem, espere aí, eu ouvi lá de cima um copo com aquela pancada de um copo que bate em cima da mesa! Por amor de Deus! no meio desta gente toda, basta a respiração para abafar o som do copo!...” Foi então que ele me mostrou todos aqueles labirintos do Teatro, toda aquela madeira nova que ainda cheirava. Recuperaram-no e não abafaram a estrutura inicial. Eu fiquei muito contente, porque ele disse: “Isto foi a escola do Sr. Horácio...” Ele quando fala do Sr. Horácio fala como um soldado à frente de um general. É uma coisa fabulosa... e diz sempre que veio para ali trabalhar por necessidade, mas que o Sr. Horácio foi como um 2.º pai para ele... e que o ensinava sem nunca abusar, porque o Sr. Horácio dava trabalho consoante as necessidades de cada um. Era uma

Horácio Dias de Abreu foi um homem que se preocupou sempre, com a divulgação da sua fábrica e, posteriormente, de igual forma, com a revenda de instrumentos de outras marcas.

Para além dos catálogos, referidos anteriormente, que eram distribuídos pelas escolas de música de todo o país,¹⁶² publicitava os seus produtos, no *Diário de Coimbra*, *Jornal de Montemor*, etc.¹⁶³ Chegou a realizar-se uma reportagem na radiotelevisão.¹⁶⁴

época de grandes necessidades. Todos os trabalhadores que por lá passaram têm uma vida digna e uma cultura de base. O Virgílio Alho diz que o gosto por saber, o gosto por avançar o deve ao Sr. Horácio. Trabalhar com alguém que tinha passado pela casa do Sr. Horácio era ter a certeza de que íamos ter o resultado que mais esperávamos, às vezes até mais!... A minha mãe pediu a um dos rapazes que tinha passado por lá, para fazer um simples alqueire, uma medida para medir milho e trigo. Como esse rapaz tinha saído há pouco tempo de trabalhar com o Sr. Horácio, a minha mãe pensava que ele como estava a precisar de dinheiro, faria um alqueire tosco, mas mais barato. Mas pronto, era a medida, ainda por cima nós tínhamos um alqueire diferente do Concelho de Coimbra, o nosso alqueire era de 15 litros, o de Coimbra era de 13,5 litros. Porque antigamente, haviam umas diferenças. Até havia pessoas que quando era altura de receber rendas diziam: “Eu quero receber pelo alqueire de Montemor...”, porque era mais litro e meio. E então pediu-lhe para fazer o alqueire. Ele barato ficou... só que o que a minha mãe não esperava é que ficasse uma peça de museu!... Só que nós trabalhámos tanto com ele que o alqueire lá foi... Mas hoje tenho pena, porque recordo-me da minha mãe há perto de 40 anos estar a dizer: “Até é uma pena estarmos a trabalhar com este alqueire, porque isto é uma peça de museu, olhem para este acabamento, uma maravilha! aquele malhetado todo!...”, não havia onde meter um alfinete de cabeça, uma perfeição! era irrepreensível aquela obra. Era fácil conhecer quem tinha passado por aqui. O Hermenegildo Alho diz que: “O Sr. Horácio quis que nós fôssemos alguém, nós é que achámos que o caminho era outro.” Ele formou muita gente!... Para além do salário aos seus funcionários, costumava dar-se um litro de vinho à hora do almoço. Ele dava todos os dias a garrafa do vinho aos seus assalariados.”

¹⁶² In. Documentos da Família Abreu. Carta de uma escola de Famalicão. Destacamos algumas frases: “Há bastantes anos que conheço, de nome, essa Fábrica e um Harmónium de seu fabrico que o meu falecido e grande amigo Francisco Gomes Porto, de Coimbra, comprou há uns 15 anos, para a Capela de N. S. das Neves, em Vila Nova de Monsarros, deste Concelho. Há dias foi-me entregue na Mealhada, ... um catálogo da sua conceituada Casa de Harmoniuns “MAGNIFICUS”. “... poderá remeter-me uma relação dos instrumentos que tem à venda, indicando as características, preço para o público e condições de revenda...” “Antes de ter sido chamado para o Ultramar, quando rebentou o terrorismo, tinha cerca de 100 alunos e mantinha escolas em Cantanhede, Aveiro, Ílhavo, Sangalhos e Portomar, pois sendo, na altura, chefe da Banda da Vista Alegre, tinha muito tempo livre...”

¹⁶³ In. Documentos da Família Abreu. Carta do *Diário de Coimbra*, em que acusa a recepção de uma carta do Sr. Horácio Dias de Abreu, requerendo a publicitação de 21 publicações de um anúncio. Publicidade no *Jornal de Montemor*.

¹⁶⁴ In. Documentos da Família Abreu. Carta de 1973. Nesta carta é demonstrada admiração pelo desenvolvimento da indústria do Sr. Horácio. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Houve uma entrevista que lhe fez o Fernando Pessa, em que ele ficou admirado como é que com 90 anos, ainda queria acabar de construir uma guitarra. Ele foi um homem que construiu outros instrumentos. Ele ainda queria fazer uma guitarra. Ele não estava muito agarrado ao que aprendeu, passou sempre à frente, tentou sempre mais. Era inteligente, tinha capacidades, aproveitou-as. Ele dizia que se tivesse 20 anos, se virava para a electrónica. Mas pronto, tinha vivido a sua época. Ele não criou só órgãos de pedal, depois vai meter-lhes um motor, porque aparece uma nova geração, mais exigente. Ele não ficou parado no tempo. Foi andando... só que os anos pesavam-lhe e ele teve que acabar.” Entrevista cedida por Pedro Janela Abreu em 10-2-2004. Ao questionarmos o neto mais velho de Horácio Dias de Abreu sobre a razão do nome do seu avô não ser mais conhecido, nem tão pouco constar na história da música portuguesa, como o único construtor de harmónios em Portugal, naquela época, como o próprio o afirma, este responde-nos da seguinte forma: “a primeira razão é porque o meu avô construía os harmónios, mas só alguns é que eram vendidos directamente ao público, os restantes eram enviados a revendedores por todo o país que lhes punham exteriormente a marca da casa deles. Por exemplo, há

Em 1961, foi pedida uma licença para colocar uma tabuleta de identificação, na fachada do seu estabelecimento, com os dizeres: “Fábrica de Órgãos – Reparações – Acordeons – Pianos – Horácio D. Abreu.” Esta tabuleta tinha como fundo as cores de amarelo e as letras a castanho; de largura 0,55m e de comprimento, 1,08m.¹⁶⁵

Foi encontrada correspondência, onde o Sr. Horácio se mostrava receptivo ao interesse do Sr. Eduardo F. Varela Pécurto, de se fazer uma reportagem para a televisão.¹⁶⁶

Para além da publicitação directa feita pelo Sr. Horácio Dias de Abreu, foram feitas ao longo dos anos, na imprensa, várias alusões ao seu trabalho, como por exemplo, num artigo de jornal de 1969, onde se diz que as duas organizações que não poderiam deixar de figurar num “apontamento sobre Tentúgal”, eram: a “prestigiosa” fábrica de harmónios da “conhecida” marca Magnificus, de Horácio Dias de Abreu e o Café Progresso, “casa especializada no fabrico dos deliciosos doces de Tentúgal.”¹⁶⁷

A representação e divulgação do seu trabalho foi igualmente, concretizada em exposições e feiras industriais e comerciais.¹⁶⁸

sensivelmente um mês trouxeram à Casa Abreu um harmónio para arranjar onde só interiormente, quando se abriu o instrumento é que se viu a marca a fogo de Horácio Dias de Abreu. A outra razão foi a não continuidade do seu trabalho. Com a vinda da electricidade, os harmónios accionados a ar, passaram de moda, para além disso, com a abertura das “fronteiras” depois do 25 de Abril, Portugal foi invadido por órgãos, vindos de outros países, tecnologicamente muito mais avançados.”

¹⁶⁵ Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra, diploma de licença n.º 510/61, registo n.º 623 de 1961, processo n.º 221/61.

¹⁶⁶ *In.* Documentos da Família Abreu.

¹⁶⁷ *In.* Documentos da Família Abreu. Notícia de jornal. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “As pessoas admiravam-se, porque a oficina era muito rudimentar, só com aparelhos construídos manualmente por ele, os aparelhos de afinação, os moldes... As pessoas esperavam ver grandes bancadas,... mas o que é certo é que o resultado era, às vezes, uma obra de arte!... O que ele se metia a fazer, conseguia. Ele foi um homem que brilhou, foi um astro... Ele rivalizava com os pastéis de Tentúgal...”

¹⁶⁸ *In.* Documentos da Família Abreu. Boletim de inscrição e foto com o General Ramalho Eanes.



Fig. 31 General Ramalho Eanes durante a visita ao “stand” de vendas de Horácio Dias de Abreu numa feira industrial¹⁶⁹

Em Novembro de 1985, com 88 anos, deixa de trabalhar.

Apesar de em 1981¹⁷⁰ se verificar o último registo de um Harmonium Magnificus, construído na Fábrica Nacional de Harmoniuns Manuais e Electrónicos de Horácio Dias de

¹⁶⁹ In. Documentos da Família Abreu.

¹⁷⁰ *Diário de Coimbra*, 11-9-1984. De acordo com o Censos de 1981, data em que Horácio Dias de Abreu constrói o último Harmonium Magnificus, a situação da freguesia de Tentúgal era a seguinte: Edifícios – 765; Alojamentos – 791; Famílias – 747; Habitantes – 2.332. Quanto a habilitações literárias: Até 4.ª classe – 1.166; Sup. a 4.ª classe – 307; Analfabetos – 859. Relativamente às funções exercidas: Empregados – 500; Agricultores – 231; Estudantes – 117; Mulheres n/emp. – 553; Pensionistas – 408; Idade escolar – 192; Estabelecimentos – 79; Outros – 252.

Abreu,¹⁷¹ vinte anos mais tarde, em 2001, o neto Pedro Janela, transforma electronicamente o som dos Harmoniuns, compondo uma missa com o nome de *Missa Magnificus*, para electroacústica e coro a vozes iguais/misto.¹⁷²

A parte comercial de venda de instrumentos, após a sua morte, em 1988, foi continuada pelo seu filho Gilberto Paiva Dias de Abreu e posteriormente pelos seus netos Nuno e Paulo Abreu, na actual Casa Abreu, em Tentúgal.

As instalações da oficina, algumas máquinas que lhe pertenciam, os moldes em papel utilizados para fazer os harmónios, o primeiro harmónio que construiu e um modelo portátil eléctrico, ainda permanecem no mesmo local.

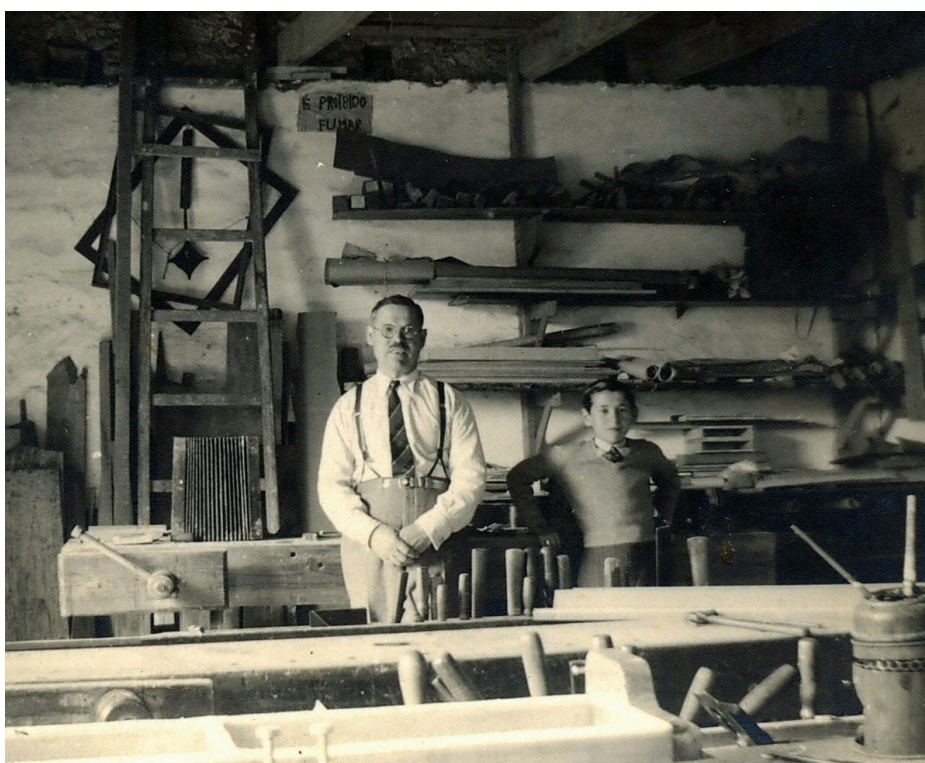


Fig. 32 Horácio Dias de Abreu ao lado do seu filho na oficina onde construía e reparava harmónios e outros instrumentos musicais.

¹⁷¹ Ver em anexo 1, Quadro II.

¹⁷² Este projecto foi apoiado pelo Ministério da Cultura e pelo IPAI, a obra foi estreada em Montemor-o-Velho. Seguiram-se concertos na cidade da Guarda, inserido no Festival João José Baldi, no C.A.E. da Figueira da Foz, Oliveira de Azeméis, La Guardia, Tominho... Ver Anexo 2 ("Missa Magnificus", interpretada pelo Coro Ad Libitum, regido pela maestrina Isilda do Amaral Margarida)



Fig. 33 Horácio Dias de Abreu com os netos: Pedro, Paulo e Nuno¹⁷³

QUADRO I

VENDAS E REPARAÇÕES PARA IGREJAS DE 1955 A 1981¹⁷⁴

Ano	Mês	Localidade	Igreja	Modelo (venda ou arranjo)	Tipo de arranjo	A/C	Preço
1935 ¹⁷⁵		Coimbra	Sé Nova	Reparação de um órgão de tubos	Reparação nos foles.	Padre Ferreira Dias	150\$00
1955		Coimbra	Sé Nova		Reparação do órgão		2.000\$00

¹⁷³ In. Documentos da Família Abreu.

¹⁷⁴ Documentos da Família Abreu. Informações cedidas pela D. Lurdes Paiva, sobrinha do Sr. Horácio Dias de Abreu, que trabalhou muitos anos em sua casa, informando que vinham padres de propósito a Tentúgal, para escolherem os órgãos para as igrejas. Muitas vezes iam jantar a sua casa. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Eu ainda sou do tempo de chegar a uma igreja e me dizerem: “Olha aqui um órgão da tua terra...”. Todas as igrejas e capelas queriam um órgão do Sr. Horácio. Era um prestígio para eles e para nós. Muitos órgãos foram comprados por antiquários e de certeza que muitos deles estão no estrangeiro. Nós fomos uma das regiões mais batidas pelos antiquários...”

¹⁷⁵ O órgão da Sé Nova em Coimbra, foi restaurado em 1935, por Horácio Dias de Abreu e pelo seu irmão Amândio Dias de Abreu, cego e antigo aluno do Instituto Branco Rodrigues. Informações encontradas numa notícia da época sem data, entre os documentos da Família Abreu. Encontramos igualmente referência à data de 1935 e ao nome de Horácio Dias de Abreu num artigo, gentilmente cedido pelo professor e maestro, Joel Canhão, de um investigador e professor na Universidade de Nova Inglaterra, Brisbane, Austrália. In. W.D. Jordan, “Órgãos de Coimbra”, Novas informações sobre a sua história, “Igreja da Graça”.

Ano	Mês	Localidade	Igreja	Modelo (venda ou arranjo)	Tipo de arranjo	A/C	Preço
1956	Jul.		Igreja Paroquial Alvaizere	Venda de harmónio de 3 jogos			9.000\$00
1957		Vila Nova de Mansarros, Famalicão	Capela de N. Sr. ^a das Neves	Venda de harmónio			
1957	Mar.	Buarcos, Figueira da Foz	Igreja de Buarcos	Arranjo de harmónio	Afinação e limpeza		250\$00
1957	Abr.	Vila Verde	Igreja Paroquial de Vila Verde	Venda de um harmónio de 4 oitavas fixo			4.400\$00
1957	Maio	Aveiro	Igreja Paroquial de Calvão	Venda de um harmónio de 3 jogos e 13 registos			9.800\$00
1957	Set.	Vagos	Igreja Paroquial de Santo António	Venda de um harmónio de 3 jogos e 13 registos			10.000\$00
1958	Ago.		Igreja de Samuel	Venda de um harmónio de 3 jogos		Padre José Guedes Quitério	9.800\$00
1958	Out.	Soure	Igreja de Soure	Venda de um harmónio de 2 jogos		Padre Joaquim Duarte Gomes	10.000\$00
1959		Figueira da Foz	Igreja de Tavarede				4.500\$00
1962	Jun.	Tentúgal	Igreja de S. Miguel	Venda de harmónio de 13 registos, pago em 12 prestações			12.250\$00
1965	(8 de) Abr.	Coimbra	Instituto Missionário “Sagrado Coração”	Reparação de 2 harmónios	Geral		2.062\$00
1971	Out.	Foz de Arouce	Igreja Paroquial de Foz de Arouce	Reparação de um órgão		Padre Manuel de Jesus	
1972	Maio	Cantanhede	Igreja da Paróquia de S. Pedro				
1972	Set.	Almagreira		Reparação de um órgão electrónico		Padre Manuel Duarte Marques	9.500\$00

Ano	Mês	Localidade	Igreja	Modelo (venda ou arranjo)	Tipo de arranjo	A/C	Preço
1973		Penacova		Reparação de um harmónio de seu fabrico	“Foles novos de pressão e de pedais, calafetar a caixa, feltros nas válvulas, no teclado, nos registos, nos someiros, arranjo na caixa exterior, limpeza das palhetas, afinação e reparação geral na parte mecânica.”	Pároco de Penacova	4.000\$00
1981	(5 de) Jun.	Flores, Açores	Paróquia da Pajázinha	Venda de um harmónio		Sr. Ricardo António Henriques.	

Sendo o Harmónio um instrumento vocacionado para a execução de música litúrgica, Horácio Dias de Abreu vendia maioritariamente para as igrejas do seu Concelho e terras limítrofes.

Podemos constatar que era solicitado como técnico especializado na reparação não só de Harmónios, como de órgãos de tubos e electrónicos.

Existe um corte de tempo de 1935 a 1955, porque só foi encontrado um livro de registos.



Mapa 1 Locais para onde vendeu ou reparou instrumentos musicais.¹⁷⁶

¹⁷⁶ In. Documentos da Família Abreu. Correspondência.

Para além das localidades referidas no mapa, Horácio Dias de Abreu teve ainda contactos comerciais com: Famalicão, França (Cussy Le Chatel), Lordemão, Angola,¹⁷⁷ Moçambique, St.º Amaro da Boiça, Brejo de Cima...

Empresas com quem trabalhou ao longo da sua vida profissional. Estas empresas faziam a revenda dos seus Harmoniuns. Enviavam igualmente, instrumentos musicais avariados, para serem reparados na oficina de Horácio Dias de Abreu:¹⁷⁸

Lisboa:

- Custódio Cardoso Pereira & C.º.
- Santos Beirão Lda., (registos desde 1937)
- Januário Nunes & C.º

Coimbra:

- Olímpio Medina, (registos desde 1937)
- Marvac,
- Furação,
- Musicarte.

Porto:

- Casa Ruvina, Porto. (registos desde 1937)

Braga:

- Serafim da Silva Jerónimo,
- Rebelo da Silva.

(Os dois últimos, apesar de não serem empresas, verificou-se o registo de vendas sistemáticas dos seus Harmoniuns.)

- Horácio Leitão & Rosa, Lda.
- Santos Baião.

(desconhecemos a cidade)

¹⁷⁷ Relativamente à correspondência encontrada sobre Angola, uma carta escrita no dia 5 de Fevereiro de 1975, enviada pelo Centro Evangélico de Literatura Bíblica em Nova Lisboa, Angola, dá-nos a entender que, provavelmente, os harmónios de Horácio Dias de Abreu, foram vendidos para muitas igrejas dessa região. Deixa-nos, igualmente, transparecer, a exclusividade de construção deste tipo de Harmónios. Assim, destacamos algumas frases relevantes da correspondência: “Estando nós em contacto com muitas Igrejas e outros interessados na aquisição de harmónios que não precisam de corrente eléctrica para funcionar, conseguimos, até que enfim, saber de onde eles podem vir. Cremos que pode haver uma certa colocação destes instrumentos por cá...”

¹⁷⁸ In. Documentos da Família Abreu. Livro grande de registos.



III. O CIDADÃO

1. A estrutura corporativa do Estado Novo

A Constituição de 1933, através da qual foi institucionalizado o regime conhecido por Estado Novo, definia a República Portuguesa como um Estado unitário e corporativo. O projecto político/social de Oliveira Salazar era:

“(…) Construir o Estado social e corporativo, em estreita correspondência com a constituição social da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações, onde se encontram todos os cidadãos com as suas liberdades jurídicas fundamentais são os organismos componentes da Nação (...)”¹⁷⁹

É aliás, à volta do conceito de Nação que toda a estrutura corporativa se constrói. Todos os elementos da nação eram integrados automaticamente neste corpo orgânico, a começar pelos cidadãos. O conceito de cidadania da Primeira República é dissolvido neste macro-organismo simbólico que tudo arrebata, tudo assimila e a que todos se subjugam.¹⁸⁰ Os direitos de cidadania, como a liberdade de associação, a liberdade de pensamento, a liberdade de culto, embora salvaguardados teoricamente na Constituição de 1933, ficaram sempre sujeitos aos ditames do interesse nacional, isto é apenas poderiam ser exercidos, desde que consentâneos com a visão paternalista do poder e por pessoas consideradas idóneas pelo regime.

Em teoria, Oliveira Salazar pretendia um “regime nacionalista, autoritário e corporativo”¹⁸¹ governo forte que tudo controlasse, inclusive as relações de trabalho. Neste campo, os seus objectivos eram:

“(…)Coordenar as corporações federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário, formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação(...)”¹⁸²

O cidadão no conceito laico e democrático cujo voto legitimava o poder representativo deixou de existir, porque segundo a doutrina da igreja católica todo o poder vem de Deus:

¹⁷⁹ SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos*. Coimbra, Coimbra Editora, 1935, vol. 1, p. 72-87.

¹⁸⁰ Cfr. BRAGA da CRUZ, M., *Salazar e a Política*. O conceito de nação esteve “na raiz e origem” de toda a teoria e prática política do salazarismo, in RAMOS do Ó, J. - *Salazarismo e Cultura, in Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, cap. IX., p. 391.

¹⁸¹ BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena - *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000, vol. 9.º, p.248.

“O poder público vem de Deus. (...) A Providência o fez para se unir aos seus semelhantes numa sociedade tanto doméstica como civil, única capaz de fornecer o que é preciso à perfeição da existência. (...) Daí resulta que todo o poder público vem de Deus (...) Todo aquele que tem direito de mandar, não recebe esse direito senão de Deus (...) Aliás, em si mesma, a soberania não está ligada a nenhuma forma política; pode muito bem adaptar-se a esta ou àquela, contanto que seja de facto apta à utilidade e ao bem comum.”¹⁸³

Em sua substituição, o cidadão amputado da sua capacidade de voto democrático deixou de ter voz activa na elegibilidade dos órgãos do poder. Contudo, Oliveira Salazar insiste em que essa representatividade é ainda mais fiel. Segundo a sua teoria as organizações corporativas e administrativas representam mais fielmente os interesses dos cidadãos do que os próprios cidadãos.

O Estado Novo como regime político que vai exercer o poder de uma maneira forte e autoritária. Fica assim, aos olhos de Salazar legitimado e caucionado por esta representação corporativa mais simbólica que real, na medida em que a Câmara Corporativa e a própria Assembleia Nacional são apenas órgãos consultivos que o governo se não dispensa inteiramente, prescinde dos seus serviços em dois terços do ano.¹⁸⁴

Para compreender as raízes ideológicas deste projecto, é necessário desvendar os contextos em que Oliveira Salazar foi “socializado”.

A proclamação da Primeira República em 1910 e sobretudo a Constituição de 1911 agudiza a luta da Igreja católica pela reconquista do seu lugar social privilegiado na sociedade portuguesa. Oliveira Salazar que entretanto se matriculara em Direito na universidade de Coimbra foi, juntamente com Cerejeira figura marcante nesta luta em defesa da Igreja.

Desde 1917, com a revolução bolchevista em marcha, na Rússia, as teorias marxistas instalaram-se no continente europeu, particularmente nos grandes centros urbanos. O operariado urbano começava a ganhar cada vez mais força reivindicativa, face às injustiças patronais de que foi alvo, durante a revolução industrial, cujos efeitos se fizeram sentir de

¹⁸² SALAZAR, António de Oliveira, ob. cit., p. 72-87.

¹⁸³ In. Carta Encíclica de Leão XIII - *Immortale Dei*. “Doutrina cristã sobre a Constituição dos Estados. A sociedade civil.” Pontos 4,5 e 6, cap.º I, 1885.

¹⁸⁴ Cfr. Entrevista de Salazar ao jornal “Fígaro”, in. SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e Notas Políticas, 1959-196*. Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1967, vol. VI, p. 39.

modo particular, nas cinturas industriais.¹⁸⁵ Como fenómeno social, esta luta entre o capital e o trabalho mereceu especial atenção da parte da Igreja Católica, ideologia dominante na Europa civilizada e cristã. Através de Cartas Encíclicas os Sumos pontífices em nome da Igreja Católica deram também, a sua resposta a este fenómeno social.

Como documentos oficiais de proa, estão as Cartas Encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno” do Papa Leão XIII, cujas posições sociais ainda hoje são citadas. Oliveira Salazar, ainda seminarista, aderiu fortemente a elas e as posições deste Papa marcaram-no fortemente na sua formação clerical.

No seminário é socializado e enformado pelos valores tradicionais católicos, sobretudo através do estudo e debate das encíclicas papais. A resposta da igreja católica aos problemas sociais da época, é considerada uma voz autorizada, pelo aval implícito ou explícito de uma vasta maioria católica.

Diz-nos Franco Nogueira que, aquando da morte do Papa Leão XIII, ocorrida, ainda, no 3.º ano do seminário, já “vestia a sua batina preta; usava colarinho branco de volta inteira; e em cada ombro assentava uma faixa vermelha – escura (...)”¹⁸⁶. Era estudante do 3.ºano do curso preparatório de 1902-1903. Houve uma grande consternação e Oliveira Salazar seminarista com 14 anos, também partilhou esses sentimentos.

Não admira pois que, quando começa a intervir, agora na função de militante católico e professor da Universidade de Coimbra, os seus primeiros discursos, referentes às questões sociais sejam pautados pela doutrina da Igreja. Oliveira Salazar visava “o restabelecimento dos direitos e posições da Igreja Católica hostilizada pela Primeira República, bem como a expansão da sua influência.”¹⁸⁷

A primeira intervenção que se conhece sobre este tema foi no Congresso Eucarístico de Braga, em 13 de Julho 1924 onde pronunciou um discurso intitulado “A paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia”. Tinha então 26 anos, mas as linhas mestras de âmbito social que mais tarde seguiria no governo da Ditadura Nacional, estão aí delineadas:

“(...)Tomar o trabalho próprio e alheio com amor, desempenhá-lo com zelo e aceitá-lo com alegria; ter o orgulho da profissão, pela consciência da sua utilidade e pela perfeição

¹⁸⁵ Em Portugal a situação real do País traduzia-se por um público operário de poucas dezenas de milhar de indivíduos. In. *Portugal-Da Monarquia para a República. Programação e Estrutura Política*, p.393.

¹⁸⁶ NOGUEIRA, Franco - *A Mocidade e os Princípios*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p.17.

¹⁸⁷ BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena, ob. cit., p. 283.

própria do trabalho executado; sentir a nobre honra de contribuir com um esforço útil para a comunidade e sentir o vexame duma ociosidade parasitária – que revolução prodigiosa! (...)”¹⁸⁸

E remata com as matrizes católicas que hão-de enformar todo o seu programa corporativo:

“Dai-nos estas almas transformadas pelo espírito cristão da obediência, do amor e da renúncia que a paz de Cristo é perfeitamente compatível com a sindicalização operária, com novos regimes de trabalho, com novos regimes de prosperidade, com diferentes organizações políticas.”¹⁸⁹

Em Coimbra, no Centro Académico de Democracia Cristã que ajudou a fundar e onde exerceu as funções de primeiro vogal, como bom militante católico, em companhia do seu amigo Cerejeira, continuou a seguir estas pisadas ortodoxas e quase canónicas.

Quando assume, definitivamente em 1928, como “dever” patriótico, a missão de regenerar a Pátria, Oliveira Salazar tem em mente, em primeiro lugar, desconstruir as matrizes ideológicas da Primeira República e conseguir um processo de pacificação, controlando as relações capital/trabalho.

Concebe, então, organizações corporativas que serão, também, agências de ideologização e controlo, nos diversos sectores económicos em que se sentarão, lado a lado, representantes do capital e do trabalho, mas onde o Estado totalitário ditará as regras. Nasce, assim, a estrutura corporativa que irá enformar e identificar a Nação Portuguesa: “unitária e corporativa”.¹⁹⁰

As matrizes são as definidas nas encíclicas papais e adaptadas à realidade portuguesa. Os seus próximos correligionários depressa assimilam a lição de Oliveira Salazar e aderem a ela sem reticências. Veja-se, por exemplo, Marcelo Caetano:

“(...) Sou, desde há muito, um adepto convicto da expansão da fórmula corporativista e tenho a certeza de que, quando inteligentemente empregada e honestamente servida, essa fórmula pode ajudar a resolver muitos problemas dos produtores e dos consumidores e corrigir vícios do capitalismo, sem que o comércio útil seja com isso afectado.(...)”¹⁹¹

¹⁸⁸ Jornal *Novidades*, “A paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia”, 13 Jul 1924.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ Constituição Portuguesa, “1933-1958”. Lisboa, Parte I, Título I, Arquivo V, 2001.

¹⁹¹ CAETANO, Marcelo – *Princípios e Definições*. Lisboa, Edições Panorama, 1969, p. 52-53.

E, numa visão mais semelhante à de Oliveira Salazar de demonização do passado:

“(...) O Estado liberal é uma fórmula para todos os conteúdos; a sua personalidade é céptica, indiferente, reservada: como Pilatos lava as mãos, sempre que é preciso assumir uma atitude, em face do drama humano ou das coisas divinas e pergunta com desdém - onde está a verdade? (...) Estamos, agora, na fase da purificação do pecado que enformou o optimismo dos nossos pais e dos nossos avós. Estamos a sofrer na redenção da pena do egoísmo, da segura, da temeridade – do amor desenfreado dos prazeres e do oiro.(...)”.¹⁹²

A comemoração do 10.º aniversário da tomada de posse de Salazar, como ministro das Finanças e a exposição comemorativa de quinze anos de realizações, (obras Públicas) foram pretexto para intensas campanhas de propaganda do Estado Novo.

A colecção de cartazes de “A lição de Salazar” representada pela temática da política social/corporativismo – era, no ensino, veículo privilegiado da transmissão de todo o *corpus* de valores da propaganda do regime, através da combinação funcional:

Do espaço da sua afixação - escolas;

Dos destinatários da mensagem;

Das próprias características formais – texto curto, de fácil memorização e jogo cromático: - cores esbatidas nas imagens respeitantes à Primeira República e cores vivas nas imagens do período da Casa do Povo.

1.1. O papel das Casas do Povo e Casas dos Pescadores na construção do Portugal unitário e corporativo.

A Constituição Política de 1933 define a estrutura jurídica do Estado Português e estabelece o programa fundamental da sua orgânica, declarando que se trata de uma República unitária e corporativa.

O papel das Casas do Povo e Casas dos Pescadores neste edifício corporativo em forma de pirâmide, é constituir a base em que assentam as demais estruturas corporativas. O vértice pertence aos quadros dirigentes do Estado Novo que nunca abdicarão dessa posição, na boa lógica totalitária.

¹⁹² *Ibidem.*

O facto de ocupar a base da pirâmide não significa menosprezo pelo sector primário da economia. Pelo contrário, trata-se de um sector predilecto, na apreciação discursiva de Oliveira Salazar. Ele sempre elogiou o Portugal rural e ruralizante, com o bucolismo dos campos verdejantes e com a portugalidade tradicional histórica que não se perdeu, através dos séculos.

Filho do feitor agrícola de um proprietário rural, irmanado com o amanho da terra, embora sem nunca calejar as mãos com a enxada, graças ao patrocínio da mãe, idilicamente achava que aí se encontravam as raízes do Portugal que queria reconstruir. O meio rural representava o paradigma social que sempre preconizou: um modo de vida, onde cada um se ocupava do que é seu, sem pretender ascender a outra posição social. Uma existência feliz e contente, apesar de todos os sacrifícios.

A família rural é paradigmática do seu modelo de ser português. O homem pagador de dívidas, trabalhando para os seus, porque os pais já fizeram o mesmo. A condição feminina, sem reivindicar o lugar do marido que é o chefe incontestável e contentando-se com o seu lugar subordinado de dona de casa.

Para Oliveira Salazar, o sacrifício redentor é a seiva para construir este Portugal nacionalista e cristão, com um património inigualável de ter levado a civilização europeísta e cristã aos povos mais atrasados.

Por isso, elege como arquétipo do seu novo projecto social a sociedade tradicional, cristã, que assenta na família e casa rural. Tudo amassado nos princípios confessionais da moral cristã que defendem atitudes e comportamentos moralizantes e moralizadores.

As paixões devem ser dominadas e as virtudes devem domesticar o carácter. Como finalidade, todos a caminhar para os fins últimos, escatológicos, como peregrinos, como manda a dogmática católica.

O Estado Novo é um regime, no discurso de Oliveira Salazar, paternalista, mas musculado para os prevaricadores que não querem seguir a verdade e enveredam por caminhos da perdição.

Tudo na boa lógica da doutrina católica. Oliveira Salazar com esta visão idílica e canónica, como se fosse um pároco da aldeia, sonha com uma sociedade pacífica, obediente, submissa às autoridades.

Portanto, a sua missão de salvar a Pátria, através do movimento nacionalista corporativo

tem de começar pela vida rural, pelo sector primário, onde se encontra a alma da Nação, ainda não perdida, desse Portugal que pretende reconstruir.

É interessante notar que é aqui na agricultura que o projecto corporativo encontra maiores obstáculos. É que aqui, não há uma destriça forte entre capital e trabalho.

Na agricultura desta época, anos trinta, conviviam os pequenos fazendeiros com os proprietários rurais e os assalariados, todos unidos nas mesmas dificuldades económicas, todos dependentes uns dos outros e ao sabor das azáfamas sazonais e das condições climatéricas. Talvez, por isso, este projecto corporativo sofreu várias alterações, durante o consulado salazarista.

Em princípio, o capital e o trabalho deviam possuir organismos de representação separados. A colaboração preconizada por este projecto devia estabelecer-se entre as representações dos trabalhadores assalariados e as representações dos proprietários rurais e não dentro de cada uma delas.

Vamo-nos socorrer dos normativos de base que instituem as Casas do Povo, para ver quais eram as intenções do legislador e como estas intenções foram desenvolvidas na prática.

O Decreto-Lei n.º 23:051, no art.º 15.º estabelecia:

“São sócios protectores natos, todos os proprietários rurais da freguesia respectiva. Os indivíduos, nestas condições, cujos bens não sejam suficientes para lhes assegurar situação diversa da situação corrente de trabalhadores rurais podem deixar de pertencer a esta categoria, mas são obrigados a fazer parte das Casas do Povo como sócios efectivos.”¹⁹³

E no art.º 17.º, completava:

“Os sócios efectivos pagarão a cota mensal de 1 escudo, ficando as cotas dos sócios protectores, ao arbítrio individual dos interessados, sujeitas, porém, ao mínimo mensal de 5 escudos.”¹⁹⁴

Contudo estes sócios protectores não podiam fazer parte da Assembleia Geral e, portanto, não lhes competia tomar decisões. Estas eram tomadas, apenas pelos sócios efectivos.

As finalidades da Casa do Povo eram as seguintes:

- “Previdência e assistência nos casos de doença, desemprego, inabilidade e velhice;

¹⁹³ *Diário de Governo*, I Série, n.º 217 de 23 de Setembro de 1933, p. 1662.

¹⁹⁴ *Idem*.

- Instrução e ensino a adultos e às crianças, desportos, diversões e cinema educativo;
- Progressos locais”.¹⁹⁵

O Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-lei n.º 23:048 de 23 de Setembro de 1933) constitui a lei básica do regime corporativo. Inscreve o princípio da organização integral da Nação, abrangendo, não só as actividades económicas, como as profissões livres e os interesses culturais e morais.

Segundo as estatísticas do regime¹⁹⁶ em 1944 estavam constituídas perto de 530 Casas do Povo, encontrando-se em plena actividade, aproximadamente 400. Em 1938, eram 150.

Eis, apenas, dois exemplos do teor destas actividades:

- Vinte e duas Casas do Povo ocupavam-se, em 1944, da criação e manutenção de creches, lactários e outros institutos de assistência – e outras fundavam escolas que mantinham em funcionamento (passaram por lá cerca de 3000 alunos).
- Cento e setenta e três cooperaram na construção ou reparação de estradas, pontes e outras vias de comunicação.

As Casas do Povo contavam já, em 1944, com mais de 76000 sócios contribuintes e cerca de 235000 sócios efectivos.

As Casas dos Pescadores de igual modo englobavam os pescadores e os patrões da pesca. Tal como as Casas do Povo eram criadas por iniciativa dos capitães ou delegados marítimos dos portos ou delegados do INTP. O secretário e tesoureiro eram escolhidos por estas entidades oficiais de entre os sócios efectivos “no pleno uso dos seus direitos”.¹⁹⁷

Os seus fins eram a representação profissional, a educação e instrução; e previdência e assistência. Posteriormente desempenharão “uma função de enlace entre o Estado e a corporação da pesca e as conservas”¹⁹⁸

Podiam ser dissolvidas pelo governo desde que a sua actividade fosse “prejudicial aos interesses da ordem política e social.”¹⁹⁹

Entre 1959 e 1974 o seu número manteve-se inalterável: 23 no continente e 5 nas Ilhas.

¹⁹⁵ Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 23:051 de 23 de Setembro de 1933, publicado no Diário do Governo I Série, n.º 217.

¹⁹⁶ “Política Corporativa”, in. *O Estado Novo. Princípios e Realizações*. Lisboa: Edições SPN, 1944, 3.ª edição, p. 42.

¹⁹⁷ *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo dos Leitores, Dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 1996, vol. 1, p. 133.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

O número total de sócios efectivos²⁰⁰ e contribuintes²⁰¹ em 1974 era de 57. 664.

Segundo F. Rosas funcionavam “como instrumento da política salarial e laboral do patronato, de enquadramento político - ideológico da massa (...) piscatória e de uma embrionária e paternalista assistência social para os seus associados.”²⁰²

2. Casa do Povo de Tentúgal

Neste capítulo, pretendemos mostrar a acção político/social de Horácio Dias de Abreu, junto da Casa do Povo de Tentúgal, para a qual foi eleito Secretário da Direcção, conforme consta da Acta n.º 1 de 29 de Janeiro de 1939.

A Casa do Povo de Tentúgal foi criada, nos termos do Decreto-Lei nº 23.051, de 23 de Setembro de 1933.

Os Estatutos da Casa do Povo de Tentúgal foram avalizados pelo Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, em 7 de Julho de 1938.²⁰³ Fazem parte destes Estatutos nove capítulos, constituídos ao todo por 60 artigos. Os nove capítulos englobam os seguintes aspectos:

- Constituição e fins (três artigos);
- Dos Sócios (seis artigos);
- Da Assembleia Geral (dez artigos);
- Da Direcção (onze artigos);
- Das Eleições (seis artigos);
- Da Actividade Social (dez artigos);
- Das Receitas (um artigo);
- Das Penas (seis artigos);

²⁰⁰ Sócios efectivos eram os que estavam matriculados em barcos ou companhias de pesca como pescadores ou trabalhassem nas praias como pescadores ou auxiliares de pesca mas com cédula marítima. *Ibidem*

²⁰¹ *Idem*. Sócios contribuintes eram todas as pessoas que quisessem auxiliar e obrigatoriamente todas as empresas e armadores ou proprietários de embarcações e de pesca, os quais pagariam uma quota, “em harmonia com a tonelagem das embarcações ou navios empregados na pesca, tendo em atenção a importância económica das empresas e os usos e costumes locais.”

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ *In. Estatutos da Casa do Povo de Tentúgal*. Casa do Povo de Tentúgal, 7 de Julho de 1938.

- Disposições Gerais (três artigos).

Horácio Dias de Abreu foi um dos fundadores da Casa do Povo de Tentúgal, tendo sido eleito com 47 votos. O apuramento para os cargos de gerência da Casa do Povo foi efectuado, depois de terem sido apresentadas e votadas quinze listas (quinze candidaturas) de sócios protectores e quarenta e nove de sócios efectivos.²⁰⁴

A Direcção era constituída por três sócios efectivos, chefes de família, que exerciam os cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.²⁰⁵

Para integrar a Direcção necessitava dos seguintes requisitos:

- nacionalidade portuguesa, aspecto também obrigatório para os sócios efectivos;
- chefe de família, do sexo masculino e mais de 18 anos;²⁰⁶
- pagamento integral e pontual das quotas mensais, 1\$00.²⁰⁷

O cargo era exercido gratuitamente e o visado “devia concorrer para o progresso e desenvolvimento da Casa do Povo”. Exigia-se que não desenvolvesse “qualquer espécie de acção política ou social, contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado.”²⁰⁸, e que levasse “ao conhecimento do presidente da Assembleia Geral qualquer resolução ou acto administrativo que se lhes afigure contrário aos interesses da associação, ou oposto aos seus Estatutos.”²⁰⁹

O cargo dava direito a ter assento e voto deliberativo nas assembleias gerais, eleger e ser eleito para qualquer cargo da associação e apresentar propostas à Assembleia Geral ou à Direcção que “interessassem ou sejam úteis”²¹⁰ à Casa do Povo.

Especificamente, ao secretário, competia-lhe substituir o presidente, quando este faltava, proceder aos “Assentos” no livro da Direcção e realizar todo o serviço de secretaria.²¹¹

Achamos interessante realçar, dos Estatutos, os seguintes factos:

- a eleição para os cargos directivos só era considerada válida “depois de sancionada” pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência;²¹²

²⁰⁴ In. *Livro de Actas da Casa do Povo de Tentúgal*. Acta n.º1, de 29 de Janeiro de 1939. Casa do Povo de Tentúgal.

²⁰⁵ *Idem*. *Estatutos da Casa do Povo de Tentúgal*. Art.º 22.º

²⁰⁶ Art.º 4.º

²⁰⁷ Art.º 6.º

²⁰⁸ Art.º 7.º, alínea a)

²⁰⁹ Art.º 8.º

²¹⁰ *Idem*.

²¹¹ Art.º 31.º

²¹² Art.º 38.º

- as mulheres que não fossem chefes de família e os menores de 18 anos só eram admitidos a inscrever-se como sócios nas instituições criadas por esta, “a fim de gozarem os respectivos benefícios”,²¹³

- a Direcção podia nomear, suspender e demitir os empregados necessários (que trabalhavam na Casa do Povo), “tendo sempre em atenção as regras de mais sã economia;”²¹⁴ e o facto da expulsão, sem direito a readmissão ser aplicada naqueles que “se mostrem maus portugueses” ou “que desenvolverem acção contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado.”²¹⁵

O aspecto mais relevante dos Estatutos e da acção da Casa do Povo na região, prendia-se com o seu papel social, cultural e de assistência. Será nestas vertentes, que a Casa do Povo, mais revelará a sua intervenção. Assim, os fins desta associação definidos estatutariamente, eram os seguintes:

- “1.º- A criação de instituições destinadas a assegurar aos sócios, protecção e auxílio, nos casos de doença, desemprego, incapacidade e velhice;
- 2.º- Ministar o ensino aos adultos e às crianças;
- 3.º- Promover diversões como: a prática de desportos e o cinema educativo;
- 4.º- Cooperar nas obras de utilidade comum, comunicações, serviço de águas, higiene pública e outras equivalentes.”²¹⁶

Os fins referidos anteriormente, eram concretizados, através da criação de uma Caixa de Previdência, entre os sócios efectivos da Casa do Povo, ao abrigo das disposições do Decreto n.º 23951, de 2 de Junho de 1934²¹⁷ e da Lei n.º 1884 de 16 de Março de 1935²¹⁸, ficando o seu Regulamento dependente da aprovação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.²¹⁹

²¹³ Art.º 5.º

²¹⁴ Art.º 29.º

²¹⁵ Art.º 57.º

²¹⁶ Art.º 3.º

²¹⁷ O significado deste Decreto assinado por António Óscar de Fragoso Carmona e António de Oliveira Salazar, é o seguinte: Logo que o *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* dê conhecimento público da aprovação pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, das instituições ou caixas de previdência criadas nas Casas do Povo “o Estado dotará a respectiva Casa do Povo com a importância de 5.000\$, a qual será aplicada na constituição de um fundo de capitalização da mesma instituição de previdência, depois de deduzida a percentagem de 20 por cento que a Casa do Povo poderá aplicar em despesas de instalação ou quaisquer melhoramentos.” Ver Decreto n.º 23951, de 2 de Junho de 1934.

²¹⁸ A Lei n.º 1884 especifica “as instituições que ficam reconhecidas como sendo de previdência social.” Estas instituições eram divididas em 4 categorias: pertenciam à 1.ª categoria, juntamente com as Caixas de Previdência das Casas do Povo, as Caixas Sindicais de Previdência e as Casas dos Pescadores (Art.º 1.º). Podemos ainda constatar que as Caixas de Reforma ou de Previdência “destinam-se a proteger os beneficiários contra os riscos

Podia, no entanto, a Casa do Povo, submeter ao Sub-Secretário das Corporações e Previdência Social quaisquer outras combinações, identificadas pelas condições locais, tendentes a realizar um ou outro fins de Previdência acima referidos.²²⁰

É no cap. VI dos Estatutos - “Da Actividade Social” - que aparecem identificadas as áreas de acção dos fins referidos anteriormente:

- a criação de dispensários, creches e lares de acolhimento para crianças e velhos;²²¹
- a defesa das condições de sanidade local, em especial contra a tuberculose, servindo-se para isso, de todos os recursos de propaganda ao seu alcance;²²²
- a criação de pequenas bibliotecas e de escolas ou postos de ensino, destinados a ministrar a instrução aos seus sócios e seus filhos;²²³
- a instrução às crianças e adultos, no sentido de aperfeiçoamento da profissão a que se destinavam ou exerciam, completando-a com “preceitos” educativos que lhes permitissem atingir um nível social mais elevado²²⁴ - (tanto a instrução como a educação moral, intelectual e física a ministrar aos sócios da Casa do Povo, deveriam ter por objectivo: a formação de caracteres fortes, de trabalhadores activos e de homens “inteiramente votados ao serviço da Pátria”);²²⁵

de doença e invalidez e a garantir-lhes pensões de reforma” (Art.º 10.º); a gerência das Caixas de Reforma ou de Previdência “será confiada a uma direcção constituída ao menos, por presidente, secretário e tesoureiro” (Art.º 12.º). Estas instituições gozavam das seguintes isenções: “Do imposto do selo nos seus livros de escrituração, nos recibos de jóias e cotas dos sócios e nos que estes passarem por quaisquer quantias recebidas no uso dos seus direitos; do imposto de sucessões e doações sobre mobiliários e imobiliários, e da sisa pela aquisição de prédios, com autorização do I.N.T.P., para instalação da sede e serviços de utilidade social, bem como da contribuição predial devida pelos mesmos prédios” (Art.º 15.º). Estas instituições gozavam das seguintes regalias: “a) Promover, mediante autorização do I.N.T.P., em instituição oficial ou sociedades particulares legalmente constituídas, a realização de seguros individuais ou colectivos em caso de vida, morte ou acidentes de trabalho, pensões de invalidez ou de sobrevivência; b) Despedir no fim do arrendamento, quando instaladas em edifício próprio, qualquer dos seus inquilinos, se carecerem da parte por eles ocupada para as suas instalações (Art.º 16.º); finalmente destacamos o facto das “pensões ou subsídios devidos aos sócios, seus herdeiros ou legatários” terem o carácter de pensões alimentícias. Estas pensões ou subsídios não podiam ser cedidas a terceiros nem penhorados, prescrevendo a favor das respectivas instituições no prazo de um ano, a contar do vencimento ou do último dia do prazo de pagamento, se o houver (Art.º 17.º).

²¹⁹ Art.º 40.º e 41.º

²²⁰ Art.º 41.º único.

²²¹ Art.º 42.º

²²² Art.º 43.º

²²³ Art.º 44.º

²²⁴ Art.º 44.º único.

²²⁵ Art.º 48.º

- o desenvolvimento da cultura física dos seus associados pela utilização racional dos desportos, ficando, porém, a prática destes sujeita à fiscalização do “ médico do respectivo partido;”²²⁶
- a utilização do cinema, como instrumento de cultura e de educação popular, promovendo a exibição de filmes adequados a estes fins e excluindo todos aqueles que pudessem constituir elemento de perversão dos bons costumes e da ordem social;²²⁷
- a realização de obras de interesse comum, especialmente abertura e construção de caminhos e outras vias de comunicação, águas, esgotos e melhoramentos locais, tendo em vista o progresso material da localidade;²²⁸
- a atribuição de verbas do cofre da Casa do Povo para pagamento de salários aos sócios efectivos em obras de interesse comum.

Estas obras deviam ser concretizadas em épocas de falta de trabalho e constituíam o principal processo de combate ao desemprego²²⁹ e a hipótese de promoção e organização, entre os seus sócios, dentro da legislação vigente, de sociedades cooperativas de produção ou de consumo.²³⁰

Vinte dias após a aprovação dos Estatutos, no dia 17 de Julho de 1938, foi inaugurada a Casa do Povo de Tentúgal.²³¹ A festa realizou-se com a participação de toda a população, até, porque, coincidiu com os festejos em homenagem a Nossa Senhora do Carmo, padroeira da freguesia.

A imprensa da época deu grande cobertura ao acontecimento, por ela é possível constatar que a vila esteve em festa, com as ruas todas enfeitadas. A Filarmónica de Alfarelos, ficou responsável pela animação musical da festa. Os Sindicatos Nacionais dos Motoristas de Coimbra, empregados da Indústria Hoteleira, cerâmicos, manipuladores de pão, empregados

²²⁶ Art.º 45.º. Para aquele efeito, a Casa do Povo, logo que estivesse devidamente instalada, deveria adquirir, terrenos destinados à instalação de campos de jogos.

²²⁷ Art.º 46.º As entradas para estes espectáculos eram em regra pagas a preços reduzidos, no entanto, estes poderiam ser fixados de modo a obter receita para o cofre da associação. Art.º 62.º O número de espectáculos cinematográficos ou outros deviam ser fixados de forma a que não prejudicassem os dias normais de trabalho, nem constituíssem pela sua frequência, fonte de perturbação da economia doméstica dos associados.

²²⁸ Art.º 49.º Estas obras podiam ser acordadas entre os seus associados, quer com os seus “etários” locais ou com o Estado.

²²⁹ Art.º 49.º - 2.º

²³⁰ Art.º 50.º

²³¹ Documento do arquivo da Família Abreu, que contém uma notícia de um jornal de Coimbra com a data de 20-7-1937 com o título e sub-título de: *Em Montemor-o-Velho realizou-se ante-ontem uma sessão de propaganda ao Estado Novo e em Tentúgal foi inaugurada uma Casa do Povo, actos a que presidiu o chefe do distrito.*

bancários e da imprensa, munidos de estandartes, encaminharam-se juntamente com as personalidades mais representativas da terra. Entre estas personalidades o jornalista refere que o Senhor Horácio Dias de Abreu se encaminhou até à entrada da Vila, para receber às 17.50 horas, o Chefe do Distrito.

Calado Branco, Governador Civil do distrito, foi então recebido, segundo relatos de um jornal da época, da seguinte forma: “O povo entusiasmadíssimo aclamou-o, levantando vivas a Portugal, ao Estado Novo e aos Srs. General Carmona e Dr. Oliveira Salazar, enquanto que a banda de Alfarelos tocava a Portuguesa, que foi ouvida de cabeça descoberta.”²³²

A imprensa da época relata, ainda, a organização posterior de um cortejo que se dirigiu à Casa do Povo, (situada numa das dependências da Casa da Misericórdia, cedida para esse fim).

A normal sessão de discursos, nestas circunstâncias, foi presidida pelo Sr. Governador Civil que estava acompanhado pelos Sr. Engenheiro Francisco Gavicho, Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo; Capitão Gomes da Silva, Presidente da Câmara; Bento Soares Couceiro, Presidente da Casa do Povo de Tentúgal; Capitão Amândio Corado, Comandante distrital da Legião Portuguesa; Dr. João Bacelar; António Pintes, Presidente da Junta de Freguesia; Dr. Vasco Homem de Melo, delegado do Instituto Nacional do Trabalho; o trabalhador rural José Soares e o reverendo Gouveia, prior da freguesia.

O discurso inicial coube ao engenheiro Sr. Francisco Gavicho que, após cumprimentos de boas vindas ao chefe do distrito, elogiou a obra do Estado Novo, referindo a importância deste novo porto de abrigo para o povo trabalhador.

O Sr. Joaquim Esteves Lopes, da Comissão organizadora do novo organismo, preferiu pôr em relevo algumas necessidades da população da Portela, como por exemplo, o abastecimento de água, a reparação da estrada, que ainda hoje liga Tentúgal com aquela importante povoação, e ainda a urgência da construção de uma estrada que desse fácil acesso a Cantanhede, para que a transação dos produtos agrícolas fosse facilitada.

Posteriormente, o Dr. Bento Coelho da Rocha, Dr. João Bacelar e o Dr. Vasco Homem de Melo, entregaram ao engenheiro Francisco Gavicho o estatuto e alvará da Casa do Povo, referindo algumas Casas do Povo do Alentejo e a importância destas na prestação de serviços aos seus associados.

²³² *Ibidem.*

Finalmente, no Palácio da Família Gavicho foi oferecido ao chefe do distrito e aos convidados um “porto de honra”, tendo ali falado o Governador Civil; Gomes de Almeida, director de «O Figueirense»; José Monteiro da Costa, Presidente da União Nacional de Montemor-o-Velho; Presidente da Câmara, Dr. João Bacelar e o engenheiro Francisco Gavicho. Foram oferecidos pelo Sr. Governador Civil à casa do Povo, dois volumes dos discursos do Dr. Oliveira Salazar.²³³

A Casa do Povo enviou às personalidades mais representativas do País - Presidente da República, Dr. Oliveira Salazar e Sub-Secretário do Estado das Corporações - telegramas de saudação.²³⁴

A vinte e nove de Janeiro de 1939, reuniu-se na sede provisória, a Assembleia Geral da Casa do Povo de Tentúgal, para a eleição dos corpos gerentes para esse ano, ficando assim constituído:

Assembleia Geral:

Presidente: Francisco Ferraz de Macedo Gavicho;

Primeiro Vogal: Joaquim Esteves Lopes;

Segundo Vogal: Joaquim Veiga.

Direcção:

Presidente: Bento Soares Couceiro;

Secretário: Horácio Dias de Abreu;

Tesoureiro: Francisco de Oliveira Branco Júnior.²³⁵

Horácio Dias de Abreu foi novamente eleito para a Direcção, assumindo o cargo de Secretário, no dia 21 de Janeiro de 1940. A partir desta data, os cargos foram renovados de três em três anos²³⁶ e a 13 de Fevereiro de 1951, Horácio Dias de Abreu foi eleito Presidente da Direcção.²³⁷

²³³ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O “copo de água” da inauguração da Casa do Povo foi pago pelo Sr. Gavicho, eles trabalhavam muito em conjunto. O Sr. Gavicho deu o dinheiro, o Sr. Horácio dava o trabalho.”

²³⁴ In. Documentos da Família Abreu. Notícia com data de 20-7-1938 com o título e sub-título: *Em Montemor-o-Velho realizou-se ante-ontem uma sessão de propaganda ao Estado Novo e em Tentúgal foi inaugurada uma Casa do Povo, actos a que presidiu o Chefe do Distrito.*

²³⁵ In. *Livro de Actas da Casa do Povo de Tentúgal*. Acta n.º1, de 29 de Janeiro de 1939. Casa do Povo de Tentúgal.

²³⁶ Acta n.º 2 de 21 de Janeiro de 1940.

²³⁷ Acta n.º 10 de 13 de Fevereiro de 1955.

O último registo de Horácio Dias de Abreu com ligação à Casa do Povo aparece-nos no dia 13 de Dezembro de 1970.²³⁸

A 15 de Setembro de 1980, apareceu pela primeira vez o seu filho, Gilberto Paiva Dias de Abreu, eleito para a Direcção como 1.º Vogal suplente.²³⁹

Os anos iniciais — 1938/1939 — foram, desde logo, marcantes na intervenção social da Casa do Povo, tanto pela ambição dos objectivos traçados como pela capacidade dos principais protagonistas, onde sobressai o papel desempenhado por Horácio Dias de Abreu.

Algumas das principais realizações podem ser identificadas com base, sobretudo na imprensa regional da época, com especial relevo para o semanário republicano “A Gazeta de Cantanhede”.

Particular destaque para os artigos do zeloso correspondente da freguesia de Tentúgal, Aldobrando Leitão que, semanalmente, procurava travar o seu combate “a Bem da Nação” com uma prosa jornalística acutilante. Tomava por adversários, todos os que não pagavam quotas para a Casa do Povo, e sobretudo os que punham em causa a bênção do Estado Novo.

Algumas frases retiradas dessas crónicas espelham o significado e conteúdo dos seus escritos:

- “O lema do Estado Novo é este: Quem não está absoluta e incondicionalmente com a política pura e verdadeira de Salazar, está contra Salazar. Não há meios termos; ou Salazar sem condições ou a crápula anterior ao 28 de Maio”;
- “(...) A grandeza iniludível do que Salazar há realizado e em realização, impõem a todos os portugueses que se curvem perante a obra gigantesca que aos nossos olhos é dado observar. (...) A criação magnífica das Casas do Povo que permitem aos pobres e humildes poderem directamente reclamar de tudo e de todos a justiça que anteriormente se poderiam reclamar por interferência do político crapuloso, para casa de quem era necessário, andar sempre a mandar o cabrito, a melhor fruta, o pastel e tantas gulodices tiradas à miséria dos

²³⁸ Acta n.º 14 de 13 de Dezembro de 1970. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O Sr. Horácio tinha uma maneira de ser muito progressista para a época, sem nunca se ter apercebido disso. Eu apercebi-me, porque nós conversávamos muito e um dia ele disse-me uma coisa que me marcou para toda a vida. “Ninguém deve estar mais do que 6 anos num cargo e se tiver que voltar ao cargo, que seja passado pelo menos 3 ou 4 anos, porque se não vicia-se, agarra-se à cadeira e só faz asneira. 6 anos é mais do que suficiente para fazer alguma coisa, e depois se o outro fizer melhor do que ele, ele quando voltar tem possibilidades de ainda fazer melhor, se quiser.” Ora isto era claramente uma ideia muito revolucionária no tempo de Salazar. Por isso, quando o ouvimos louvar Salazar, era no sentido de ir buscar alguma coisa para a Casa do Povo ou para a Misericórdia, para assistir os que precisavam. Era um homem para a frente. Por isso o vimos progredir...”

²³⁹ Acta n.º 19 de 15 de Setembro de 1980.

pobres acabou. Esses caciques arvorados em protectores dos humildes, exploravam-nos infamemente e era esse o seu principal mister”;

- “Reagir contra a genial criação de «Salazar» que foi invejada na sua autoria pelo grande ditador italiano Mussolini, é contrariar a razão e o direito que foi conferido às Casas do Povo.”;
- “Tentúgal, pela sua Casa do Povo, obra de que se orgulha, deixou de estar presa à atonia das grandes dores, para estar desperta para a vida e para a luz que a jorros o Estado Novo espalha, pela gaudiosidade da sua acção, desde a aldeia mais humilde aos centros mais populosos. Tentúgal que tem dentro dos seus muros os mais exemplares trabalhadores e respeitadores, também alberga víboras a quem havemos de esmagar as respectivas cabeças. Podem as víboras de dentro e fora de Tentúgal rabiá, até que lhes acabe a trégua concedida. Serão todas esmagadas.”

Estas crónicas terminavam, quase sempre, com expressões entusiásticas, como: “Viva a Casa do Povo de Tentúgal!” ou “Em guarda, meus amigos. Voltaremos.”²⁴⁰

A partir de 8 de Abril de 1939, Aldobrando, foi substituído por Pedro Frias, devido ao falecimento daquele correspondente. A partir de 25 de Abril de 1939 estas crónicas foram subscritas por diversos correspondentes como Larbac E. D. Diniz.

O estilo bairrista e apologético do primeiro correspondente desapareceu, para dar lugar a uma prosa jornalística mais narrativa, em que a Casa do Povo deixava de ser tão enaltecida.

Importa, agora, acompanhar um pouco mais pormenorizadamente a caminhada inicial da Casa do Povo de Tentúgal e verificar quais as suas principais realizações sociais, a favor, sobretudo, dos mais desfavorecidos. Procuraremos referir os projectos a favor da freguesia e dos lugares que espelham a capacidade empreendedora dos dirigentes e o papel social, económico, cultural e recreativo que a Casa do Povo desempenhou para o bem-estar da população.

- Foi criada, em 1937, aceitando a oferta feita pelo Exm.º Delegado das Casas do Povo, uma escola nocturna. As despesas ficaram a cargo do Estado, excluindo o fornecimento de luz e material didáctico. Em resposta à sua oferta, foi solicitado igualmente, a construção de mais duas escolas nocturnas, na Portela e Murraça. O objectivo era o de melhorar a difusão da

²⁴⁰ Em jeito de revista “cor-de-rosa”, eram transmitidas notícias de casamentos e seus convidados, óbitos, nascimentos, internamentos, retiradas e chegadas para férias e outras notícias de destaque sobre as mais ilustres personalidades de Tentúgal.

instrução, onde a taxa de analfabetos atingia quase os 100%.²⁴¹

- Concretizou-se uma campanha de auxílio aos pobres de Inverno, que distribuiu, em 1937, 500\$00 em agasalhos pelos desfavorecidos de Tentúgal, acção que se procurou repetir em anos subsequentes.²⁴²
- Tudo se fez para promover a instalação de luz eléctrica para todas as ruas de Tentúgal (faltavam as ruas da Arieira, Senhora da Boa Morte e da Corga), pressionando para esse fim a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.²⁴³
- Fez-se a distribuição diária da sopa aos pobres. Juntamente com as informações que escrevia, era habitual, o jornalista Aldobrando fazer os seus comentários. Relativamente a esta iniciativa chegou a afirmar que “a Sopa dos pobres lá continua na sua obra de bem fazer. Dizem alguns que a sopinha não é muito apurada e lhe falta um bocadinho de azeite mais. Vá senhores, não seja a dúvida a falta do azeite e mais uma fervurasita. Os pobrezinhos também gostam de coisas boas.”²⁴⁴
- Promoveram-se em 1939 duas sessões culturais cinematográficas ao ar livre, uma em Tentúgal e outra na Portela. Estas sessões realizaram-se ao ar livre e ultrapassaram em muito a lotação prevista.²⁴⁵ Mais tarde, em 1961, o S.N.I. organizou uma sessão de cinema gratuita intitulada: «Chaimite». Notícias referem a adesão de muita população. Ainda em 1961, passou pela sala de espectáculos da Casa do Povo, um filme oferecido pela F.N.A.T. aos associados desta, intitulado «Desculpe a Poeira». Este filme não teve grande sucesso, tendo-se grande parte dos espectadores retirado, ao fim do primeiro intervalo, atribuindo-se o desinteresse ao facto de este ser apresentado em língua estrangeira, sem tradução.²⁴⁶
- Forneceu-se a todos os alunos das escolas primárias, filhos dos sócios efectivos, o material didáctico necessário aos seus estudos. Esta ajuda era “muito importante e humana” visto que as caixas escolares por si só, não podiam acorrer a esta grande e indispensável

²⁴¹ *Gazeta de Cantanhede*, 5 de Novembro de 1938, N.º 1107. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O Sr. Horácio queria que a Casa do Povo tivesse uma belíssima biblioteca, juntou alguns livros que ainda lá estão...ele conseguiu na altura em que veio a rádio, uma oferta, depois uma televisão... e também se projectou muito cinema na Casa do Povo. Como disse, ele era um homem para a frente. Do cinema, à música, ao teatro, a Casa do Povo foi um pólo de dinamização!...”

²⁴² *Gazeta de Cantanhede*, 19 de Novembro de 1938, n.º 1109.

²⁴³ *Gazeta de Cantanhede*, 3 de Dezembro de 1938, n.º 1111.

²⁴⁴ *Gazeta de Cantanhede*, 10 de Dezembro de 1938, n.º 1112. Entrevista cedida pela D. Carmo Branco: “A Casa do Povo cozia broa no actual hospital velho de Tentúgal. Tinham um forno...uma broa dava para 4 pessoas.”

²⁴⁵ *Gazeta de Cantanhede*, 11 de Março de 1939, n.º 1125.

²⁴⁶ Documentos da Família Abreu. Artigos de jornal, com a data de 5-8-1961 e 14-10-1961.

verba.²⁴⁷

A par destas realizações e iniciativas, podemos ainda enumerar os projectos que foram elaborados pela Casa do Povo sendo alguns deles realizados mais tarde:

- Providenciou-se a construção de uma fonte na Portela, (na altura, a principal localidade da freguesia), que desse água potável à população, que por vezes se via a braços com epidemias,²⁴⁸ esperando para isso, receber um subsídio do Governo.
- Procurou-se melhorar a estrada que ligava Tentúgal, pela Portela, com Arazede e Cantanhede. Esta via, extremamente importante para a região, ficava intransitável mesmo no Verão, devido a “barrancos” feitos não só pelo trânsito “colossal” que tinha, como no Inverno, pelas chuvas que, não tendo valetas, seguiam o seu curso pelo meio da estrada.²⁴⁹
- Lutou-se pela construção de um novo troço entre Tentúgal e Cantanhede, para que as ligações fossem encurtadas 12 Km, facilitando a passagem das populações e das mercadorias. Os lavradores viam-se privados de procurar um melhor mercado para os seus produtos, tendo que os entregar nas mãos de intermediários.²⁵⁰
- Foi igualmente, intenção dos dirigentes da Casa do Povo, abonar receituários e dádivas pecuniárias aos seus associados, que era quase toda a população de Tentúgal. A sua realização estava praticamente assegurada, com a provável colaboração da Misericórdia de Tentúgal.²⁵¹

A sua ligação à música transportou a Casa do Povo, e em particular Horácio Abreu, para uma outra iniciativa social e cívica que se consubstanciou na criação do *Rancho Folclórico Infantil, Flores de Tentúgal* da Casa do Povo, no dia 10 de Novembro de 1961.²⁵²

²⁴⁷ *Gazeta de Cantanhede*, 11 de Março de 1939, n.º 1125.

²⁴⁸ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “...Ele criou a Casa do Povo numa altura de grandes dificuldades. Quando eu ia a outras terras, as pessoas quase me faziam uma vénia porque eu era da terra onde eles tinham encontrado a assistência que não existia na terra deles... . A Casa do Povo não dispensava só para a freguesia de Tentúgal. Era Lamarosa, S. Martinho de Árvore... . O fundo da Casa do Povo era para as famílias carenciadas, numa época em que não havia o que há hoje.”

²⁴⁹ *Gazeta de Cantanhede*, 15 de Outubro de 1938, n.º 1104.

²⁵⁰ *Gazeta de Cantanhede*, Semanário Republicano. Director e proprietário, Henrique Barreto. Crónica *Por Tentúgal*, escrita por Aldobrando Leitão. Sábado, 15 de Outubro de 1938, n.º 1104 e 3 de Dezembro de 1938, n.º 1111. A última crónica *Por Tentúgal* escrita por este jornalista, foi publicada no dia 25 de Março de 1939, a razão foi o óbito deste. In. *Gazeta de Cantanhede* de 8 de Abril de 1939.

²⁵¹ *Gazeta de Cantanhede*, 11 de Março de 1939, n.º 1125.

²⁵² In. Documentos da Família Abreu. Programa do *I Festival Nacional de Folclore Infantil*, realizado no Pavilhão dos Desportos a 7 de Fevereiro de 1965. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Quando o Sr. Horácio criou o *Rancho Infantil*, pretendia criar um espaço, como ele dizia, para os mais novos, para que avançassem mais para além da escola. A música e a dança, são um meio que faz as pessoas progredirem. O sentido é também o de fazer uma recolha de músicas populares. Imediatamente o Sr. Gavicho lhe pôe à disposição dinheiro para pagar os tecidos dos fatos. Então era uma azáfama na Casa do Povo, que na altura



Fig. 34 Rancho Folclórico Infantil, Flores de Tentúgal

Através das várias organizações do Estado Novo (Casas do Povo, Casa dos Pescadores, SPN, FNAT...) foram fomentados modelos controláveis de representação musical e coreográfica do país. Os grupos folclóricos assumiram e representaram, desta forma, “um estatuto de representatividade do povo português, alegre, rural e mergulhado nas suas tradições.

A política cultural do Estado Novo, que favoreceu o aparecimento de dezenas de grupos folclóricos enquadrados numa perspectiva de «representação estética e ideológica do regime», controlava, através das suas organizações, os modos de expressão, eles próprios condicionados pelo apoio político e consequente desenvolvimento.”²⁵³

O regulamento do rancho folclórico infantil da Casa do Povo de Tentúgal foi aprovado em 28 de Fevereiro de 1964, ficando as suas actividades reguladas por 15 artigos. Nestes, podemos constatar que podiam fazer parte do agrupamento, todos os sócios da Casa do Povo e

funcionava na Misericórdia. Máquinas de costura a funcionar para fazer saias para as raparigas, calças para os rapazes e as capoteiras...”

seus familiares, “no pleno gozo dos seus direitos de associados.”²⁵⁴ Para orientação da sua actividade seria nomeada pela direcção da Casa do Povo, uma comissão de três elementos de “reconhecida competência.”²⁵⁵ Esta comissão exerceria as suas funções durante o período para que foram eleitos, podendo ser “substituída ou confirmada a sua permanência,” pelos novos dirigentes da Casa do Povo.²⁵⁶ O exercício dos seus cargos era gratuito, não podendo os seus membros receber quaisquer quantias, mesmo “a título de gratificação.”²⁵⁷

A 11 de Junho de 1964, esta comissão era composta por:

- António Gonçalves Amaro,
- Adelino Leitão Júnior,
- José Nunes.

A finalidade do agrupamento era: em primeiro lugar, criar no espírito dos sócios da Casa do Povo, o gosto pela música; colaborar nas iniciativas de carácter cultural ou recreativas que o organismo promovesse, e por último, contribuir com a sua participação nos festejos que a direcção da Casa do Povo entendesse.²⁵⁸

Exigia-se que os membros do agrupamento comparecessem a todos os ensaios que fossem marcados, respeitassem e acatassem “todas as ordens da Comissão”, zelassem pela conservação de quaisquer artigos cuja guarda lhes fosse confiada, e participassem à comissão todos os factos que julgassem merecedores de consideração “em ordem ao engrandecimento do Rancho Folclórico.”²⁵⁹ Todo o componente que, pelo seu procedimento na qualidade de sócio da Casa do Povo, viesse a ser punido pela direcção, seria suspenso por tempo igual ao da punição que lhe fosse imposta.²⁶⁰

As actuações seriam remuneradas para que, juntamente com o auxílio de quaisquer entidades e com os subsídios que a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, o

²⁵³ PERNES, Fernando - *Século XX – Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/Fundação de Serralves, 2002, vol. 2, p. 43.

²⁵⁴ In. Regulamento do *Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tentúgal*. Art.º 2.º. Casa do Povo de Tentúgal.

²⁵⁵ Art.º 3.º

²⁵⁶ Art.º 3.º- 1.º

²⁵⁷ Art.º 3.º- 2.º

²⁵⁸ Art.º 5.º

²⁵⁹ Art.º 6.º

²⁶⁰ Art.º 7.º

Agrupamento pudesse ter receitas necessárias para as suas despesas.²⁶¹ Este Agrupamento pertencia à Casa do Povo e estava como esta, sujeita à fiscalização do I.N.T.P.²⁶²

Os saldos anuais seriam distribuídos da seguinte forma: 30% para o fundo de reserva, 30% para o fundo de previdência da Casa do Povo e 40% para serem distribuídos pelos componentes do agrupamento, até ao limite máximo de 1.000\$00 a cada. O remanescente, se houvesse, deveria reverter para o fundo de Previdência da Casa do Povo.²⁶³

Os ensaios eram assegurados por Raul Simões Pereira. Este agrupamento era constituído por 21 pares²⁶⁴ e fez actuações em localidades como: Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Tocha...²⁶⁵

Em 1965, participam no *I Festival Nacional de Folclore Infantil*, que se realizou no Pavilhão dos Desportos, no dia 7 de Fevereiro, a convite da Comissão da Obra Social da Igreja de Fátima²⁶⁶. As músicas e danças populares com o qual participaram foram: *A Padeirinha* e o *Fado Corrido*.²⁶⁷ Uma brochura impressa na Gráfica Montemorense no dia 4-2-1965 e da qual se fizeram 500 exemplares, divulgou não só a imagem do *Rancho Infantil Flores de Tentúgal* da Casa do Povo, como a história (monumentos de interesse a visitar) e as tradições (feiras e festas) da localidade, aproveitando para fazer publicidade ao comércio situado na Vila de Tentúgal.²⁶⁸

²⁶¹ Art.º 8.º

²⁶² Art.º 12.º

²⁶³ Art.º 15.º

²⁶⁴ In. *Jornal de Notícias*, em 8-11-1962.

²⁶⁵ Documentos da Família Abreu. Artigo de jornal.

Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Depois de estar o Rancho bem formado e o testar aqui numa festa, fomos imediatamente dançar ao pátio do Sr. Gavicho. Foi talvez a primeira vez que muitos miúdos comeram um pastel de Tentúgal. O Sr. Horácio tinha a alegria estampada no rosto, mas o que é certo é que foi graças a ele, porque se não, não se conseguia.”

²⁶⁶ Documentos da Família. *Gazeta de Coimbra*. 14-1-1965.

²⁶⁷ In. Documentos da Família Abreu.

²⁶⁸ In. Documentos da Família. Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Eu nunca imaginava integrar-me no folclore, foi com o Sr. Horácio que eu aprendi e que comecei a gostar. Fomos dançar à Figueira, num domingo, em dia de praia...a Lisboa, que foi fabuloso. Ele não foi de qualquer maneira, criou umas plaquetezinhas do tipo das queimas das fitas, para irmos distribuindo nas terras por onde passávamos. Tenho a impressão que na altura mais ninguém fazia isso. Davam 20\$00 em troca dessa publicidade. Havia um sardineiro que só vendia sardinha e carapau, não vendia mais nada, porque era um sardineiro dos humildes, mas também contribuiu com 20\$00 para divulgar o nome da sua terra. Havia uma taberninha em Tentúgal, que também contribuiu para a despesa. Fazíamos 25 tostões em cada cartão com a fotografia do grupo. Ele dava-nos entusiasmo. Foi um tempo muito bom, tivemos uma juventude fabulosa graças a ele...”



Fig. 35 Folheto do 1.º Festival Folclórico Infantil, realizado no Pavilhão dos Desportos na cidade de Lisboa em 1965

Pastéis de Tentugal DE BRANCA FARIA DELGADO (CASA MAIS ANTIGA) Telefone, 95122 TENTÚGAL — (centro) JOÃO PAIXÃO MERCERARIA — VINHOS E PETISCOS TENTÚGAL — (centro) ANTÓNIO SALGADO MOREIRA Oficina de reparações em motores, bombas, bicicletas motorizadas e automóveis. Soldaduras a autogénio e electrogénio. TENTÚGAL FERNANDO GATÕES <i>O mais antigo e conceituado vendedor de peixe nesta região</i> TENTÚGAL CENTRO VELOCIPÉDICO — DE — JOAQUIM MONTEIRO Agente das afamadas bicicletas: «ZINIA» «DIANA» e «SPRINTER» TENTÚGAL	<i>Tentugal e a sua História</i> Situada na estrada de Coimbra a Figueira da Foz, na margem direita dos frondosos Campos do Mondego, foi fundada em 980, e só em 1020 foi doada a mosarabe David, pai do conde D. Sinando; foi sede de concelho até 1853. Esta vila de nobres tradições, tem como armas: Pinheiro e Córvo, simbolizando "terras férteis". Foi berço de pessoas nobres e ilustres: D. Diogo Couceiro, que acompanhou desde Bragança para Navarra; Mendes de Carvalho, chanceler-mor do reino, no tempo de D. João III; D. Braz Neto, Desembargador da Casa da Suplicação, no reinado de D. Manuel I; Nuno Faria e José de Sousa Tavares e Família Gavicho. MOTIVOS DE INTERESSE PARA O VISITANTE Se um dia passar por Tentugal, não deixe de fazer uma pequena paragem para admirar alguns monumentos dignos de interesse: IGREJA MATRIZ: ou de N.ª S.ª de Assunção, valiosa obra gótica com resalios na sua torre e estrutura geral de românico. No interior existe um formoso retábulo, no meio do qual se destaca uma lindíssima imagem da "Virgem do Mourão", ou do "Pilar", quase no tamanho natural. IGREJA DA MISERICÓRDIA: datada do fim do séc. XVI, ostenta na fachada um lindíssimo retábulo de pedra "Virgem da Misericórdia". CONVENTO DA NATIVIDADE: fundado em 1566, pertenceu à Ordem das Carmelitas Calçadas. JANELA MANUELINA: existe junto dum velho solar, uma "Janela Manuelina", dupla com mainel central, arcos semi-circulares ligados por um coropial e de ornatos naturalistas. PAÇO DUCAL: residência dos condes de Tentugal, marqueses de Ferreira e duque de Cadaval. Era a mais nobre e l.ª do reino, depois da família real. FEIRAS E FESTAS Realizam-se nos dias 5 e 19 de cada mês, as feiras de gado suíno e bovino, esta a 19. Feira Anual a 1 de Novembro, mais conhecida pela "Feira dos Santos" — FESTA DE PASSOS: cuja tradição já remonta dos tempos antigos, com a sua imponente "Provação dos Candeeiros" que tem lugar à noite e única no País, naquele género. São centenas de candeeiros de metal todos acesos e levados pelas raparigas. De 15 a 17 de Julho tem lugar as festas de N.ª S.ª do Carmo, "Padroeira de Tentugal". Tem esta vila uma célebre indústria a dos "Pastéis de Tentugal", afamados em todo o país e cantados por poetas, como António Nobre no seu livro «Só», quando este se deslocava a Tentugal para comer os deliciosos pasteis; além desta indústria, uma outra não menos importante, a fabricação de instrumentos musicais (harmónios).	ANTIGA CASA PONTES DE JOÃO DE LIMA BRITO Fazendas — Ferragens e Mercarias Agência Funerária Telefone 95111 Tentugal Confeitaria NOBRE DE JOSÉ NOBRE DE SOUSA Pastéis de Tentugal e Doces Regionais c/ (Fabricante) Agente Comercial Telefone, 95114 Tentugal TOMÁS COSTA & OLIVEIRA PADARIA E MERCEARIA TENTÚGAL JAIME GONSALVES DOS SANTOS AUTOMÓVEL DE ALUGUER TELEPHONE, 95147 TENTÚGAL CAFÉ - PENSÃO DE ANTÓNIO MENDES AZAMBUJO Mercearia — Vinhos — Cereais e Legumes Telefone 95122 TENTÚGAL CAFÉ PROGRESSO Pastéis e Queijadas de Tentugal Cerveja a copo e bebidas Nacionais e Estrangeiras. Telefone, 95115 TENTÚGAL
--	---	--

Fig. 36 Parte interna do folheto do 1.º Festival Folclórico Infantil

 FÁBRICA NACIONAL DE HARMÓNIIUNS MANUAIS E ELÉCTRICOS: «MAGNÍFICUS» HORÁCIO DIAS DE ABREU (CASA FUNDADA EM 1920) Reparações em: HARMONIUNS, ACORDEONS, CONCERTINAS, PIANOS E ORGÃOS DE TUBOS. Agente de Seguros «A MUNDIAL» e da madeira «PLATEX». TENTUGAL COIMBRA	
CASA JUSTO Pastéis e queijadas de Tentugal Frango de churrasco e os melhores vinhos da região. TFLEF. 95144 TENTUGAL	PASTELARIA «A TENTUGALENSE» DE ESTEVÃO PENAS LEITÃO PASTÉIS E QUEIJADAS DE TENTUGAL TENTUGAL
«A POUSADINHA» DE MANUEL GONSALVES Pastéis de Tentugal e queijadas da Pousadinha Telefone 95148 TENTUGAL	«A REGIONAL» DE Maria da Luz Soares de Almeida Pastéis de Tentugal e doces regionais Telefone, 95143 TENTUGAL
Pastéis e queijadas de Tentugal! Não sabe o que é? Pare no CAFÉ ANDRÉ Telefone, 95125 TENTUGAL	ANTÓNIO FREIRE LEAL com OFICINA DE FUNILARIA Especializado em chuveiros eléctricos e radiadores de carros e em canalizações da Construção Civil em qualquer ponto do País Telefone, 95122 /// TENTUGAL

Fig. 37 Publicidade ao harmónio *Magnificus* de Horácio Dias de Abreu

Não obstante estarmos no declínio do consulado de Salazar e existirem questões políticas acesas a nível interno, como as eleições para a Presidência da República em 1958, a carta do Bispo do Porto em 1961, a anexação de Goa e a guerra do Ultramar que mobilizava as forças políticas a favor e contra, Horácio Dias de Abreu continuava a sua cruzada cívica, a nível social à volta da Casa do Povo de Tentugal.

Em 1963, Horácio Dias de Abreu, organizou um espectáculo na Casa do Povo, com músicos convidados (acordeão, saxofone, percussão...). Nesta actuação, para além de participar o *Rancho Infantil Flores de Tentugal*, com a execução de danças como: *Vira da*

Nazaré, Malhão, actuaram teatros infantis, sendo esses: *A Branca de Neve e os Sete Anões*, que era formada por três actos, *A Cidade e a Aldeia*, *Orfeão*, etc.²⁶⁹

²⁶⁹ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “O teatro da *Branca de Neve* foi uma obra de arte. Ele transformou o teatro numa opereta. A dança das fadas, era a valsa da meia-noite, mas tão bem executada desde a orquestra até às miúdas que faziam o bailado, que as pessoas choravam de alegria e batiam palmas ao mesmo tempo, ao verem os miúdos da sua terra que pareciam actores de carreira. Ele nisso também era exigente, muitas vezes subia ao palco porque uma pequena coisa não lhe agradava, e voltávamos a repetir. De tal maneira, que eu tive medo de lhe dar um desgosto e só entrei nas danças. Mais tarde fez-se: *O Cão e o Gato*, *O Embaixador da Morte*, a peça *Os Amores de Mariana*, *Entre Duas Ave Marias*... E eu nem gostava daquilo, mas as pessoas apaixonaram-se pela movimentação e pela música. Ele escolhia as vozes, os instrumentos e então as pessoas apaixonavam-se por estas operetas. Convidava músicos de fora e fazia orquestras fantásticas.”

Tomamos a opção de mencionar e desenvolver em nota de rodapé, as iniciativas da Casa do Povo, instituição fundada por Horácio Dias de Abreu, que não estivessem, directamente, ligadas aos mandatos deste. Para além das muitas acções realizadas por esta organização ao longo dos anos, podemos destacar na altura, a organização de um Curso de Formação Familiar, palestras sobre agricultura e na área do desporto, alguns recordes em diversas modalidades: futebol, atletismo, lançamento do dardo, salto em altura e salto à vara.

Nos documentos da Família Abreu, pode ler-se uma notícia que tem como título: “*Encerrou-se em Tentúgal um proveitoso curso de formação familiar.*” Informações aí inseridas permitem-nos saber que este curso de formação familiar, funcionou na «Sala de Despacho» da Santa Casa da Misericórdia, sob a orientação da agente rural Sr.^a D. Maria Francelina Gonçalves Lino. O curso foi frequentado por 50 alunas, que no dia do encerramento, expuseram os seus trabalhos ao público.

À sessão de encerramento, presidiu o Sr. Dr. Coimbra, assistente das Casa do Povo. Estiveram presentes: o Sr. Dr. Tabora, subdelegado do I.N.T.; vice-presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho; D. Maria da Conceição Dinis de Carvalho, assistente social; provedor da Santa Casa da Misericórdia, Adrião Forjaz Simões Duarte; presidente da Casa do Povo, António Gonçalves Amaro; reverendo pároco de Tentúgal; Dr. Faria Nunes, médico da Casa do Povo; José Maria Jorge André, tesoureiro da Misericórdia; José Nunes Borga, procurador da Casa Cadaval e Adelino Leitão Júnior, representante da Junta de Freguesia.

Procederam-se vários discursos. Em primeiro lugar, falou o Sr. José Maria Jorge André, que mostrando-se feliz pela forma como decorreu o curso, agradeceu aos representantes dos organismos corporativos a sua visita a Tentúgal, para encerrar o curso. Fez elogios à professora, pelo trabalho que teve, quer ensinando, quer educando. Seguidamente, tomou a palavra, o provedor da Santa Casa da Misericórdia, que em nome da Casa do Povo, expôs os benefícios que ela proporciona ao trabalhador rural, como: subsídios por casamento, nascimento, invalidez e morte; assistência médica gratuita, tanto no consultório como ao domicílio; direitos a grandes descontos no receituário, que seriam de 50% para sócios efectivos e 25% para familiares. Tudo isto com uma cota mensal de 3\$00. O reverendo pároco falou seguidamente, enaltecendo as vantagens trazidas por estes cursos aos meios rurais. Finalmente, em nome de todas as alunas, falou a menina Gilberta Paiva da Silva, que patenteou o reconhecimento de todas as frequentadoras do curso e o delegado do I.N.T., que felicitou a Casa do Povo por tão nobre iniciativa. Seguiu-se um espectáculo de variedades feito pelas alunas, ao qual assistiu o público que enchia por completo a sala. À noite, foi servido um «copo-de-água», confeccionado pelas alunas.

- Os documentos da Família Abreu, incluem ainda uma notícia de jornal, com data de 9-2-1964, com o título: “Tentúgal, Palestras sobre Agricultura.” Esta palestra, cujo tema foi a olivicultura, foi proferida pelo Sr. engenheiro Júlio Granjo, da XVIII Brigada Móvel dos Serviços Agrícolas de Coimbra. No dia seguinte, o mesmo orador e o Sr. Engenheiro Pinto, foram à delegação da mesma instituição em Portela e falaram sobre a cultura do milho e da batata.

- Documentos da Família Abreu. Notícia do jornal, *Diário de Coimbra*, 6-5-1984. Por ela sabe-se que a equipa de futebol de Tentúgal fica apurada como 2.º classificada para a III Distrital. As notícias enviadas ao *Diário de Coimbra*, sobre os jogos da equipa de futebol da Casa do Povo de Tentúgal, eram escritas e assinadas pelo filho de Horácio Dias de Abreu, Gilberto Paiva Dias de Abreu.

- Documentos da Família Abreu incluem uma notícia do *Diário de Coimbra*, 11-9-1984, secção de desporto, onde se faz referência aos recordes do INATEL, surgindo aí atletas da Casa do Povo de Tentúgal:

Veteranos:

- João Borga – lançamento do dardo

2.ªs Categorias:

A Casa do Povo de Tentúgal sob a Direcção à qual pertencia Horácio Dias de Abreu preencheu plenamente os seus objectivos estatutários. Para além da Assistência Social, contribuiu para preservar as tradições culturais do povo rural em ordem à sua integração no corpo orgânico da Nação desenhada por Oliveira Salazar. A dinâmica imprimida a esta instituição corporativa demonstrou a capacidade do nosso personagem em mobilizar todos os meios ao seu alcance, para aquilo que considerava o bem social da sua Freguesia.

- Alcides Seça – Salto em Altura

Salto à Vara

4x1.500 metros (Alcides Travassos, José Borga, António Roque e Fernando Travassos)

1.ªs categorias:

- Alcides Seça – Salto à Vara

Salto em Altura

Este atleta foi seleccionado pelo INATEL, para concorrer ao Salto à Vara do Campeonato Individual do CSIT, marcado em Portugal no ano de 1984, no Estádio Nacional.

Posições cimeiras no Ranking de Pista:

1.ªs. Categorias e Absolutos:

- Alcides Seça – Altura e Vara

2.ªs. Categorias:

- João Rodrigues – 300 metros

- José Távora – Milha

- David Duarte – 3.000 metros obstáculos, 5.000 e 10.000 metros.

Subiram às primeiras categorias 4 atletas: Fernando Cortesão, David Duarte, José Távora e Leonel Pessoa.

Títulos Distritais colectivos em Pista:

Foram campeões distritais de 2.ªs. categorias em duas épocas sucessivas (82/83, (83/84).



Fig. 38 Actividade culturais da Casa do Povo



Fig. 39 Actividades culturais da Casa do Povo



Fig. 40 Actividades culturais da Casa do Povo

3. Outras Actividades Cívicas

Embora a actividade mais notável de Horácio Dias de Abreu fosse na Casa do Povo, podemos afirmar que a sua actividade cívica ultrapassou barreiras ideológicas ou políticas, mostrando-se sempre disponível para defender a sua Freguesia ou lugares limítrofes.

Na sua intervenção cívica, Horácio Dias de Abreu, deu continuidade a uma prática da família, particularmente o seu pai, que não confinaram a sua vida às paredes da habitação ou da fábrica.

Bento Maria de Abreu, enquanto Presidente da Junta de Parochia, mandato que exerceu de 2 de Janeiro de 1914 a 25 de Novembro de 1917, deixou a sua actuação ligada a várias iniciativas entre as quais destacaríamos as preocupações a nível escolar.

Ao analisarmos as actas do seu mandato, podemos constatar que em 1916, Bento Maria de Abreu propôs a oficialização de um pedido, ao Ex.^{mo} Ministro da Instrução Pública e ao Ex.^{mo} Inspector das escolas móveis, para que a Escola Móvel da Portela, continuasse durante mais um ano, naquele sítio.

Reforçou o pedido, alegando que esse lugar era o mais populoso da Freguesia e “de ainda ter um elevadíssimo número de indivíduos, completamente analfabetos. Caso ali não pudesse continuar, que a dita escola fosse transferida para o lugar da Murraça, que estava situada a mais de 5 Km de qualquer “escola fina” (da cidade).”²⁷⁰

Em qualquer dos lugares para onde fosse transferida, a *Junta de Parochia* oferecia a luz e respectiva instalação, livros escolares às crianças pobres que a frequentassem e responsabilizava-se por apresentar ao Ministério da Instrução Pública da repartição do ensino primário normal, uma comissão administradora, para auxiliar a escola mista do lugar da Portela.

Para além da sua organização administrativa, esta comissão, colaborava com a oferta de móveis, fazia a relação dos livros em falta na escola, comprava o mastro e a corda para hastear a Bandeira Portuguesa, oferecida pelo Inspector Escolar, todos os domingos e dias de grande gala.

Quando, no ano de 1917, foi comunicado pelo Inspector Escolar a instalação de 5 escolas móveis mistas e três femininas, a *Junta de Parochia*, prontamente ofereceu a casa da professora e a renda da casa da escola a ser instalada no lugar, considerado na altura, como o mais importante da Freguesia: Portela.

A *Junta de Parochia* diligenciou para que fossem arranjadas as estradas de povoações como: Tentúgal, Póvoa, Murraça, estrada de S. Brás, Ribeira dos Moinhos, Outeiro Longo, Portela, Ramalhão, etc. Para esse efeito era cobrado anualmente, o chamado “imposto de serviço braçal”. Eram passados editais e nomeavam um secretário, responsável para tal fim.

Maria Bento de Abreu teve igualmente preocupações, a nível de conservação patrimonial. Achamos interessante referir algumas delas, como:

- a preocupação de angariar fundos para reconstruir a capela de S. Brás;
- a manutenção e compra de uma porta nova para a igreja de S. Romão;

²⁷⁰ In. *Actas da Junta de Parochia de Tentúgal*. Actas de 2 de Janeiro de 1914 a 25 de Novembro de 1917. Sessão do dia 20 de Agosto de 1916.

- a preservação dos edifícios paroquiais, pertencentes à *Junta de Parochia*;
- a pretensão de ceder o Pelourinho da Póvoa ao Museu Machado Castro em Coimbra, para que este ficasse resguardado do tempo e de actos de vandalismo (esta acção não foi concretizada, pelo menos até 1917, porque os habitantes não concordaram);
- o arranjo da escada da Igreja Matriz;
- a preocupação com os objectos de culto que estavam a desaparecer e que se encontravam numa casa de penhores em Coimbra;
- o alargamento do adro da igreja de *Santo Enofre*;
- a proibição do gado de andar no adro dos edifícios (esta determinação da lei foi afixada em edital e quem não cumprisse, seria objecto de uma queixa ao Delegado Procurador da República);
- a deliberação, em 1915, pela *Junta de Parochia* da construção da fonte da *Perúa*.

A *Junta de Paroquia* foi chamada a intervir por causa dos conflitos existentes entre os habitantes de Tentúgal e os proprietários do terreno da nascente. Para resolução do problema e com a aprovação e dádiva do terreno pelo proprietário, foi posta em praça a referida obra. Para a construção da tão desejada fonte, foi solicitado um subsídio da Santa Casa da Misericórdia, Confraria do Santíssimo e uma subscrição do público para também a custear. Pudemos constatar que até 1917 esta fonte viria a ter problemas de fuga de água do depósito. Era, igualmente responsabilidade da *Junta de Parochia*, a limpeza, conservação, registo, venda de sepulturas, administração e pagamento de serviços ao coveiro, nomeadamente do enterramento dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia e da Confraria do Santíssimo.

A cargo da Junta estava também a passagem de atestados de pobreza solicitados para diversas situações: isenção de pagamento de emolumentos de nascimento e casamento na repartição do registo civil; subsídios de lactação dos filhos; tratamentos no hospital de Coimbra e para não pagarem propinas na requisição do exame de 2.º grau da instrução primária.

Nesta época era possível constatar, segundo a análise das actas da época, a existência de 3 classes de pobres:

- os “pobres”²⁷¹, que era quase toda a população;
- os “extremamente pobres”²⁷² ou “indigentes”²⁷³, que mendigavam;

²⁷¹ Actas de 2 de Janeiro de 1914 a 25 de Novembro de 1917.

- os “pobres envergonhados”²⁷⁴, que apesar de serem extremamente pobres não pediam de porta em porta.

Normalmente, quando era uma mulher a fazer um requerimento para um atestado de pobreza, nas actas, é referido o facto de “a requerente não criar filhos alheios e ser bem comportada, moral e civilmente.” Eram igualmente passados pela *Junta de Parochia*, atestados de comportamento moral e civil, como por exemplo, quando uma mulher solteira se queria casar com um soldado e atestados de residência.

A *Junta de Parochia* tinha uma comissão de assistência aos pobres, que fazia a relação da pobreza existente e que tinha a seu cargo a distribuição de subsídios. Pudemos analisar nas referidas actas, que estes subsídios eram dados em dinheiro, ou em milho. Faziam o estudo dos gastos prováveis de milho, das famílias necessitadas, compravam alqueires de milho e distribuía proporcionalmente.²⁷⁵

Foi na sequência do trabalho social desenvolvido pelo pai, que Horácio Dias de Abreu teve uma intervenção cívica de grande alcance.

Horácio Dias de Abreu conciliava, juntamente com a profissão, vários interesses e preocupações. Uma delas tinha a ver com aquilo que considerava seu e que tentava proteger por qualquer meio: o património artístico e religioso da sua terra natal.²⁷⁶

Numa carta manuscrita, com a data de Fevereiro de 1938, referia, relativamente à vila de Tentúgal, a preocupação pela ruína verificada, em várias “dependências” do convento das Carmelitas Descalças²⁷⁷, de casas brasonadas e de outras habitações mais modestas. No entanto, o principal objectivo desta carta era, o de, através de uma comissão constituída por ele e por José Tubarão Amorim, angariar donativos para remediar o desabamento da “minúscula” capela de S. Brás.²⁷⁸

²⁷² *Idem.*

²⁷³ *Idem.*

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ *Idem*, actas de 2 de Janeiro de 1914 a 25 de Novembro de 1917.

²⁷⁶ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Numa exposição que se realizou em Londres, tivemos uma imagem de Tentúgal, ele estava por trás de tudo isso...depois essa imagem trouxe-nos um prestígio muito grande!...Era um S. Miguel Gótico!...Era uma pessoa de muito bom gosto...”

²⁷⁷ GÓIS, Correia - *Concelho de Montemor-o-Velho - A Terra e a Gente*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 1995. p 230. Este convento foi fundado às custas das rendas de um rico hospital que nele existiu desde 1560 até 1565. A primeira missa foi celebrada a 15 de Maio de 1565.

²⁷⁸ GÓIS, Correia, p. 196. O Orago de S. Brás estava situado, no lugar do Casal de S. Brás, na localidade de Tentúgal. Esta capela era da época manuelina. Foi demolida após a sua ruína e no seu lugar foi construída a Casa

Ex^{ma} Senhora

Tentugal, de Fevereiro de 1938

Ruiu a capela de S. Brás,
como ruiam várias vezes deficiências
do convento; ruiam casas brasona-
das, como ruia habitações de modesta
aparência. Parece que um vento destroi-
dor assolou a terra que nos serviu de
berço, e nós, que lhe temos muito amor
porque foi aqui que iniciamos os nossos
primeiros passos e se fortaleceram os nosos
na desenvoltura de crianças, resolve-
mos, com o acendrado amor que te-
mos a nossa terra natal, clamar por

Fig. 41 Carta manuscrita datada de Fevereiro de 1938.

quantos nos amam, se que se angariem por
qualquer meio, a ajuda necessária para a
reconstrução da capela de S. Brás, e para
a melhoria das condições de vida da
população da freguesia de S. Brás.

Aqui, em Tentugal, há um campo onde
se encontra a capela de S. Brás, e é
muito triste ver a situação da mesma
capela, que é muito antiga e já está
muito deteriorada. É necessário que
se faça alguma coisa para a sua
reconstrução, e para isso é necessário
que se angariem fundos para esse fim.

É com este objectivo que se escreve
esta carta, e se pede a vossa
cooperação para a realização deste
projecto. É com a certeza de que
vossa ajuda será muito apreciada
que se escreve esta carta.

Com os melhores cumprimentos,
Horácio Dias de Abreu

Fig. 42 Continuação da carta manuscrita de Fevereiro de 1938. o principal objectivo desta carta era o de angariar donativos para remediar o desabamento da “minúscula” Capela de São Brás.

do Povo. Functionou como “cemitério de afogados”. A escultura do titular está na capela de Nossa Senhora das Dores.

Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “...É que às vezes não era tanto o estar no campo, mas na retaguarda, ele era uma retaguarda muito forte... Era um homem com uma capacidade de visão extraordinária. Ele tinha quase o dom da premonição, o que é certo é que quando às vezes as coisas aconteciam, ele já tinha remediado a situação. Tentugal só tinha duas pessoas assim: O Dr. Amândio Gonçalves, na área da medicina, que foi o último grande administrador da casa Cadaval e o Sr. Horácio...eram as duas pessoas que o povo consultava... Foram durante muito tempo a alma desta terra!...Por exemplo, a capela de S. Brás caiu, alguém antes dele trouxe a imagem de S. Brás para a capela de Nossa Senhora das Dores, mas o cruzeiro ficou lá em baixo para se destruir. Aquilo era um campo, onde era a capela fez-se uma eira... Ele assim que foi para a Junta de Freguesia, imediatamente trouxe o cruzeiro para cima! E agora está ali, no meio da Vila. O que é certo é que se aquilo tivesse ficado lá em baixo, já tinha desaparecido tudo! Fazia-o pelo gosto, pelo amor à terra...”

Horácio Dias de Abreu fez parte, várias vezes ao longo da sua vida, da comissão de festas, em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da vila de Tentúgal, que ainda hoje se realiza anualmente nos dias 15, 16 e 17 de Julho.²⁷⁹

No ano de 1938, a comissão encarregada da organização desta festa, era constituída por: Horácio Dias de Abreu, Estêvão Penas Leitão, Bento Alves da Silva, Humberto Tavares e João Paiva, seu cunhado.²⁸⁰

Como podemos verificar, através do folheto publicitário,²⁸¹ pela primeira vez, a “grandiosa” procissão de velas, em honra da “Excelsa” Padroeira, realizou-se na vila de Tentúgal.²⁸² A guarda de honra da Imagem, foi prestada por uma “deputação” da Legião Portuguesa, dos Núcleos da Carapinheira do Campo e Ameal. Foi reatada, igualmente, a velha tradição de rezar o terço a Nossa Senhora do Carmo, todos os dias na semana anterior à festa, na Igreja do Convento. O programa realizado durante estes 3 dias de festejos apresentou ainda mais novidades, à população de Tentúgal. No segundo dia de festa, dia 16, sábado, às 12 horas: realizou-se a Missa Solene, cantada pelo novo grupo coral, criado e dirigido pelo irmão de Horácio Dias de Abreu, Amândio Dias de Abreu.²⁸³ No último dia de festa, dia 17, domingo, pelas 17 horas, fez-se a recepção do Sr. Governador Civil e demais autoridades do Distrito e Concelho. Pelas 18 horas, teve lugar a inauguração da Casa do Povo de Tentúgal, com uma sessão de propaganda do Estado Corporativo.²⁸⁴

²⁷⁹ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Quando ele saía das comissões, as pessoas também não lhe davam muito descanso. As pessoas iam ter com ele, e ele como tinha muitos conhecimentos, tentava sempre arranjar solução...ou um bocado à sesta, ou um bocado à noite, ou mandava falar com alguém seu conhecido...Sabe que nós éramos uma vilazeca do interior...”

²⁸⁰ Informação cedida pelo Sr. José Craveiro.

²⁸¹ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Normalmente o que se fazia era pôr um cartaz colado à parede, foi a primeira vez que se fez uma graça dessas... Era um homem que foi revolucionando sempre o dia-a-dia...”

²⁸² Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “A procissão foi, mais de duzentos anos, feita pelas irmãs freiras. Entregavam a imagem à população no dia 15 à noite e esta devolvia-a no dia 17. Só que a procissão era só lá. Quando já estava o andor na igreja... há que tempos... as pessoas ainda se estavam a integrar na procissão, à entrada do convento. Era uma bagunça...! O Sr. Horácio em 1938, pede à Cúria Diocesana para alterar o percurso, expõe as suas razões e a Cúria Diocesana dá o seu parecer favorável. É então que se estende a procissão às ruas da vila, o que a dignifica muito mais. A partir daí foi sempre assim, até hoje. Foi mais uma demonstração de bom gosto e sensibilidade.”

²⁸³ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “...Participou num grupo coral que acompanhava as missas solenes. Era um grupo muito requisitado. Numa novena da festa de Nossa Senhora do Carmo, o Sr. Gavicho fechou os olhos por um bocado e estava na Capela Sistina em Roma...Era um grupo de pessoas escolhidas de Tentúgal. Os melhores instrumentistas da Banda Filarmónica tocavam e acompanhavam o grupo coral.”

²⁸⁴ Este assunto foi desenvolvido no capítulo da Casa do Povo.

Achamos interessante referir, o facto de, no primeiro dia 15, sexta-feira, às 11 horas, ser dado um “bôdo” aos pobres.²⁸⁵



Fig. 43 Panfleto de 1938 a publicitar os festejos em honra de Nossa senhora do Carmo. Foi a primeira vez que a procissão de velas se estendeu às ruas da Vila.

Horácio Dias de Abreu foi eleito para Presidente da *Junta de Freguesia* no dia 5 de Novembro de 1951 e manteve-se até 5 de Novembro de 1955. Os corpos gerentes deste mandato eram:

- Presidente: Horácio Dias de Abreu,
- Tesoureiro: Francisco Mendes Couceiro,
- Secretário: Adelino Leitão Araújo.²⁸⁶

²⁸⁵ In. Documentos da Família Abreu. Panfleto dos *Grandiosos Festejos*, feito na tipografia *Bizarro* em Coimbra.

O segundo mandato exercido, teve início no dia 5 de Novembro de 1955 e terminou a 31 de Dezembro de 1959. A constituição dos corpos gerentes neste mandato era:

- Presidente: Horácio Dias de Abreu,
- Tesoureiro: Joaquim Veiga,
- Secretário: Adelino Leitão Araújo.²⁸⁷

Horácio Dias de Abreu, nos mandatos exercidos, demonstrou interesse e preocupação, fundamentalmente, a dois grandes níveis:

- na manutenção e conservação patrimonial,
- no bem-estar e resolução de problemas sociais.²⁸⁸

Ao lermos as actas relativas aos oito anos em que foi Presidente da Junta de Freguesia de Tentúgal, pudemos constatar que a nível patrimonial²⁸⁹ a sua preocupação e acção passou pelo:

- arranjo das calçadas da Vila de Tentúgal, nomeadamente, o calcetamento da rua do relógio e cimo da Vila;²⁹⁰
- arranjo do Largo de Nossa Senhora das Dores;²⁹¹
- reparação das estradas da Portela, Porto Espinho,²⁹² Murraça, estrada que se encontrava quase intransitável,²⁹³ Póvoa,²⁹⁴ Casal dos Saraivas, Chieira²⁹⁵ e estrada que ligava Tentúgal a Lamarosa, do concelho de Coimbra,²⁹⁶
- restauração da ponte que existia na Ribeira dos Moinhos²⁹⁷ e ponte do Pote²⁹⁸ e limpeza das valetas da entrada de Tentúgal à Portela.

²⁸⁶ *Tentúgal. Actas da Junta de Freguesia de Tentúgal.* Acta da sessão de 5 de Novembro de 1951 e acta do dia 5 de Novembro de 1955.

²⁸⁷ *Idem*, acta de 5 de Novembro de 1955 e acta do dia 31 de Dezembro de 1959.

²⁸⁸ Entrevista cedida pelo Sr. José Craveiro: “Ele era um homem que na vida autárquica não estava sentado na secretária, ele calcorreava a vila toda. Ele funcionava sempre pelo lado prático. As localidades aqui à volta tinham muitas dificuldades e ele estava atento às necessidades. O que ele dizia estava sempre certo.”

²⁹⁰ *Idem*, acta de 15 de Janeiro de 1952.

²⁹¹ *Idem*, acta de 15 de Junho de 1957.

²⁹² *Idem*, acta de 15 de Abril de 1951.

²⁹³ *Idem*, acta de 15 de Janeiro de 1953.

²⁹⁴ *Idem*, acta de 15 de Dezembro de 1953.

²⁹⁵ *Idem*, acta de 15 de Janeiro de 1955.

²⁹⁶ *Idem*, acta de 15 de Agosto de 1956.

²⁹⁷ *Idem*, acta de 15 de Janeiro de 1953.

²⁹⁸ *Idem*, acta de 15 de Janeiro de 1955.

Foi, ainda proposto pelo Presidente da Junta de Freguesia, a transferência do cruzeiro, que existiu no largo da antiga capela de S. Brás e que estava a ser, desta forma, desprezado, no largo em frente à capela da Senhora das Dores.²⁹⁹

A nível de saneamento e abastecimento de água:

- limpeza da vala da Perúa, com o objectivo de se colocar o esgoto de uma fonte a ser construída³⁰⁰ - em 1953, depois da fonte estar construída, a preocupação da Junta de Freguesia foi a de limpeza e arranjo dos canos da fonte da Perúa, para que esta continuasse a dar o máximo rendimento no abastecimento de água;³⁰¹
- Recolha do lixo e estrumes produzidos nas ruas de Tentúgal, dos dias da semana e³⁰² dos dias feriados³⁰³ (este serviço era dado à pessoa que oferecesse o maior lanço de dinheiro à Junta de Freguesia);
- abertura de um poço de água com uma bomba de elevação, em terreno camarário, situado no lugar da Portela - para este fim, foi solicitada uma verba à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho³⁰⁴ (esta iniciativa da Junta de Freguesia, veio ao encontro da maior aspiração, no momento da população da Portela: o abastecimento de água);³⁰⁵
- preocupação na distribuição de água à população: o livre abastecimento, originou uma enorme falta de água no poço do Pelourinho, em Tentúgal.³⁰⁶
- construção de uma fonte sobre a vala dos *Eréus*, no sítio do *Pote*;³⁰⁷
- concretização da compra da fonte do Rodízio do lugar da Portela, a Daniel Duarte dos Reis.³⁰⁸

As carências sociais, eram a todos os níveis e a *Junta de Freguesia* procurava a tudo atender, como se pode constatar nas iniciativas referidas em diversas actas:

²⁹⁹ *Idem*, acta de 15 de Dezembro de 1959. Ver o capítulo referente às outras actividades cívicas.

³⁰⁰ Acta de 19 de Agosto de 1951.

³⁰¹ Acta de 24 de Agosto de 1953.

³⁰² Acta de 15 de Janeiro de 1953.

³⁰³ Acta de 6 de Janeiro de 1954.

³⁰⁴ Acta de 15 de Abril de 1951.

³⁰⁵ Acta de 15 de Setembro de 1952.

³⁰⁶ Para colmatar a situação, a Junta de Freguesia resolveu fechar com uma corrente e a cadeado a bomba de água. Assim, o abastecimento de água passou a ser feito: às padarias pelas 5 horas da manhã e seria patente ao público às 10 e 20 horas de cada dia.³⁰⁶ Foi igualmente afixado, um edital com o horário de distribuição da água do poço do Pelourinho, lembrando que seriam sujeitos a penalizações legais, os que não cumprissem e, que se fosse necessário, se requisitaria uma patrulha da Guarda Nacional Republicana a fim de tais determinações serem acatadas. Acta de 24 de Agosto de 1953.

³⁰⁷ Acta de 15 de Março de 1954.

³⁰⁸ Acta de 15 de Maio de 1955.

- Reparação dos muros do cemitério e³⁰⁹ sinalização dos campos do cemitério;³¹⁰
- Criação de uma feira de gado bovino, a realizar-se nos dias 19 de cada mês, excepto quando coincidia com o domingo, em que se realizava no dia anterior.
- a inauguração desta feira foi feita no dia 19 de Julho de 1953³¹¹ e a *Junta de Freguesia* custeou as despesas de propaganda, que foram limitadas à impressão e distribuição de programas;³¹²
- Cadastro dos pobres e dos pobres indigentes,³¹³ para distribuição de subsídios em géneros alimentares;³¹⁴
- proposta de criação de uma estação de correios privativa em Tentúgal - as dependências necessárias para a instalação da referida estação, seriam no antigo hospital da Misericórdia.³¹⁵

Outras iniciativas de Horácio Dias de Abreu, podem aferir-se por diversa documentação, destacando-se a solicitação à Câmara de Montemor-o-Velho de autorização para o aluguer de um automóvel ligeiro com praça na sede da Freguesia de Tentúgal, para ocorrer às pessoas que precisavam de socorros urgentes nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Alegou, que estes socorros eram muitas vezes prestados tardiamente, por falta de meios de transporte. Este serviço, não só beneficiaria os 3.400 habitantes da Freguesia de Tentúgal, como os do lugar da Lamarosa com 1.900 habitantes e de S. Martinho de Árvore com 562 habitantes, que se encontravam nas mesmas circunstâncias.³¹⁶

As suas preocupações com a sobrevivência económica dos seus conterrâneos levou a Junta de Freguesia a solicitar, através de uma comissão, ao Grémio da Lavoura de Montemor-o-Velho e à Comissão Venatória Regional do Centro, com sede em Coimbra, para que fosse

³⁰⁹ Acta de 2 de Setembro de 1951.

³¹⁰ Acta de 15 de Agosto de 1956.

³¹¹ Acta de 14 de Junho de 1953. Nesta data, o tesoureiro Francisco Mendes Couceiro, que se encontrava de licença, por falta de saúde, foi substituído por Joaquim Veiga, por ser o elemento mais antigo e votado.

³¹² Acta de 15 de Julho de 1953. Acta de 15 de Janeiro de 1957. Achamos interessante referir os produtos e preços cobrados nesta feira, assim: cada volume, cesto ou poçeiro de frutas ou produtos hortícolas, 50 centavos; cada cabaz, cesto ou caixa de peixe ou mariscos, 1 escudo; bois ou vacas, 1 escudo e 50 centavos; novilhos ou vitelas, 1 escudo; porcos, cada um 1 escudo e 50 Centavos; leitões, cada 50 centavos; porcos barraceiros, cada, 1 escudo; carros de berbigões, cada 2 escudos...

³¹³ Acta de 18 de Fevereiro de 1951.

³¹⁴ Acta de 15 de Dezembro de 1953.

³¹⁵ Horácio Dias de Abreu apresentou esta ideia, depois de ter sido informado, por um funcionário dos C.T.T., em serviço de inspecção no concelho de Montemor-o-Velho, de que os serviços postais iriam ficar subordinados à Estação Telégrafo Postal da Carapinheira, o que, a seu ver, não traria vantagem nenhuma para a freguesia de Tentúgal. Acta de 27 de Junho de 1954.

adiada a abertura da caça nos campos do Mondego, porque os milhos semeados se encontravam em maturação muito atrasada.³¹⁷

Horácio Dias de Abreu, propôs o arranjo do relógio da torre da vila de Tentúgal - face ao mau estado de conservação e funcionamento em que se encontrava, referindo ainda, a falta que este fazia ao povo³¹⁸, e subsidiou a reforma da capela da Murraça.³¹⁹

No ano de 1959, Horácio Dias de Abreu, fundou e integrou o Grupo Cénico *Juventude Rádiosa de Tentúgal*. Ao lermos o livro de actas da Assembleia Geral, podemos constatar que, nas únicas duas sessões registadas, esta associação só esteve activa de 7 de Agosto de 1959, até 26 de Dezembro de 1962. Os corpos gerentes deste grupo eram:

Assembleia Geral:

Presidente: Humberto Tavares Mendes Vaz;

Vice-Presidente: Horácio Dias de Abreu;

Secretário: José Tubarão Oliveira;

1.º Vogal: José de Carvalho;

2.º Vogal: António Gonçalves Amaro.

Direcção:

Presidente: Gilberto Paiva Dias de Abreu, filho do Sr. Horácio Dias de Abreu;

Vice-Presidente: José Alberto da Cunha Machado Querido;

Tesoureiro: António Gonçalves Honório Monteiro;

Primeiro Vogal: António Simões Quinteiro;

Segundo Vogal: Carlos Augusto da Silva Alves;

Secretário: Humberto Soares de Oliveira Branco.³²⁰

Em 1962, o Grupo Cénico *Juventude Rádiosa de Tentúgal*, distribuiu o seu saldo de contas para:

- Os pobres de Tentúgal
- e obras do *Convento das Carmelitas Descalças*.³²¹

³¹⁶ Acta de 2 de Setembro de 1951.

³¹⁷ Acta de 15 de Agosto de 1952.

³¹⁸ Acta de 15 de Outubro de 1959.

³¹⁹ Acta de 15 de Junho de 1957.

³²⁰ In. Documentos da Família Abreu. Sessão de 26 de Dezembro de 1962. O secretário da Direcção encontrava-se na altura no Ultramar e o Primeiro Vogal em Lisboa.

³²¹ In. Documentos da Família Abreu. Sessão de 7 de Agosto de 1959 e sessão de 26 de Dezembro de 1962.

Horácio Dias de Abreu foi um cidadão militante. Homem dinâmico que não se refugiava no seu clã familiar ou no seu clã ideológico, mas que esteve onde foi necessário para o bem da colectividade. A diversidade de papéis cívicos que desempenhou, atestaram o seu dinamismo. Dentro do espaço que conheceu e ao qual pertenceu, esteve sempre na vanguarda dos que lutaram pelo bem da comunidade. Um homem simples que sentiu os problemas de todos os seus conterrâneos, sobretudo dos que mais precisaram. Os vindouros não ergueram monumentos em seu nome, mas permaneceu na memória de todos e sobretudo no coração dos que auferiram da sua generosidade.

Conclusão

Uma investigação biográfica é sempre um trabalho inacabado. É esta a sensação com que ficámos. Em jeito de balanço, temos de confessar que para uma satisfação plena falta-nos a presença viva do actor principal Horácio Dias de Abreu. Apenas ele, de viva voz poderia preencher as principais lacunas desta investigação e fornecer-nos os dados que uma documentação ainda que primária e inédita não nos consegue desvendar. A resposta a diversas interrogações daria mais luz à nossa pesquisa:

- o preenchimento das lacunas informativas relativamente ao início e desenvolvimento da sua carreira profissional, desde 1920 até aos primeiros registos de *harmoniums* que datam já de 1942;

- as razões que o levaram a não ter as mesmas prestações sociais a favor da sua terra, durante a Primeira República, como teve no Estado Novo;

- o capítulo que ficou por abrir relativamente ao cargo que exerceu como Presidente da Casa da Misericórdia de Tentúgal. A falta do Livro de Actas respeitante a esse período, impossibilitou-nos a sua consulta.

Cremos, contudo, que o trabalho modestamente encetado e agora finalizado teve pelo menos o mérito de desvendar uma das muitas vidas que ficaria no esquecimento dos historiadores, apesar de constituir uma grande riqueza documental, relativamente:

- à sua época. Percorreu e foi testemunha singular de um período histórico conturbado politicamente por três revoluções de sinal contrário, 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974;

- ao seu espaço profissional. Toda uma existência dedicada a uma profissão que exerceu com mãos de artista conseguindo dar um forte contributo para enriquecer a vida musical portuguesa.

- ao seu espaço social. Desenvolveu toda a sua actividade social, numa freguesia de características rurais, longe dos holofotes dos meios de comunicação da época e das penas douradas dos comentadores políticos.

Através da investigação biográfica desta personagem singular podemos constatar a necessidade de um lugar para os actores que não ocupam os lugares de destaque na narrativa

histórica ou nem sequer são mencionados. Sem o estudo da sua presença conformada ou reactiva é impossível compreender na totalidade a dimensão da eficácia ou do fracasso dos grandes movimentos históricos de mudança. Estes actores como a imensa maioria de anónimos activos também devem ocupar o seu lugar na História.

O nosso personagem não ficou indiferente aos três movimentos político/sociais que protagonizou. Sempre no anonimato aderiu a uns e olvidou os outros sempre numa linha coerente com as convicções familiares herdadas. Ao serviço desta causa colocou não só os conhecimentos empíricos que adquiriu em contacto com a profissão de seu pai e tio como com mãos de artista aperfeiçoou estes dotes e foi pioneiro na construção dos *Harmoniuns Magnificus*.

O nosso trabalho limitou-se a dar voz a uma existência rica em iniciativas que redundaram para o bem estar social das gentes da sua freguesia, coerente com as suas convicções e a um artista que modelou e transformou os materiais da sua profissão em instrumentos musicais. Esperamos com esta nossa investigação ter relegado o nome e a personagem de Horácio Dias de Abreu para aquém do esquecimento.

Glossário

Foles- a captação e fornecimento do ar é feito pelos foles. Os foles são accionados por meio de alavancas com as mãos ou com os pés. Em vez dos foles, recentemente surgiram os motores eléctricos.

Joelheira Transpositor- uma alavanca, que accionada pelo joelho muda o tom do trecho a executar.

Registos- um mecanismo, puxador ou pequena tecla, que comanda várias alturas de sons, fazendo-os soar ou calar-se. No sistema de tracção mecânica, os registos são accionados por meio de puxadores. Estes podem ser manipulados sem esforço pelo executante, puxando-os para fora ele abre os registos, empurrando-os para dentro ele fecha-os. Nos órgãos de sistema electromagnético a ligação faz-se por meio de placas de balancé, semelhantes a pedras de dominó, ou com movimento de alavanca que accionam os magnetes. Cada registo tem uma designação característica, por exemplo, nos harmónios de Horácio Dias de Abreu: diapasão, viola, piano, trémulo, flauta, etc...

Someiro- lugar onde chegam e convergem todos os mecanismos do órgão.

Trémulo- desdobramento sem medida de uma figura de valor noutros valores menores. Em muitos harmónios, o trémulo obtém-se colocando no interior do tubo condutor do ar que se dirige ao someiro, uma caixinha munida de um sopapo com mola de contrapeso. A resistência deste permite um trémulo que pode atingir toda a registação.³²²

Violeta- instrumento de cordas friccionadas, intermediário entre o violino e o violoncelo, respectivamente: uma quinta abaixo deste e uma oitava acima. Instrumento de timbre velado.

³²² BORBA, Tomás e GRAÇA, Lopes - *Dicionário de Música*. 2.^a edição – 3.^a Tiragem, Mário Figueirinhas Editor, 1996, p. 649.

Designado nas outras línguas por *Viola*, *Viole* ou *Alto*, esta última, por paralelismo à voz de contralto.³²³

³²³ *Idem*, p. 697.

Bibliografia:

FONTES:

Casa do Povo de Tentúgal:

- *Estatutos da Casa do Povo de Tentúgal*, Casa do Povo de Tentúgal, 7 de Julho de 1938.
- *Livro de Actas da Casa do Povo de Tentúgal*, Casa do Povo de Tentúgal, 1939.
- Regulamento do *Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tentúgal*, Casa do Povo de Tentúgal.

Conservatória do Registo Civil de Montemor-o-Velho:

- *Certidão de Nascimento* de Horácio Dias de Abreu, 1897, n.º 17- Tentúgal

Decretos e leis:

- Decreto n.º 23951, de 2 de Junho de 1934, *Diário de Governo*, I Série, n.º 217 de 23 de Setembro de 1933.
- Decreto-Lei n.º 23:051 de 23 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, I Série, n.º 217, art.º 4.º.
- Lei n.º 1884 de 16 de Março de 1935.

Documentos da Família Abreu:

- *Caderneta Militar* de Horácio Dias de Abreu;
- Correspondência;
- *Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra*, diploma de licença n.º 510/61; registo n.º 623 de 1961, processo n.º 221/61.

- Estatutos da Sociedade Instrução, Recreio e Beneficiencia Tentugalense, 1896;
- Livro de actas do Grupo Cénico *Juventude Radiosa de Tentúgal*, 1959;
- Livro de fotografias;
- Livros de registos;
- Notícias de jornais.
- Revista *Crónica Feminina*, semanário, Editora Milai Bensabat, Lisboa, 17-10-1963;

Imprensa:

- *Gazeta de Cantanhede. Semanário Republicano*. Director e Proprietário, Henrique Barreto, 1938 - 1939.
- *Jornal Novidades*, “A paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia”, 13 de Julho de 1924.

Junta de Freguesia de Tentúgal:

- Livro de actas da *Junta de Parochia de Tentúgal*, de 2 de Janeiro de 1914 a 25 de Novembro de 1917.
- Livro de actas da *Junta de Freguesia de Tentúgal*, de 5 de Novembro de 1951 ao dia 5 de Novembro de 1955.

ESTUDOS:

- BÁRBARA, A. Madeira – *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal da reforma pombalina à 1.ª república*. Textos de Ciências de Educação/2, Assírio e Alvim, S.d..
- BARBOSA, Tomás e GRAÇA, Fernando Lopes – *Dicionário de Música*. 2.ª edição – 3.ª Tiragem, Porto: Mário Figueirinhas Editor, 1996.
- BELL, Judith - *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997.

- BRANCO, João de Freitas - *História da Música Portuguesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995.
- Carta Encíclica de Leão XIII - Immortale Dei. *Doutrina cristã sobre a Constituição dos Estados*. A sociedade civil”, 1885.
- *Cartilha da União Nacional. Doutrina Nacionalista (Publicação Aprovada pelo Doutor Salazar)*. Lisboa: s. e., 1935.
- CAETANO, Marcelo – *Princípios e Definições*. Lisboa: Edições Panorama, 1969.
- CARVALHO, Mário Vieira de - A viragem na criação e na vida musical. In REIS, António (dir.) - *Portugal Contemporâneo*: Vol.5, Lisboa: Edições Panorama, 1969.
- Constituição Portuguesa, “1933-1958”. Lisboa, Parte I, Título I, Arquivo V, 2001.
- GÓIS, Correia - *Concelho de Montemor-o-Velho - A Terra e a Gente*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 1995.
- MELO, Daniel - *Salazarismo e Cultura Popular*. Lisboa, edição do Instituto de Ciências Sociais da U. Lisboa, 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal – Da Monarquia para a República*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”: vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da U. Lisboa, 2001.

- NERY, Rui Vieira; CASTRO, Paulo Ferreira de - *Síntese da Cultura Portuguesa, História da Música*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda/Comissariado para a Europália, 1991.
- NOGUEIRA, Franco - *A Mocidade e os Princípios*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- “O Estado Novo. Princípios e Realizações”, *Política Corporativa*. Lisboa: Edições SPN, 3.^a edição, 1944.
- PAES, João - *Recordações de 50 anos de música em Portugal, Portugal nas Artes, nas letras e nas Ideias*. CNC, 1998.
- PERNES, Fernando - *Século XX – Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/Fundação de Serralves, 2002.
- PORTUGAL – *Instituto Nacional de Estatística (1920 – 1981)*. Lisboa: INE – Imprensa Nacional.
- PROST, Antoine - *L’Histoire Aujourd’hui*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 1999.
- QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a edição, Lisboa: Gradiva, 1998.
- RAMOS do Ó, J. - Salazarismo e Cultura, Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In *Nova História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1992, vol. 12.
- *Reformas do Ensino em Portugal (1900-1910)*, Tomo I, vol. IV-1.^a parte. Lisboa: Ministério da Educação-Secretaria Geral, 1996.

- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de Brito (dir) - *Dicionário de História do Estado Novo* Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996.

- ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e Estado Novo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”: vol XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

- SALAZAR, Oliveira - *Discursos (1928-1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1.º, 1935.

- *The Classical Collection. Dvorák, obras-primas orquestrais*, colaboração do maestro José Atalaya. [s.l.]: Editorial Planeta-De Agostini, 1994.

Anexos

1 Quadro do Número de Registo de Harmónios

NÚMERO DE REGISTOS DE <i>HARMONIUNS</i> ³²⁴	
Modelo de Harmonium	Data de Registo ³²⁵
	10-3-1950
3 jogos	11-4-1951
3 jogos	24-8-1951
Portátil	30-8-1951
Portátil	19-11-1951
15 oitavas	30-11-1951
Portátil	1-12-1951
Portátil	5-2-1952
Portátil	10-2-1952
Portátil	21-4-1952
Portátil	22-5-1952
Portátil	14-6-1952
3 jogos	5-7-1952
3 jogos	5-8-1952
2 jogos	11-8-1952
1-1/2 jogo	3-1-1953
Portátil	24-1-1953
3 jogos	19-2-1953
Portátil	25-4-1953
2 jogos	23-5-1953
Portátil	10-9-1953
Figueira	30-9-1953
2 jogos	10-10-1953
3 jogos	30-11-1953
Portátil	11-12-1953
Portátil	15-12-1953

³²⁴ In. Documentos da Família Abreu. Este esquema está conforme o original manuscrito.

³²⁵ Até 10 de Março de 1951 foram construídos 1093 harmónios. Dessa data até 29 de Março de 1981 foram construídos mais 242 harmónios o que dá uma totalidade de 1335 harmónios.

Modelo de Harmonium	Data de Registo
Portátil	27-1-1954
Portátil	30-1-1954
3 jogos	13-5-1954
1-1/2	22-7-1954
fixo 4/8ª sem transpositor	23-9-1954
Portátil	7-9-1954
Portátil	21-12-1954
Portátil	24-1-1955
Portátil	9-3-1955
Portátil	7-4-1955
Fixo 4 oitavas	15-4-1955
Fixo 4 oitavas	10-5-1955
Fixo 4 oitavas	13-8-1955
3 jogos	20-8-1955
	15-5-1956
Portátil	15-5-1956
Portátil	26-6-1956
Portátil	26-6-1956
3 jogos	14-8-1956
Portátil	14-9-1956
Portátil	20-9-1956
2 jogos	9-11-1956
Portátil	13-11-1956
Fixo 4/8ª	1-12-1956
Fixo 4/8ª	1-12-1956
Portátil	9-1-1957
Portátil	11-2-1957
Fixo	11-2-1957
Fixo	1-4-1957
Portátil	29-4-1957
Portátil	18-5-1957
Fixo	21-5-1957
Portátil	24-7-1957
Portátil	26-7-1957
Portátil	28-8-1957
Portátil	30-8-1957

Modelo de Harmonium	Data de Registo
Portátil	28-12-1957
Portátil	31-1-1958
1-1/2	18-2-1958
Portátil	27-3-1958
3 jogos	22-7-1958
3 jogos	12-9-1958
3 jogos	7-11-1958
Portátil	11-12-1958
Portátil	13-1-1959
Portátil	26-1-1959
Portátil	19-3-1959
Portátil	14-4-1959
Portátil	24-4-1959
Portátil	8-5-1959
2 jogos	1-6-1959
3 jogos	8-7-1959
Portátil	4-8-1959
Fixo 4/8ª	10-10-1959
1-1/2	28-10-1959
Portátil 1174	6-11-1959
Portátil	27-11-1959
Portátil	25-1-1960
Portátil	20-2-1960
Fixo	23-2-1960
Portátil	7-4-1960
Fixo 4/8ª	3-5-1960
Portátil	19-5-1960
2 jogos	2-7-1960
1-1/2	5-8-1960
Portátil	29-9-1960
Portátil	29-8-1960
Portátil	3-10-1960
3 jogos	3-10-1960
2 jogos	10-1-1961
2 jogos	25-2-1961
1-1/2	14-4-1961
Fixo 4/8ª	30-5-1961
3 jogos	1-8-1961
Portátil	2-11-1961

Modelo de Harmonium	Data de Registo
4 oitavas fixo	26-1-1962
Eléctrico 4/8ª	3-2-1962
Fixo 4/8ª	4-5-1962
Eléctrico	5-6-1962
Portátil	4-7-1962
Portátil	1-7-1962
Portátil	30-8-1962
Portátil	24-9-1962
Fixo	5-2-1963
Portátil	19-2-1963
Portátil	20-2-1963
Portátil	11-3-1963
Portátil	11-3-1963
Portátil	11-3-1963
3 jogos	5-9-1963
3 jogos	5-9-1963
Portátil	31-10-1963
Portátil	3-1-1964
Portátil	31-3-1964
Portátil	27-4-1964
Portátil	9-6-1964
Portátil	22-7-1964
Portátil	29-7-1964
Portátil	17-2-1965
Portátil	18-2-1965
Portátil	16-6-1965
Portátil	15-7-1965
Portátil	26-8-1965
Portátil	7-10-1965
Portátil	11-11-1965
Portátil	26-11-1965
Portátil	20-6-1966
Portátil	20-6-1966
3 jogos	24-6-1966
Fixo 4/8ª	16-9-1966
Fixo 4/8ª	7-10-1966
Portátil	9-12-1966

Modelo de Harmonium	Data de Registo
Eléctrico	2-1-1967
Portátil	19-1-1967
Eléctrico	16-2-1967
Eléctrico	20-2-1967
Portátil	3-3-1967
Portátil	6-15-1967
Portátil	6-16-1967
2 jogos	8-2-1967
Portátil	26-10-1967
Portátil	10-11-1967
Portátil	2-1-1968
Portátil	6-2-1968
Portátil	21-3-1968
Portátil	8-5-1968
Portátil	7-6-1968
2 jogos	6-8-1968
Portátil	6-8-1968
Eléctrico	23-8-1968
Portátil	30-9-1968
Portátil	11-11-1968
Portátil	28-11-1968
Portátil	13-12-1968
Portátil	2-1-1969
Portátil	2-1-1969
Portátil	8-2-1969
Portátil	8-2-1969
Portátil	18-4-1969
Portátil	20-4-1969
Portátil	26-5-1969
Portátil	26-5-1969
Portátil	1-7-1969
Portátil	29-8-1969
Portátil	2-10-1969
Portátil	2-10-1969
Eléctrico	13-10-1969
Eléctrico	13-10-1969
3 jogos	18-12-1969

Modelo de Harmonium	Data de Registo
Portátil	11-4-1970
Portátil	14-4-1970
Portátil	25-6-1970
Portátil	22-7-1970
Portátil	30-7-1970
Portátil	3-8-1970
Portátil	31-10-1970
Portátil	2-11-1970
Portátil	29-12-1970
Portátil	29-12-1970
Portátil	18-2-1971
Portátil	18-2-1971
Portátil	28-6-1971
Portátil	1-7-1971
Portátil	14-8-1971
Portátil	16-8-1971
Portátil	2-10-1971
Portátil	13-12 1971
Portátil	16-12-1971
Portátil	28-12 1971
Portátil	18-2-1972
Portátil	15-4-1972
Portátil	13-5-1972
Eléctrico	31-5-1972
Eléctrico	27-6-1972
Portátil	11-7-1972
Portátil	12-7-1972
Portátil	6-9-1972
Portátil	7-9-1972
Portátil	8-9-1972
Portátil	12-12-1972
Portátil	18-12-1972
Portátil	7-2-1973
Eléctrico	28-3-1973
Portátil	11-5-1973
Portátil	15-5-1973

Modelo de Harmonium	Data de Registo
Portátil	28-10-1973
Eléctrico	13-11-1973
Eléctrico	14-11-1973
Portátil	26-11-1973
Portátil	28-11-1973
2 Jogos	18-5-1974
Portátil	25-5-1974
Portátil	2-6-1974
Portátil	5-7-1974
Portátil	6-7-1974
Portátil	17-9-1974
Portátil	10-10-1974
Portátil	13-11-1974
Portátil	20-1-1975
Portátil	1-9-1975
Portátil	2-9-1975
3 Jogos	20-9-1975
Portátil	30-3-1976
Portátil	1-4-1976
Portátil	4-2-1978
Portátil	29-4-1978
Portátil	28-8-1979
Portátil	12-11-1980
3 Jogos	Coimbra 1980
3 Jogos	Açores 1980
Portátil	26-6-1981
3 Jogos	Açores 29-3-1981

Síntese do REGISTO de *HARMONIUNS MAGNIFICUS* DE 1950 a 1981

Modelo Portátil -166 *Harmoniuns*

Modelo 2 Jogos³²⁶ -13 *Harmoniuns*

Modelo 3 Jogos - 24 *Harmoniuns*

Modelo 15 oitavas - 1 *Harmonium*

Modelo 1-1/2 jogo – 6 *Harmoniuns*

Modelo Fixo de 4 oitavas³²⁷ - 18 *Harmoniuns*

Modelo Eléctrico – 14 *Harmoniuns* (o primeiro modelo eléctrico, data de 1962)

Juntamente com este registo, foi encontrado um apontamento que diz o seguinte:

“Formula de fazer teclados.

Riscar pela face e terdós, serrar o chamfre da frente

e colar a celulóide na frente, apontar à serra os traços da frente. Colar o celulóide em cima, serrar 1.º as teclas compridas e depois as partes curtas.

Abreu 1970.”³²⁸

³²⁶ “Modelo de 2 jogos” era um órgão constituído por 2 jogos de palhetas. Cada jogo de palhetas corresponde a um timbre diferente.

³²⁷ “Modelo Fixo de 4 oitavas” era um órgão que não se podia transportar e que tinha 4 oitavas. Cada oitava corresponde a oito notas.

³²⁸ Documentos da família Abreu.

2 CD-Áudio - *Missa Magnificus*, constituída pelas partes “Kyrie”, “Gloria”, “Credo”, “Sanctus” e “Agnus Dei”; composta por Pedro Janela, interpretada pelo Coro *Ad Libitum*, regido pela maestrina Isilda do Amaral Margarida. Este é o único registo existente do som dos harmónios *Magnificus*. O mesmo terá sido manipulado electronicamente.